



Este documentário tem por objetivo mostrar a luta e o desempenho do Sindicato, na defesa e direitos dos nossos servidores. os fatos que ocorreram entre o Sindicato e os Governos municipais com relação às matérias publicados no jornal de nossa cidade, ressaltando ainda que o Sindicato nunca se omitiu diante das questões sejam individuais, e ou coletivas relacionados aos nossos servidores.

Índice por data de Publicação

Página 6 até 17

- Gazeta de Vargem Grande, 23 de agosto de 1995 – Servidores Públicos entrarão em greve.
- Gazeta de Vargem Grande, 23 de agosto de 1995 – Greve está marcada para segunda-feira.
- Gazeta de Vargem Grande, 23 de agosto de 1995 – Editorial, Recebeu o salário e chorou.
- Gazeta de Vargem Grande, 02 de setembro de 1995 – Os servidores Municipais estão em greve por melhores salários.
- Gazeta de Vargem Grande, 02 de setembro de 1995 – Termina greve dos servidores públicos.
- Gazeta de Vargem Grande, 02 de setembro de 1995 – Editorial, O mais próximo da verdade.
- Gazeta de Vargem Grande, 02 de setembro de 1995 – Para entender a greve.
- Gazeta de Vargem Grande, 06 setembro de 1995 – Funcionários municipais recebem sem aumento.
- Gazeta de Vargem Grande, 06 de setembro de 1995 – Se parar as punições, Câmara volta a negociar.
- Gazeta de Vargem Grande, 06 de setembro de 1995 – Prefeito afirma que não volta atrás.
- Gazeta de Vargem Grande, 13 de setembro de 1995 – Câmara protesta contra perseguição de funcionários.
- Gazeta de Vargem Grande, 23 de setembro de 1995 – Prefeito veta projeto de lei sobre aumento de salário.

Páginas 17 até 19

- Gazeta de Vargem Grande, 30 de julho de 1996 – Sindicato comemora entrega de cesta de alimentos.
- Gazeta de Vargem Grande, 30 agosto de 1996 – Folha de pagamento da Prefeitura esta alta.
- Gazeta de Vargem Grande, 30 de agosto de 1996 – Câmara quer dar abono de R\$ 50,00.

- Gazeta de Vargem Grande, 30 de agosto de 1996 – Proposta da Câmara ao Presidente do Sindicato.
- Gazeta de Vargem Grande, 30 de agosto de 1996 – Prefeito não aceita a proposta dos vereadores

Página 19 até 23

- Gazeta de Vargem Grande, 28 de novembro de 1998 – Eleição do sindicato dos Funcionários deve acontecer em dezembro.
- Gazeta de Vargem Grande, 28 de novembro de 1998 – Manoel Garcia Martim formou uma chapa de oposição.
- Tribuna de Vargem Grande, 24 de dezembro de 1998 – Eleita nova diretoria do Sindicato dos Funcionários.
- Tribuna de Vargem Grande, 24 de dezembro de 1998 – As metas.

Página 24 até 44

- Gazeta de Vargem Grande, 27 de fevereiro de 1999 – Sindicato não conseguiu acordos com a Prefeita.
- Gazeta de Vargem Grande, 27 de fevereiro de 1999 – Sindicato dos servidores Públicos Municipais elabora projeto do Plano de Carreira dos Servidores, e encaminha para Câmara para apreciação e apoio do Legislativo.
- Gazeta de Vargem Grande, 24 de abril de 1999 - Sindicato entra na Justiça para funcionários receberem salários atrasados.
- Gazeta de Vargem Grande, 29 de maio de 1999 - Prefeitura deve cerca de 4 milhões ao Fupreben.
- Gazeta de Vargem Grande, 5 de julho de 1999 - Sindicato consegue na justiça que seus Representantes façam parte da Diretoria do Fupreben.
- Gazeta de Vargem Grande, 10 de junho de 1999 - Funcionários ainda não recebem segunda parcela de maio.
- Gazeta de Vargem Grande, 10 de junho de 1999 – Editorial, Luz no Fupreben.
- Gazeta de Vargem Grande, 17 de julho de 1999 - Sindicato pede no tribunal bloqueio de verbas para funcionários.
- Gazeta de Vargem Grande, 17 de julho de 1999 - Câmara libera mais de R\$ 104 mil para Prefeitura Municipal.
- Gazeta de Vargem Grande, 4 de setembro de 1999 - Sindicato fará reunião para propor greve dos funcionários municipais.
- Gazeta de Vargem Grande 04 de setembro de 1999 – Editorial, O extremo da greve.
- Tribuna, 11 de setembro de 1999 - Sindicato proporrá greve em assembléia do funcionalismo.
- Gazeta de Vargem Grande, 18 de setembro de 1999 - Funcionários vão pedir alimentos no aniversário da cidade.
- Tribuna de Vargem Grande, 18 de setembro de 1999 - Funcionalismo marca protesto para 26 de setembro.
- Gazeta de Vargem Grande, 25 de setembro de 1999 - Funcionários confirmam movimento para este domingo.

- **Tribuna de Vargem Grande, 25 de setembro de 1999 - Servidores Municipais sairão às ruas amanhã.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 2 de outubro de 1999 - Funcionários municipais fazem manifesto exigindo pagamento de salários.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 2 de outubro de 1999 - Servidores municipais fazem protesto e são aplaudidos.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 16 de outubro de 1999 - Funcionários municipais ganham na Justiça direito de receber em dia.**

Página 44 até 49

- **Gazeta de Vargem Grande, 11 de março de 2000 – Sindicato tenta reposição das perdas salariais dos funcionários públicos.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 15 de abril de 2000 – Plano de Carreira é enviado à Câmara Municipal.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 15 de abril de 2000 – Câmara estuda plano de carreira e salários dos servidores.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 22 de abril de 2000 – Plano de Carreira é aprovado pela Câmara.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 3 de junho de 2000 – Prefeitura terá de fornecer cestas básicas aos funcionários.**
- **Jornal do Sindicato.**

Página 49 até 69

- **Tribuna de Vargem Grande, 30 de junho de 2001 –Sindicato dos Servidores Municipais promoveu assembléia**
- **Tribuna de Vargem Grande, 30 de junho de 2001 – Câmara não aprova a criação do Imprem.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 30 de junho de 2001 – Vereadores rejeitam criação de instituto de previdência.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 30 de junho de 2001 – Editorial.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 30 de junho de 2001 – Funcionários se reúnem para reivindicar melhorias.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 07 de julho de 2001 – Diretor afirma que Prefeitura não tem condições de repor perdas salariais.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 10 de agosto de 2001 – Edital.**
- **Tribuna de Vargem Grande, agosto de 2001 – Sindicato dos Servidores aguarda por reunião com a Prefeitura**
- **Tribuna de Vargem Grande, agosto de 2001 – Sindicato dos Servidores Públicos promoverá nova assembléia para discutir reposição salarial.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 1 de setembro de 2001 – Funcionários municipais poderão ir à justiça pela reposição salarial.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 18 de setembro de 2001 – Sindicato dos Servidores Públicos pede auxílio-alimentação ao presidente da Câmara.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 27 de outubro de 2001 – Sindicato dos Servidores Municipais luta pelo auxílio-alimentação.**

Página 69 até 83

- **Tribuna de Vargem Grande, 09 de fevereiro de 2.002 – Prefeitura negocia pagamento da Dívida com o Fupreben.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 16 de fevereiro de 2.002 - Editorial**
- **Tribuna de Vargem Grande, 16 de fevereiro de 2.002 – Sindicato dos Funcionários municipais quer respostas às suas reivindicações.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 09 de Fevereiro de 2002 -Prefeitura negocia pagamento da Dívida com o Fupreben**
- **Tribuna de Vargem Grande, 16 de Fevereiro de 2002 - Editorial**
- **Tribuna de Vargem Grande, 16 de Fevereiro de 2002 -Sindicato dos Funcionários municipais que respostas às suas reivindicações.**
- **Tribuna de Vargem Grande, 16 de Fevereiro de 2002 - Sindicato dos Funcionários municipais que respostas às suas reivindicações.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 30 de Março de 2002 - Funcionários públicos recebem abono de Páscoa**
- **Gazeta de Vargem Grande, 27 de Abril de 2002 - Sindicato dos Servidores Municipais luta para repor perdas salariais**
- **Tribuna de Vargem Grande, 03 de Agosto de 2002 - Sindicato dos Servidores Municipais aguarda decisão da Justiça sobre reposição salarial**
- **Tribuna de Vargem Grande, 31 de Agosto de 2002 - Funcionários Municipais não terão reajuste agora**
- **Tribuna de Vargem Grande, 28 de Setembro de 2002 - Funcionários Municipais terão abono de R\$ 50,00 este mês**
- **Gazeta de Vargem Grande, 28 de Setembro de 2002 - Prefeitura dá abono a Funcionário**
- **Gazeta de Vargem Grande, 26 de Outubro de 2002 -Nesta segunda-feira comemora-se o Dia do Funcionário público**
- **Tribuna de Vargem Grande, 07 de Dezembro de 2002 -Servidores municipais terão abono de R\$ 60,00.**

Página 83 até 89

- **Sindicato 20 de março de 2.003.**
- **Tribuna de Vargem Grande de Vargem Grande, 22 de Março de 2003 - “É proibido proibir”**
- **Tribuna de Vargem Grande, 22 de Março de 2003 - Esclarecimento do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais “É proibido Proibir”**
- **Tribuna de Vargem Grande, 05 de Abril de 2003 - Funcionários Municipais buscam esclarecimento no Sindicato**
- **Tribuna de Vargem Grande, 25 de Outubro de 2003 - Sindicato dos Funcionários Públicos prepara reforma administrativa**
- **Gazeta de Vargem Grande, 25 de Outubro de 2003 - Sindicato dos Funcionários Públicos prepara reforma administrativa**
- **Gazeta de Vargem Grande, 29 de Novembro de 2003 - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais pede cesta básica de natal**

Página 89 até 93

- **Gazeta de Vargem Grande, 14 de Fevereiro de 2004 -Aumento para funcionários municipais será de 6%**
- **Gazeta de Vargem Grande, 07 de Agosto de 2004 - Resposta do Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais**
- **Gazeta de Vargem Grande, 02 de Outubro de 2004 -Resposta do Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais a Candidato a Vereador.**
- **Gazeta de Vargem Grande, 22 de Outubro de 2004 - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais apresenta ofício para a Prefeitura.**

Página 93 até 101

- **Tribuna, 15 de Janeiro de 2005 - Situação dos Servidores Municipais foi discutida na Câmara.**
- **Gazeta, 15 de Janeiro de 2005 - Vereadores se reúnem com representantes do funcionários municipais.**
- **Tribuna, 25 de Março de 2005 - Aprovado reajuste de 14% aos funcionários da Câmara**
- **Tribuna, 16 de Abril de 2005 - Descontos previdenciários de aposentados da prefeitura serão devolvidos**
- **Tribuna, 23 de Abril de 2005 -Câmara aprova lei que devolve contribuições previdenciárias de aposentados da Prefeitura.**
- **Tribuna, 30 de Abril de 2005 - Prefeitura emprega cerca de mil trabalhadores**
- **Tribuna, 04 de Junho de 2005 - Servidores municipais questionam o piso salarial em relação ao mínimo de R\$ 300,00**
- **Tribuna, 11 de Junho de 2005 – Câmara discute o piso salarial do funcionalismo municipal.**

Página 101 até 110

- **Gazeta, 04 de Fevereiro de 2006 – Funcionários da Prefeitura reclamam retirada de abono de R\$50,00.**
- **Gazeta, 25 de Fevereiro de 2006 - Servidores Públicos têm aumento de 5% e abono de R\$ 50,00.**
- **Tribuna, 25 de Fevereiro de 2006 - Câmara derruba veto do Prefeito à cesta básica do funcionalismo.**
- **Tribuna, 25 de Fevereiro de 2006 - Prefeitura aliena 69 terrenos municipais para servidores que não possuem casa própria.**
- **Tribuna, 06 de Maio de 2006 - Piso salarial da Prefeitura está abaixo do salário-mínimo.**
- **Gazeta, 13 de Maio de 2006 - Sindicato dos Servidores pode entrar na Justiça contra Prefeitura.**
- **Gazeta, 08 de Julho de 2006 - Indignação. E agora, como fica o servidor público, vai aumentar a contribuição no plano de saúde para nós servidores?**
- **Gazeta, 15 de Dezembro de 2006 - Funcionários Públicos receberam abono.**

Página 110 até 115

- Tribuna de Vargem Grande, 28 de abril de 2007 - Parceria da Prefeitura com a Caixa beneficia funcionários com casa própria
- Gazeta de Vargem Grande, 01 de setembro de 2007 - Funcionários municipais recebem em dinheiro, cesta de alimentos aprovados na gestão de Denira.
- Tribuna de Vargem Grande, 01 de Setembro de 2007 - Funcionários de serviços urbanos também foram à Justiça por adicional de insalubridade e equipamentos de segurança
- Gazeta de Vargem Grande, 22 de Setembro de 2007 - Prefeitura recupera mais de 900 mil do Fupreben
- Gazeta de Vargem Grande, 24 de Novembro de 2007 - Prefeitura e Sindicato buscam regularizar o Fundo de Saúde dos Funcionários.

Página 115 até 118

- Gazeta de Vargem Grande, 26 de Janeiro de 2008 – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais obteve grandes conquistas em 2007.
- Gazeta de Vargem Grande, 20 de março de 2008 – aprovado projeto que concede abono de auxilia-alimentação para servidores.

Página 118

- **Tabela de Vencimentos + Abonos: 2008**

Servidores Públicos que atuaram na presidência do Sindicato.



Celso Luis Ribeiro



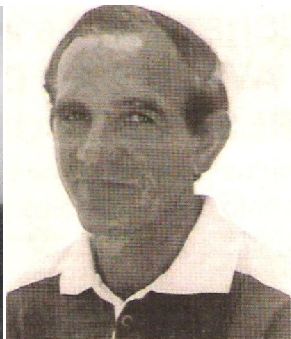
Neide Fonseca Castilho



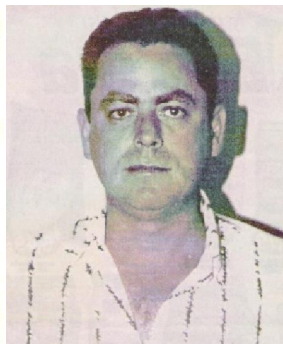
Paulo Cesar da Costa



Edson Bovo



Jose Sagiorato



Manoel Garcia Martim

Aos vinte oito dias do mês de maio de do ano de 1.985 foi marcado no prédio da Câmara Municipal a primeira Assembléia Geral de Constituição e Aprovação do Estatuto Social dos servidores, na qual assumiu a Presidência por aclamação o Sr. Celso Luis Ribeiro, dando como instalada a Assembléia e sendo o mesmo aprovado, declarou definitivamente constituída a **ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VARGEM GRANDE DO SUL-SP**. Posteriormente em 19 de agosto de 1.994 o Presidente Edson Bovo transformou a Associação em **SINDICATO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA, CAMARA MUNICIPAIS AUTARQUIAS E EMPRESAS MUNICIPAIS DE VARGEM GRANDE DO SUL-SP**, registrado e protocolado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sob nº 2.436 fls. 66vº do livro A-2, Averbado no Registro 33 nº 01, fls. 51 do livro A-1-Pessoas Jurídicas. E, em 11 de maio de 1.999, em assembléia marcada para este fim foi transformado para **SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNCIPAIS DE VARGEM GRANDE DO SUL-SP**, registrado em 07 de julho de 1.999, Protocolado sob nº 42 fls 10 do livro nº A-1, Averbado no Registro 33 sob nº 02, fls 84 do livro A-1 de Pessoas Jurídicas. O atual Sindicato é uma entidade sem fins lucrativos, tem duração por prazo indeterminado e exercerá suas atividades de acordo com as disposições contidas no Estatuto Social e disposições legais pertinentes.

Na primeira reunião dos servidores foram apresentados alguns projetos como a criação de uma cooperativa para aquisição de gêneros alimentícios para os servidores públicos municipais através do Grupo Pão de Açúcar da cidade de Pirassununga para que os servidores pudessem adquirir seus produtos por um preço mais acessível perante o comercio. E nesta mesma reunião Celso Luis Ribeiro apresentou modelo de Estatuto da cidade de Mococa para que fosse instituída a nossa Associação dos Servidores Públicos Municipais, depois de lido, e aceito por todos foi declarado como Presidente da Associação o Sr. Celso Luis Ribeiro.

Celso também conseguiu com a Diretoria CESP, a doação da antiga usina hidrelétrica por cem anos, para que ali, fosse construído e um Parque Ecológico e lazer para funcionários e população vargemgrandense, cujo Estatuto foi aprovado e assinado por toda a Diretoria. Alguns anos depois não sabemos qual foi à política adversária do Governo eleito foi devolvida a CESP, a tão sonhada área do nosso Parque Ecológico.

Celso também não mediu esforços e junto com seus coordenadores trabalhou no sentido de criar as viagens para a praia com os funcionários mais idosos, que ainda não conhecia esta beleza da natureza que teve duração por cinco anos.

Principais destaques do Sindicato publicado no jornal local no período de 1990 a 1992. Presidente: Neide Fonseca Castilho.
Não foram apresentados Documentos da época.

Principais destaques do Sindicato publicado no jornal local no período de 1993 a 1994. Presidente: Paulo César da Costa.
Não foram apresentados Documentos da época.

Destaques da gestão de Edson Bovo, de acordo com publicação no jornal de Vargem Grande do Sul 1995.

Gazeta de Vargem Grande, 23 de agosto de 1.995.

Editorial: Greve está marcada para segunda-feira.



Na próxima segunda-feira, dia 28, os funcionários municipais vão deflagrar a greve, começando com uma reunião na frente da Prefeitura Municipal, quando os funcionários de todos os setores municipais se manifestarão contra os baixos salários que estão recebendo. A greve dos funcionários públicos ocorrerá por tempo indeterminado, segundo informações do sindicato. No ofício enviado para o prefeito, o Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais pede uma audiência com o prefeito, a ser realizada hoje, quarta-feira, dia 23, para que representante do Sindicato e do Poder Executivo Municipal, “de comum acordo, possam garantir durante a greve, a prestação dos serviços indispensável ao atendimento das necessidades inadiável da comunidade”.

Dados fornecidos pelo Sindicato sobre salários

<i>Cidade</i>	<i>Piso Salarial</i>
São João da Boa Vista	R\$ 271,51
Aguai	R\$ 264,50
São Sebastião da Grama	R\$ 218,65 (mais cesta básica)
Santa Cruz das Palmeiras	R\$ 213,00 (mais cesta básica)
Tambaú	R\$ 206,80
Santa Rita do Passa Quatro	R\$ 205,11 (mais cesta básica)
Divinolândia	R\$ 195,50

Tapiratiba	R\$ 193,00 mais 21,00 TI
Casa Branca	R\$ 181,50 (mais cesta básica)
Mococa	R\$ 175,65 (mais cesta básica)
Caconde	R\$ 165,31 (mais cesta básica)
Vargem Grande do Sul	R\$ 165,00

Servidores Públicos Municipais entrarão em Greve

Os servidores públicos municipais decidiram entrar em greve a partir da próxima segunda-feira, dia 28 de agosto. A resolução de paralisar foi decidida na última Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 21 de agosto de 1995, no Centro Pastoral São Benedito, quando dezenas de funcionários se reuniram e decidiram pela greve. O motivo que levou os funcionários a paralisarem foi o baixo salário que eles vêm recebendo, sendo o menor de toda a região, e a difícil possibilidade de acordo com a atual administração pública. Os baixos salários vêm sendo motivo de varias reuniões da categoria. Reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, dia 16 de agosto, segunda-feira, no Centro Pastoral São Benedito, o Sindicato dos Funcionários da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Autarquia e Empresas Municipais de Vargem Grande do Sul e funcionários públicos, decidiram em votação uma pauta de reivindicações, que seria enviada ao prefeito municipal José Reinaldo Martins. Na mesma, os funcionários reivindicaram a concessão de um abono no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), a ser incorporado no salário: cesta básica e a fixação de data-base da categoria de trabalho, solicitação esta, formalizada desde a última assembléia, porem não foi atendida. Conforme o ofício 7/95, enviado ao prefeito, a entidade procedeu a um levantamento dos aumentos dos aumentos salariais concedidos pela administração, através de Lei Municipal em comparação com os reajustes devidos pela Legislação trabalhista, verificou-se que os salários dos funcionários sofreram verdadeiro processo de corrosão. Em resposta ao ofício, o Prefeito Jose Reinaldo Martins disse que a prefeitura somente ira negociar, se a Câmara aprovar a mudança na lei Orgânica de repassar somente as despesas. Segundo o prefeito, a Prefeitura está passando por uma difícil situação financeira, para poder conceder algum aumento, seria preciso que a Câmara aceite somente o repasse das despesas gasta. O Prefeito pediu que fosse esperado até o próximo dia 4 de setembro, quando ele enviaria em projeto de lei para Câmara pedindo a aceitação somente do repasse das despesas. Para Edson Bovo, “os conflitos entre Prefeitura e Câmara, em relação o repasse de verbas, não tem nada a ver com as reivindicações salariais dos funcionários públicos municipais, são coisas diferentes”. Comenta ainda eu o Sindicato tentou varias vezes negociar com o prefeito, mas não chegou em nenhum consenso, pensando assim na possibilidade de uma greve. O Sindicato dos Funcionários Públicos da Prefeitura fez um levantamento do piso salarial dos funcionários públicos da região e ficou constatado que realmente Vargem Grande do Sul tem o menor piso salarial. Fato este que também foi relatado no ofício encaminhado ao prefeito. Após a reunião do dia 21, os funcionários públicos municipais se encontraram com a Câmara de Vereadores para colocarem a par das atuais decisões e que as reivindicações deles não têm nada a ver com o repasse do duodécimo.

Editorial – Recebeu o salário e chorou

Marcada para segunda-feira, deve realmente sair à greve dos funcionários públicos municipais. O salário é um dos mais baixos da região e há notícias de pais chorando com o pouco dinheiro que recebem. Ate falta de comida em casa, já houve relato de chefes de família. É triste saber destes fatos. Equacionar um bom salário com um número adequado de funcionários trabalhando na Prefeitura Municipal deveria ser uma das tarefas do prefeito José Reinaldo e sua equipe, juntamente com vereadores e Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais. Um programa bem estudado, que vai se concretizar em médio prazo seria uma das soluções. Atualmente há, principalmente se tiver uma boa meta a ser atingida. O que não pode

é passar mais quatro anos e não se avançar nada na melhoria das condições de vida dos funcionários públicos municipais de Vargem grande do Sul. Salário decente, data base e cesta básica, já deveriam ser reivindicações superadas pelos servidores municipais. No entanto, entre prefeito e sai prefeito e a pauta continua sendo um bom salário, data base e cesta básica. Está na hora da administração pública municipal atender estas reivindicações de seus funcionários e não ouvir mais a história de chefes de família chorando quando recebe o pagamento. É muito triste um cidadão ouvir estes relatos.

Gazeta de Vargem Grande, 02 de setembro de 1.995.

Os Servidores Municipais estão em greve por melhores Salários



Pedindo aumento salarial e uma cesta básica, os funcionários da Prefeitura cruzam os braços e fazem greve.

O funcionalismo público de Vargem Grande do Sul entrou em greve na segunda-feira, dia 28 de agosto, devido aos baixos salários pagos pela Prefeitura Municipal. Com o menor salário da região, os braçais receberam em torno de R\$ 165,00, os funcionários reivindicam melhorias no seu pagamento e uma cesta básica. Desde a manhã de segunda-feira, eles estiveram reunidos na frente da Prefeitura contornando a Praça Capitão João Pinto Fontão e retornando à Prefeitura. Segundo o presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos, Edson Bovo mais de 500 pessoas aderiu à greve do funcionalismo público e que a paralisação tem sido uma manifestação pacífica, sem nenhum tumulto.

Prefeito propõe que a Câmara dê 20%

O presidente do sindicato recebeu ontem, terça-feira, dia um ofício enviado pelo prefeito municipal Jose Reinaldo Martins, onde ele propunha que a câmara Municipal repasse 20% para o aumento dos funcionários e a Prefeitura daria mais 50% no total de 25%. Segundo o Sindicato dos funcionários públicos, esta proposta somente será aceita se a Prefeitura não descontar nenhum dia da paralisação. Disse Edson Bovo, que caso algum dia seja descontado ou alguém seja punido, os funcionários paralisarão novamente. Porém, mesmo com a proposta em mãos, os funcionários da Prefeitura não voltará aos seus postos antes que a mesma seja voltada pela câmara Municipal. Falava Edson, no momento em que anunciava aos funcionários a proposta enviada pelo prefeito, que “não se sabe se a câmara vai pagar”. O anúncio da proposta aos funcionários trouxe um grande descontentamento, pois para eles é obrigação da Prefeitura fazer o pagamento dos funcionários. “É uma vergonha”, diziam. Para o vereador Celso Itaroti, ano é justo que um funcionário a Prefeitura de Vargem Grande, receba um piso salarial de R\$ 165,00, o menor da região. Segundo Celso, os funcionários da Prefeitura não são da câmara, e a mesma não tem como fazer um repasse de 20%, já que a Prefeitura não repassa o dinheiro da câmara. Disse ainda que o Prefeito Municipal esta enviando um projeto para o plenário da câmara, mas a aprovação do repasse dos 20% é de responsabilidade da Mesa da casa Legislativa. Para o

vereador Jose Carlos Dias “esta greve dos funcionários públicos é mais do que justa. Eles não estão reivindicando nada fora do normal”.

Prefeito fala sobre a greve

A reportagem da Gazeta de Vargem Grande entrou em contato com o prefeito Jose Reinaldo Martins, já próximo ao fechamento da edição do jornal e por telefone conseguiu entrevistar o prefeito a respeito da greve. Segundo Jose Reinaldo, “O que foi possível nós fizemos. Ontem fizemos uma reunião com todos os vereadores na Casa da Cultura, reunião esta que estava agendada e tinha por finalidade estudar o aumento dos funcionários, através do repasse do dinheiro da Câmara. O sindicato não esperou e resolveu fazer a greve”, afirmou o prefeito. A proposta era de dar um aumento de 20% e o dinheiro ia sair da câmara, do repasse que foi sendo feito desde o começo do ano. “Enquanto tínhamos condições financeiras para isso”, disse, “pois agora só conseguimos repassar as despesas normais da Câmara, cerca de R\$ 10 mil por mês”. O prefeito acredita que somando o dinheiro repassado durante todo o ano, mais o que esta sendo depositado na Justiça, a Câmara Municipal tem um total de R\$ 200 mil e é com este dinheiro que ele pretende dar o aumento aos funcionários públicos municipais. “Alguns vereadores foram contra esta proposta na reunião, outros concordaram em termo de percentual (20%) e outros queriam dar somente um abono de R\$ 50,00”, falou. Na terça-feira, uma nova comissão de vereadores conseguiu que o prefeito aumentasse o percentual a ser dado aos funcionários, passando de 20% para 25%. “Com muito sacrifício, com muita contenção, aceitamos esta proposta”, falou Jose Reinaldo. A Câmara entraria com 20% e a Prefeitura com 5%.

Câmara não tem o dinheiro

O presidente Felicinho disse que a Câmara Municipal não tem condições de repassar todos os meses R\$ 50 mil reais como quer o prefeito Jose Reinaldo, pois o dinheiro que tem em caixa não seria suficiente e ele teria problemas em pagar seus funcionários e os próprios vereadores, caso aceite o Legislativo repassar os 20%. Já o vereador Sergio da Silva acredita que a Câmara tem dinheiro suficiente para arcar com a proposta do prefeito.

Termina a greve dos Servidores Públicos Municipais

A greve dos funcionários públicos de Vargem Grande do Sul, após três dias de paralisação por melhores salários, terminou com a aprovação de um projeto e uma emenda feita pela Câmara Municipal, no dia 30 de agosto, quarta-feira. Na quinta-feira, dia 31, todos os funcionários que aderiram à greve, retornaram suas atividades na Prefeitura Municipal. De acordo com a diretoria do sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, a greve teve o melhor desfecho possível, um aumento de 25% para todos os funcionários da Prefeitura. Diz Neide Castilho, que “após essa greve, todos os funcionários ficaram fortalecidos. Essa paralisação foi um marco para a classe”, afirmou. A manifestação aconteceu em frente à Prefeitura Municipal e reuniu centenas de funcionários que estavam decepcionados com a situação salarial vigente, de um piso de R\$ 165,00 que, segundo estatísticas, é o mais baixo da região. De forma pacífica, eles reivindicaram e protestaram, não recuando em nenhum momento. De acordo com informações do Sindicato, durante a greve não houve uma ocorrência policial por parte dos funcionários. No entanto, uma ocorrência foi feita por causa de uma pessoa que tentou provocar os grevistas, porém foi pedida a intervenção da Polícia Militar contra esta pessoa.

Câmara faz emenda para o projeto

Após reunião com os vereadores, o prefeito municipal enviou para ser votado em sessão extraordinária, um projeto de lei que dispunha de aumento salarial para os servidores públicos municipais. De acordo com o projeto ficava concedido aumento de 25% nos vencimentos dos

servidores públicos municipais regidos pelo Regime Jurídico Único, efetivos, inativos e pensionistas, com efeito, retroativo desde 01 de agosto de 1995, sendo que 20% correspondente os reajuste seria repassado pela Câmara Municipal, sobre o valor bruto de dezembro de 1995, e 5% deste valor seria concedido pela Prefeitura Municipal. Todavia, o projeto do prefeito foi considerado inconstitucional pelos vereadores, sendo elaborada uma emenda com os seguintes termos. “Fica concedido aumento de 25% nos vencimentos dos servidores públicos municipais regidos pelo Regime Jurídico, efetivos, inativos e pensionistas, com efeito, retroativo de 1º de agosto de 1995”. Com a devida emenda, o projeto enviado pelo prefeito municipal foi aprovado por todos os vereadores, fazendo com que o aumento salarial de 25% ficasse todo sob a responsabilidade da Prefeitura que não vai contar com os 20% de repasses feitos pela câmara, como o prefeito propôs em seu projeto que sofreu uma emenda. Segundo o presidente da Câmara, Felício Mizurini Filho, o prefeito tem um prazo de 15 dias para vetar o projeto com a emenda ou sancioná-lo. Caso haja o veto, ele é passado à casa Legislativa para votação e, de acordo com Felício, a Câmara não aprovará o veto do prefeito municipal. Para que o prefeito consiga a aprovação do veto necessário que dez vereadores dêem voto favorável.

Prefeito diz que vai vetar a emenda

“Enviei um projeto, depois de ter acertado com a câmara Municipal numa reunião que aconteceu na noite de segunda-feira, na Casa da Cultura. Dos 15 vereadores presentes, 11 concordaram em mandar um projeto, onde a câmara repassava 20% do dinheiro disponível, até dezembro, afirmou o prefeito Jose Reinaldo Martins, que vai vetar a emenda dos vereadores por considerá-la inconstitucional. Na entrevista que concedeu à Gazeta, o prefeito disse que no início da reunião perguntou aos vereadores como deveria enviar o projeto. “É abono ou percentual?”“.

O prefeito explicou que em sua opinião a melhor forma seria o percentual, em torno de 20% que seria repassado pela câmara, dando um total de R\$ 50.000,00 por mês, durante os meses de agosto a novembro. No pagamento de dezembro que será feito em janeiro, a Prefeitura assumiria a responsabilidade, pagando ela mesma os funcionários. “Quero ouvir de vocês qual o melhor para o funcionário público municipal. O que vou encaminhar no projeto?”, teria perguntado o prefeito aos vereadores presentes a reunião. Segundo o prefeito, quatro vereadores se manifestaram totalmente contra este repasse do dinheiro da Câmara, Celso Itaroti, Fernando Bernardelli, Toninho do INPS e o presidente da Câmara Felício Mizurini Filho. A explicação que foram contra a proposta do prefeito, foi a de que a difícil situação financeira por que passe a Prefeitura, é problema do Executivo. “Não repassamos, não achamos justo. O problema é do executivo”, disseram os vereadores. Logo após, três deles se retiraram da reunião, ficando somente o presidente da câmara. Felício disse que já tinha comprometido o dinheiro para a construção do novo prédio da Câmara, cujo montante do gasto até o final da primeira etapa, era de R\$ 90 mil. O prefeito perguntou então aos vereadores restantes a reunião, se poderia mandar o projeto e se todos aprovariam. “Houve concordância em onze vereadores. Sendo que alguns falaram: “Prefeito, o que você pode dar? Poe acrescentar alguma coisa?”“, afirmou José Reinaldo. Em resposta a pergunta dos vereadores, Jose Reinaldo disse que a situação da Prefeitura no momento era difícil, mas que iria consultar a parte financeira e ver o que poderia fazer pelos funcionários, contendo mais as despesas. “Se pudesse dar mais 5% juntando com os 20% do dinheiro da Câmara, atingiria o abono de R\$ 50,00, que o Sindicato tinha pedido”, ponderou o prefeito. O projeto que foi discutido na reunião, foi na terça-feira, dando ao funcionalismo um aumento de 25%, sendo que destes, 20% era dinheiro de repasse da Câmara e os outros 5% da Prefeitura, totalizando 25%. O projeto foi enviado à Câmara para votação que aconteceu na quarta-feira. Não concordando com a proposta do prefeito, os vereadores Celso Itaroti e José Acácio Mesquita fizeram a emenda que foi aprovado por todos os vereadores. A emenda diminuiu o parágrafo dos 20% que a câmara repassaria e que, segundo o prefeito Jose

Reinaldo, tinha assumido previamente na reunião, o que elevou os 5% da Prefeitura Municipal para 25%. Ou seja, a despesa que seria de R\$ 12.500,00 da Prefeitura, passou a ser R\$ 64.000,00 deixando claro que a Câmara Municipal em nada contribuiria para o aumento dos salários dos funcionários, ficaram tudo a cargo do Executivo. “Como é t inconstitucional que a Câmara fez, afrontando inclusive a Lei Orgânica, artigo 38, parágrafo único, o prefeito terá que vetar o projeto, não podendo aceitar a emenda”, afirmou. “Duas hipóteses poderão ocorrer. O veto será acatado pelos vereadores, prevalecendo o aumento de 5% que estava no projeto ou, caso o veto seja derrubado, nem o aumento de 5% será dado”, explicou o prefeito. José Reinaldo Martins disse ainda que a folha de pagamento do mês de agosto está sendo rodada sem aumento. A fim de resolver a situação, Jose Reinaldo fez um convite a todos os vereadores e ao presidente do sindicato dos Servidores Públicos Municipal, Edson Bovo, para se reunirem e resolverem o impasse. A reunião estava programada para acontecer sexta-feira, dia 1º de setembro, na Casa da Cultura.

Prefeito está punindo grevista

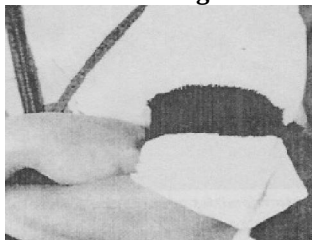
Informação dos Sindicatos dos servidores Públicos Municipais revela que o prefeito José Reinaldo esta punindo os funcionários que aderiram á paralisação por melhores salários. Já no primeiro dia de trabalho José Reinaldo, através de portaria, retirou todos aqueles que tinham cargo interino, retornando-os aos seus antigos postos. De acordo com o Sindicato, foi feito um requerimento no qual foi pedido a justificação da falta dos funcionários que aderiram á greve. “Se o prefeito não acatar, nós entraremos na justiça”, disse Edson Bovo, presidente do Sindicato. “Com a falta justificada os funcionários não perderão o direito ás faltas abonadas”, explicou Edson. “Os funcionários estão com a nova consciência”, fala Neide Castilho. De acordo com um dos membros do sindicato, Neide Castilho, os trabalhadores, mesmo sofrendo punições, estão exercendo suas funções fortalecidas e conscientes de seus direitos perante á Lei Trabalhista. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais agradece de um modo muito especial á câmara Municipal de Vargem Grande do Sul, por ter respeitado o trabalhador municipal e a Policia Militar, que esteve disponível a tudo que eles reivindicavam.

Editorial – O mais próximo da verdade

Tentaremos neste edital chegar o mais próximo da verdade no caso da greve dos funcionários públicos municipais. A greve era necessária, dada a falta de entendimento e os baixos salários que estão recebendo os funcionários públicos municipais. Foi uma greve ordeira, houve excesso nas vias, poderiam ser enviados e não causariam constrangimento entre colegas de trabalho. A Prefeitura não tem dinheiro para dar o aumento. Se parar de fazer o asfalto ou quem sabe um empréstimo, o Executivo poderia dar o aumento de 25%. Há excesso de funcionários na Prefeitura. Quem tem dinheiro, somando tudo, cerca de R\$ 200 mil, á a câmara Municipal. Ou a Câmara começa a construir um novo prédio, e assuma a responsabilidade por isso, ou devolve o dinheiro que não foi gasto no final do ano, como determina a lei. Pode fazê-lo agora, repassando para o aumento dos funcionários e não construir o prédio. Aprovar a emenda foi uma alternativa que levou ao fim da greve, mas não resolveu o problema de quem irá pagar a conta. Devolver a responsabilidade para o Executivo, não foi uma decisão correta dos vereadores, pois sabiam que não há dinheiro e que a emenda corria o risco de se inconstitucional. O prefeito deveria saber que o dinheiro da Câmara, teoricamente, é “imexível”, e ao fazer seu planejamento, não poderia contar com o dinheiro do Legislativo. No caso, gastou mais que arrecadou. Enfim, ou se constrói uma nova Câmara ou se paga melhor os funcionários públicos municipais. O impasse continua e a melhor solução deveria ser tomada antes de iniciar a greve, sentar ambos os poderes na mesa e conversar, tendo por principio básico que o dinheiro não é nem Ada Câmara e nem da Prefeitura, é do povo e a melhor maneira de empregá-lo, no momento, é a decisão de se pagar melhor os funcionários ou construir uma Câmara nova. Por fim, que a perseguição aos

funcionários que participaram da greve só vai acirrar os ânimos, é desaconselhável e se for para punir a todos, que seja exemplar o prefeito, não punindo alguns e poupando outros. O melhor é não perseguir ninguém.

Para Entender a greve



Os funcionários ganham pouco e pedem aumento. A prefeitura alega que não tem dinheiro. As negociações começam, o Sindicato ameaça com greve. O prefeito não cede e acena que o único dinheiro disponível para dar aumento aos funcionários é o dinheiro da câmara. A greve é deflagrada e o prefeito envia proposta à câmara dando 25% de aumento, só que 20% somos do dinheiro da Câmara (R\$ 50 mil) e 5% do dinheiro da Prefeitura (R\$ 12.500,00). Os vereadores não aceitam e querem da só um

abono de R\$ 50,00 para cada funcionário. Dando o abono, o total a ser gasto pelos cofres municipais seria de R\$ 30 mil, sendo que a Câmara entraria com R\$ 15 mil e a Prefeitura com a outra metade. O prefeito Jose Reinaldo não aceita a proposta dos vereadores e quer que seu projeto de 25% vá para ser votado na Câmara, onde acredita ter o voto de pelo menos 10 vereadores. Se o projeto for aprovado, ainda há que se discutir se é a mesa da Câmara – no caso o presidente da Câmara e o secretário – é que teriam o poder de repassar o dinheiro ao executivo e se for afirmativo, se o presidente Felicinho está disposto a zerar o caia do legislativo. Enquanto tudo isso não for esclarecido, é bem provável que a greve continua.

Gazeta de Vargem Grande, 06 de setembro de 1995

Funcionários públicos recebem sem aumento.



Até que prefeito municipal Jose Reinaldo envie sua resposta à Câmara Municipal, os salários dos funcionários continuam sem alteração. No ultimo dia 8, os funcionários públicos municipais receberam seus salários sem nenhum aumento, enquanto isso fica a expectativa da melhoria dos salários, considerados os mais baixos da região. Na foto, fila para receber o salário, os funcionários públicos continuam sem aumento.

Após participarem de uma greve por três dias, lutando por uma melhoria salarial, os funcionários públicos municipais acabam de receber os comprovantes de salários, sem o devido aumento por que tanto lutaram. Ao invés do aumento proposto pelo sindicato, um abono de R\$ 50,00, para cada funcionário ou os 25% do projeto do Executivo, vários funcionários que participaram da greve tiveram seus vencimentos rebaixados, alguns em até R\$ 200,00, com a atitude do prefeito José Reinaldo Martins em transferir pessoas que ocupavam cargo de confiança para outros setores, ao mesmo tempo em que tirava as vantagens pecuniárias que pos cargos lhe outorgavam. Também quem participou da greve terá os três dias descontados do salário. Segundo informações da diretoria do sindicato dos Funcionários públicos Municipais, na ultima reunião na sexta-feira, o prefeito estava disposto a dar R\$ 50,00 de abono, inclusive a Câmara pagaria a metade. Mas, o Sindicato os Funcionários Públicos só aceitaria a proposta se o prefeito parasse com as perseguições que vem fazendo a quem aderiu à greve. Em resposta, seguindo o Sindicato, o prefeito disse que isso era um problema dele e que continuaria a punir os grevistas. Abismados com a resposta, funcionários e vereadores agora esperam a decisão do prefeito. De acordo com informações da diretoria do sindicato, se o

prefeito vetar o projeto, 11 vereadores que estão a favor dos funcionários sancionarão o projeto e a Prefeitura será obrigada a ceder os 25%. Disse uma representante do sindicato que “as punições vem fazendo aos funcionários, inclusive com pressões psicológicas, todos os casos estão sendo ouvidos e serão encaminhados á Justiça”.

Se parar as punições, Câmara volta a negociar

O prefeito da Câmara Municipal, Felício Mizurini Filho, disse que a Câmara Municipal volta a sentar a mesa das negociações, no caso para repassar dinheiro ao Executivo, se o prefeito Jose Reinaldo Martins repensar as punições que está fazendo aos funcionários que participaram da greve. Felicininho está aguardando o veto do prefeito Jose Reinaldo ao projeto emendado pelos vereadores. Segundo o presidente, a emenda é constitucional, pois não mudou para maior as despesas do executivo, simplesmente consertou o projeto do prefeito que da maneira como foi enviado á Câmara, estava inconstitucional. Ele acredita que a maioria dos vereadores são contrários ao veto do prefeito. Caso isso aconteça, o executivo será obrigado a pagar os 25% de aumento. O prefeito disse que vai recorrer á Justiça para não dar o aumento.

Prefeito afirma que não volta atrás

O Prefeito Jose Reinaldo Martins foi taxativo na entrevista que deu á Gazeta. Não aceito interferências no executivo. As transferências eram consequência da greve e a perda dos dias também “Não tem volta”. Indagado se estava havendo perseguição aos funcionários que participaram da greve, o prefeito afirmou que não. Segundo Jose Reinaldo, o que aconteceu é que está havendo multa de confiança por parte de chefes de setores em funcionários que participaram da greve. “Os funcionários estão indo para onde soa necessários. Ninguém foi mandado embora. Não encaro essas transferências como perseguições, mas sim como justiça”. Também disse que vai descontar os três dias em que s funcionários ficaram parados por não achar justo para quem ficou trabalhando. Na opinião do chefe do executivo, a greve foi ilegal. O prefeito afirma que vai vetar a emenda ao projeto que enviou aos vereadores, propondo um aumento de 25% onde a Prefeitura entraria com 5%do dinheiro e a câmara repassaria 20%. Os vereadores emendam o projeto de tal maneira que somente a Prefeitura ficou responsável em arrumar o dinheiro para pagar o aumento proposto. Se seu veto foi derrubado, o prefeito afirmou que vai recorrer á Justiça. Sobre se vai dar ou não aumento, José Reinaldo disse que a Prefeitura não tem dinheiro, nem mesmo para arcar com o abono de R\$ 50,00 para cada funcionário. Sobre a possibilidade de lançar mão de um empréstimo para dar o aumento aos funcionários municipais, o prefeito preferiu nada falar a respeito. Uma nova greve pode ser deflagrada pelos funcionários públicos municipais, uma vez que não obtiveram aumento, tiveram seus dias descontados e viram seus colegas serem perseguidos. A greve que até então foi ordeira e pacífica, pode ter outros contornos dados ao clima em que se encontra a moral dos funcionários. Para um antigo funcionário, que está indignado com tudo isso que está passando, prefeito, vereadores e membros do Sindicato poderiam ceder um pouco cada um e chegarem a um acordo. “É o mínimo que estas pessoas que ocupam cargos de responsabilidades poderiam fazer por nós”, falou. Sem querer se identificar por medo de ser transferido de cargo.

Gazeta de Vargem Grande, 13 de setembro de 1995

Câmara protesta contra perseguição de funcionários

Na sessão ordinária da Câmara que aconteceu na segunda-feira, dia 4, o prefeito da Câmara Municipal, Felício Mizurini Filho, assinou uma “Moção de Desagravo” que foi aprovada por unanimidade na Casa Legislativa. A Moção foi proposta pelo vereador Celso Itaroti Cancellieri Cerva em protesto ás medidas tomadas pelo prefeito Jose Reinaldo Martin contra os

funcionários públicos municipais que aderiram á greve por melhores salários. A Moção explica que a greve é um direito do trabalhador, garantido pela constituição Federal que também se estende aos servidos públicos. Segundo informações, o prefeito tem feito um remanejamento, transferindo os funcionários grevistas para outros setores que não correspondem ao seu ramo de trabalho. A atitude causou a indignação na Câmara, além de dificultar as negociações entre funcionários e Prefeitura durante a greve. As atitudes tomadas pelo prefeito para a Câmara “tem conotação de perseguição política das mais perversas, e com a qual esta Câmara não compactua”, segundo o ofício aprovado. Diante do exposto, foi escrito na Moção que: “Para que se restabeleçam na administração Municipal, o clima democrático e os direitos constitucionais dos servidores, a Câmara Municipal pede ao senhor prefeito que: reconduza os referidos funcionários aos Departamentos que ocuparam, até 31/ago/95”.

Gazeta de Vargem Grande, 23 de setembro de 1995

Prefeito veta projeto de Lei sobre aumento salarial

O prefeito José Reinaldo Martins encaminhou no dia 20 de setembro ao presidente da Câmara, Felício Mizurini Filho, o veto total ao projeto de Lei nº 65/95, que previa um aumento de 25% aos funcionários públicos municipais. O projeto original do prefeito previa que o aumento seria dado com a Prefeitura se responsabilizando com 5% do dinheiro e a Câmara Municipal entraria com 20%. O projeto foi considerado inconstitucional pelos vereadores, que fizeram uma emenda dizendo que somente a Prefeitura iria arcar com o dinheiro. A emenda foi concebida pelo vereador José Acácio Mesquita, assinada pelo vereador Celso Itaroti e aprovada por todos os vereadores. Com a aprovação da emenda, só restou ao prefeito José Reinaldo Martins vetar o projeto na sua totalidade. Na suas explicações feitas á Câmara acerca do seu veto, o prefeito diz que a emenda aprovada pelos vereadores é totalmente inconstitucional, uma vez que viola vários artigos que não admitem que o Legislativo aumente despesas nos projetos de iniciativa do executivo. O prefeito disse também que um aumento não previsto de despesa pelo Executivo, nesta época do ano, importará na paralisação de obras em andamento e inviabilizará o início de outras, comprometendo também a aplicação obrigatória dos 25% da educação, saúde e demais serviços públicos essenciais. O veto do prefeito ia ser votado na sexta-feira, dia 22, em sessão extraordinária marcada para às 20h e era tido como certo que não passaria, pois o prefeito precisaria de maioria absoluta e não teria numero suficiente de votos para aprovar seu veto. Na quinta-feira, o vereador Jose Carlos Mesquita consultou novamente o Cepam e o órgão de consultoria do Legislativo afirmou que o projeto original do prefeito era inconstitucional, pois condicionava dinheiro pertencente ao Legislativo para dar aumento aos funcionários públicos municipais. Segundo Cassinho, com a emenda feita, corrigiu-se projeto. Perguntado a respeito se o veto do prefeito passaria, Cassinho afirmou que tinha conversado com seus companheiros vereadores e era certo que o veto não passaria.

Prefeito afirma que não dará aumento

Entrevistado pela Gazeta, o prefeito Jose Reinaldo Martins disse que se o veto for derrubado, ele vai entrar na Justiça, uma vez que recebeu orientação da sua assessoria jurídica para assim proceder. “Fiz um acordo com os vereadores e nesse acordo estava certo que eu daria um aumento de 25% mas que a Prefeitura entraria com 5% do dinheiro e a Câmara Municipal com 20%, daí termos mandado projeto vinculado o aumento com o dinheiro da Câmara. Eu acreditei nos vereadores e mandei o projeto, agora, não posso dar o aumento enquanto o projeto estiver na Justiça”, afirmou o prefeito. O prefeito teme que se der um aumento agora e a Justiça julgar procedente a emenda dos vereadores, ele será obrigado a cumprir a sentença judicial. “Neste final de ano não será dado aumento. Se dou aumento e a Justiça julgar legal o aumento dos

25%, corro o risco de ter de pagar os 25% retroativos desde agosto”. Falou. O prefeito pensa em dar um aumento aos funcionários públicos municipais só em janeiro, quando entrar dinheiro dos impostos municipais, como o IPTU. Até lá, ele acredita que a sentença na justiça já saiu, mas, como todo mundo conhece o andamento das coisas na Justiça, a sentença pode demorar muito mais tempo. Jose Reinaldo disse que não espera uma ova greve. “Se tiver greve, pouco vai adiantar, não tem dinheiro, mas, criou-se um impasse”, admitiu o prefeito. “Se a Justiça julgar correta a emenda, serei obrigado a dar o aumento, o que implica em gastos de R\$ 60 mil mensais a mais. Vai depender da Justiça, de quanto tempo ela vai demorar para julgar a questão”, disse o prefeito. O presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Edson Bovo, afirmou á Gazeta que derrubado o veto, o Sindicato vai entrar na Justiça com um mandado de segurança para que o prefeito cumpra o que determina a Lei, ou seja, que ele conceda o aumento de 25% aprovado pela Câmara. Sobre a greve, Edson falou que no momento ela está suspensa, não encerrada, e dependendo do que acontecer, os funcionários poderão entrar na greve novamente.

Destaques da gestão de Edson Bovo, de acordo com publicação no jornal de Vargem Grande do Sul 1996.

Gazeta de Vargem Grande, 30 de julho de 1996

Sindicato comemora entrega de cesta de alimentos.



A cesta de alimentos que será concedida aos servidores públicos municipais a partir do corrente mês, (entrega prevista para a próxima semana), é uma antiga reivindicação do Sindicato da classe. Segundo informações obtidas pela Gazeta junto ao presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Edson Bovo, hoje afastado do órgão devido á sua participação na eleição, o pedido para entrega da cesta de alimentos, assim como a de aumentos salariais era uma prioridade.

“Desde que assumiu a presidência do Sindicato, o fornecimento de uma cesta básica de alimentos aos servidores municipais, tanto era prioridade que foi requerida por varias vezes junto ao Executivo local, sendo que além de vários contatos verbais, forma encaminhados ofícios nº 01/95 e 17/95, respectivamente em 17 de janeiro e 16 de agosto de 1995”, disse Edson. No ofício 001, enviado ao prefeito Jose Reinaldo Martins em 17 de janeiro de 1996, além dos 50% de aumento, implantação do café da manha, fiação de data base e participação efetivo no Sindicato, Edson no item 2 do ofício citou:”fornecimento de cesta básica aos servidores”. Segundo o presidente, ele solicitou que a Câmara repassasse o dinheiro para a comprar as cestas. “Além dos pedidos realizados diretamente ao Executivo, na sessão ordinária da Câmara Municipal de 06 de maio p.passado, no uso da Tribuna Livre, acompanhado de grande numero de servidores, solicitei estudo dos vereadores, especialmente do presidente daquela casa, para que fosse repassado pela Câmara á Prefeitura o numerário necessário para o fornecimento da cesta, sendo que naquela ocasião me foi prometido que os estudos seriam realizados”. “Assim, somente tendo a agradecer, em nome de todos os servidores e de suas famílias aos membros da Câmara que concederam este beneficio para toda uma classe de trabalhadores, tão ou mais castigada como as demais pelo difícil momento por que passamos e espero sinceramente que o dialogo e entendimento entre o Sindicato e os Poderes Públicos possa crescer a cada dia e, desta forma trazer outras importantes conquistas para os funcionários municipais”, finalizou Edson.

Gazeta de Vargem Grande, 30 de agosto de 1996

Folha de pagamento da Prefeitura esta alta



Embora o salário seja pouco, o elevado número de funcionários da Prefeitura, cerca de 600, faz com que a folha de pagamento seja alta no Município, cerca de R\$ 250 mil bruto. A Câmara aceitando pagar 20% de aumento teria de desembolsar R\$ 50 mil todos os meses até dezembro. A Prefeitura entraria com os 5%, um total de R\$ 12.500,00 por mês. Caso seja aprovado pela Câmara, o aumento daria gasto de R\$ 65.500,00 aos cofres municipais. Jose Reinaldo acredita que se a Câmara aprovar o projeto, o que é difícil no seu entender, amos os poderes estarão contribuindo com o máximo de seus recursos, abrindo mão de varias obras, pensando no bem estar dos funcionários. “Se a câmara aprovar o projeto, não tem condições de dar mais nada, o dinheiro está contadinho. Da Prefeitura também, se estourar dois motores, vou ter dificuldades em consertá-los”, afirmou.

“Os repasses do governo estão cada vez diminuindo mais. Hoje tenho R\$ 180 mil em caixa. A folha fica em R\$ 250 mil. Não está entrando nada. Se a Câmara não repassar os 20% o único aumento dos funcionários será os 5%. Cesta básica, não tem condições”, disse o prefeito. O prefeito disse que está torcendo pela Câmara aprovar pó projeto, pois para os funcionários vai ser uma boa. Ele afirmou que em media os braçais ganham R\$ 200 e com o aumento teriam um ganho significativo de R\$ 50,00 por mês.

Gazeta de Vargem Grande, 30 de agosto de 1996.

Câmara quer dar abono de R\$ 50,00

Na terça-feira, a tarde começaram de fato as negociações entre o Executivo, Legislativo e Sindicato para resolver o impasse do aumento salarial dos funcionários públicos municipais. Segundo o presidente da Câmara, Felício Mizurini Filho, o prefeito mandou um oficio aos vereadores assinado pelo assessor de comunicação da Prefeitura, Gregório Pasquini, propondo que a Câmara arcasse com 20% do aumento e o Executivo com 5%, isso ocorreu por volta das 16h. O presidente disse que não deu validade ao oficio, pois devido á gravidade do assunto, o mesmo deveria ter sido por uma questão de delicadeza, assinado pelo prefeito. Mais tarde, ainda no recinto da Câmara, o presidente do Sindicato, Edson Bovo convidou o presidente e mais alguns vereadores para discutirem a proposta do prefeito. Depois de muita discussão, os vereadores fizeram uma proposta ao refeito do sindicato para que ele pudesse manter uma nova discussão com o prefeito municipal.

Gazeta de Vargem Grande, 30 de agosto de 1996.

Proposta da Câmara ao Presidente do Sindicato

Na proposta ao presidente Edson Bovo, os vereadores dizem sensibilizados com situação dos funcionários municipais e em decorrência da greve deflagrada, que acarretou inúmeros problemas para a municipalidade, embora justo, apresentaram uma proposta conciliadora. A participação da Câmara Municipal seria de 50% do recurso financeiro para que seja concedido

pelo Executivo, um abono de R\$ 50 para cada funcionários da Prefeitura, o qual deverá ser incorporado aos salários. Essa contribuição da Câmara será por quatro meses. A contribuição acima ficaria condicionada à garantia dada pelo prefeito de que não haveria demissões, descontos de dias paralisados e mudanças de funções, referentes aos funcionários que participaram da greve. Toda a proposta ficou condicionada a um projeto de lei a ser enviado pelo prefeito, específico para o caso.

Gazeta de Vargem Grande, 30 de agosto de 1996

Prefeito não aceita a proposta dos Vereadores

O prefeito José Reinaldo Martins tomou conhecimento da proposta através do presidente do Sindicato e não aceitou a mesma. Ele disse preferir o aumento de 25% e esperar que o seu projeto seja apreciado ainda nesta quarta-feira. Tudo vai depender do presidente da Câmara que tem 48 horas para por o projeto em votação. Se o presidente Felicinho decidir, o projeto será votado em caráter de urgência ainda na quarta-feira e a greve pode terminar. Se acaso o projeto for seguir os trâmites legais, a greve prossegue até quinta-feira e vai depender da votação dos vereadores que darão aprovado por maioria de dois terços, ou seja, é necessário que dez vereadores votem a favor o projeto para o aumento de 25%.

Destaques da gestão de José Sagiorato, de acordo com publicações nos jornais de Vargem Grande do Sul:1997/1998

Gazeta de Vargem Grande, 2 de maio de 1998

O presidente do Sindicato, Jose Sagiorato explica aos funcionários sobre as negociações do Fupreben



Aconteceu nesta semana uma reunião entre alguns funcionários da Prefeitura e membros da diretoria do sindicato dos Funcionários Públicos Municipais. A reunião se deu na sede do sindicato e a preocupação maior era com a dívida que a Prefeitura está tendo para com o Fupreben, responsável pelo pagamento dos funcionários aposentados e que hoje ultrapassa R\$ 2 milhões. Uma das propostas levadas ao presidente do Sindicato, José Sagiorato, era para que ele como presidente do

sindicato e gozando de imunidade, entrasse junto à Justiça pedindo o seqüestro do repasse do ICMS e Fundo de Participação dos Municípios, para que o dinheiro fosse usado para pagar a dívida para com o Fupreben. Para a funcionaria aposentada, Neide Castilho, a parte legítima para entrar com a ação na Justiça cabe aos funcionários é o presidente do sindicato, a ele caberia esta função. José Sagiorato argumentou que está esperando uma próxima reunião do conselho do Fupreben, quando a prefeita Denira disse que levaria uma proposta para pagamento da dívida e após esgotadas as negociações, caso a prefeita não pague o que deve ao Fundo, prontamente ele entraria na Justiça pedindo inclusive, o seqüestro das verbas que o governo repasse à Prefeitura. Segundo todos os presentes, a conversa foi muito proveitosa e vai aguardar as decisões que surgirão da reunião do próximo dia 6 entre os representantes do Fupreben, quando voltarão novamente a se reunir com o sindicato

Destaques dos comentários dos candidatos à presidência do Sindicato, segundo as publicações nos jornais de Vargem Grande do Sul:

Gazeta de Vargem Grande, 28 de novembro de 1998.

Eleição do sindicato dos Funcionários deve acontecer em dezembro.



A outra chapa que devera concorrer à eleição é o guarda municipal Luis Carlos da Silva, 48 anos. Luis há 4 anos é funcionário publico, veio de são Paulo e já acompanha o Sindicato na época da gestão de Edson Bovo, quando os funcionários pleiteavam 25% de aumento quando Jose Reinaldo era prefeito. A reivindicação foi considera inconstitucional.

Luis disse em entrevista, que desde esta época começou a surgir a idéia de disputar a presidência do sindicato e quando voltou de licença,

soube das eleições e resolveu disputar. Foi também pelo meu espírito democrático e participativo. Quando fiquei sabendo que haveria somente uma chapa, me inscrevi também para concorrer”, disse. O candidato atualmente faz a locução do programa de radio da prefeita “A cidade é Sua” e também de eventos da Prefeitura, o que acabou deixando a imagem de estar do lado da prefeita. Luiz disse não aceitar este rótulo de candidato da situação. “Descordo totalmente disso, porque vai contra todos os meus princípios. Fui um dos que lutou para trazer a democracia ao país. Fui preso por querer a democracia. Esse tipo de sindicalismo, conhecido como pelegos que estão atrelados aos patrões e políticos, existiu na ditadura. Não posso compactuar com isso. Essa impressão pode ter sido dada apenas porque profissionalmente faço a locução do programa e de eventos da Prefeitura, mas apenas faço a locução”, afirmou. Perguntado sobre a situação do funcionalismo, Luiz disse que está bastante difícil. “Os salários estão defasados com relação a média dos salários da região. Alem disso, estamos recebendo em prestação e com atraso e, somado a tudo isso, faltam condições de trabalho, veículos e equipamento e a maior parte do pessoal não tem qualificação adequada para determinada função”, disse. **As propostas** – “Primeiro ato é realizar a campanha de novos sócios, fazendo voltar aqueles que saíram e procurar atrair outros. Com maior numero de associados, o sindicato se torna mais forte. Segundo é negociar com a senhora prefeita que pelo menos pague os salários em dia e em uma única parcela, que é o mínimo que um trabalhados, servidor ou qualquer funcionário, merece para manter sua dignidade. Em terceiro, negociar com a prefeita que volte a ser fornecida a cesta básica devida ao funcionário e tentar que as cestas devidas sejam pagas em dinheiro ao funcionário. Em quarto, a criação de uma cooperativa de credito mútuo para os associados. Também assistência odontológica e jurídica para os associados e também conseguir junto a ACI descontos para comprar à vista e facilidades de crédito para compras a prazo. Além disso a atuação do sindicato vai primar pela aproximação do funcionalismo. Ouvir o associado e dentro da medida do possível, atender aos pedidos”.

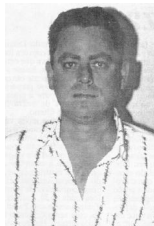
Fupreben - “Vamos tentar pleitear junto a administração, providencias para o reconhecimento das parcelas em atraso. Já que o dinheiro foi descontado dos funcionários e tem que ser depositado”.

Unimed – “Reivindicaremos junto a administração, o convenio com a unimed seja mantido e com a diminuição dos serviços de saúde prestados pelo município, que não sejam alterados o número de consultas dos funcionários durante todo o ano”. Luiz disse que espera que o funcionalismo compareça no dia da eleição e “escolha a chapa que mais trará benefícios para o funcionalismo municipal”. A eleição para a nova diretoria do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais estava marcada para o dia 20 de novembro, mas teve que ser adiada. Em entrevista à reportagem da Gazeta, o atual presidente, José Sagiorato, afirmou que no dia da eleição uma nova chapa compareceu no escritório do sindicato para concorrer à presidência. “eles vieram antes das 17h, como determina o estatuto do sindicato, mas não estava com o papel apresentando formalmente a chapa, o que foi providenciado após o horário. Então a chapa que já estava registrada, pediu a impugnação. A chapa impugnada encontrou outra irregularidade na eleição, que tem que ser marcada no mínimo 15 antes do termino do mandato

da atual chapa e no máximo de 30. Como a eleição foi marcada para o dia 20, mais de 40 dias antes do término da atual gestão, que é de 31 de dezembro, a eleição teve de ser adiada”, explicou José. A chapa que foi impugnada, tem como presidente o guarda municipal Luiz Carlos dos Santos e entrou com uma Ação Cautelar na Justiça e lhe foi concedida uma liminar. Agora, segundo o presidente José Sangiorato, as duas chapas deverão entrar em acordo para que a ação não continue na Justiça, o que vai causar morosidade para a eleição da nova diretoria. “Fomos falhos em todos os sentidos. Agora temos que aguardar a Justiça e o possível acordo entre as chapas para marcar uma nova data para a eleição”, disse José.

Gazeta de Vargem Grande, 28 de novembro de 1998.

Manoel Martin formou uma chapa de oposição.



Provavelmente, as eleições para a nova diretoria deverão acontecer em dezembro e deverão ser duas chapas a concorrer. A primeira a se inscrever regularmente para a disputa, tem como candidato a presidente Manoel Garcia Martim, 42 anos. Manoel há 20 anos trabalha como funcionário público municipal, em vários anos trabalho no Setor Tributário, depois Obras e atualmente no almoxarifado. Manoel disse em entrevista à Gazeta, que há alguns meses vem fazendo uma pesquisa junto aos funcionários e tomou a decisão de montar uma diretoria forte para bem representar

os funcionários municipais. “A aceitação de minha candidatura foi excelente, principalmente depois do episódio do cancelamento das eleições”, afirmou. “É uma chapa de oposição, senão teríamos a eleição no sábado, como estava marcado. Tenho o apoio de quase todos os funcionários”. **Salário** – Analisando a situação do funcionalismo, Manoel a caracterizou como difícil. “Há atraso nos salários, falta de cesta básica e o problema com o Fupreben. Nosso objetivo é fazer reuniões constantes junto aos dois poderes Executivo e Legislativo, procurando meios para resolver a questão. O atraso salarial é angustiante para o funcionalismo. Vamos lutar com todos os meios legais para que não haja mais atraso. A intenção é unir a categoria, hoje dispersa, não acreditando na força que o Sindicato tem”, disse. Segundo Manoel, o Sindicato tem hoje 260 filiados, sendo que existem cerca de 700 funcionários. “Acredito que a terceirização de muitos serviços levou a um desequilíbrio financeiro da Prefeitura, que hoje é obrigada a pagar os fornecedores e isso acarreta o atraso do pagamento dos funcionários”. Para o candidato, esta situação tem que ser revista e o funcionário municipal melhor aproveitado. “Muitos estão encostado pela atual administração”. **Fupreben** – “Hoje a dívida passa de milhões e do jeito que esta indo, encontrar uma situação é difícil. Uma das saídas é transformação do Fundo em uma Autarquia. Vamos nos reunir e trabalhar para esta finalidade”, disse. **Estabilidade** – “Existe um tramite legal aprovado na nova reforma do governo, para dispensa de funcionários. Não se chega e vai mandando qualquer funcionário embora. Ele tem os direitos garantidos em lei. Só pode haver dispensa de funcionários, quando se ultrapassa 60 % dos gastos do Orçamento com o pagamento de salário, que não é o caso de Vargem, primeiramente a prefeita teria de dispensar os cargos comissionados e contratados

(cargos de confiança) e depois disso poderia dispensar os servidores não estáveis, começando do mais novo, só depois os estáveis, tudo isso pagando pesadas indenizações. A prefeita não pode chegar e mandar funcionário embora”, afirmou o candidato Manoel. Indagado se existe pressão sobre os funcionários para não votar na chapa presidida por ele, Manoel afirmou que é difícil provar, mas acredita que os funcionários estão sendo coagidos.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 24 de dezembro de 1998.

Eleita nova diretoria do sindicato dos Funcionários Públicos Municipais

No dia 19 de dezembro, sábado, foi eleita a nova diretoria do sindicato dos funcionários Públicos Municipais, que terá a partir do dia 4 de janeiro em sua presidência, Manoel Garcia Martim. A eleição que teve início às 8h e terminou às 12h e, apenas um voto nulo, contou com duas chapas concorrentes tendo como candidato à presidência Manoel Garcia Martim que venceu com 102 votos e Luiz Carlos da Silva que teve apenas dois votos. O atual presidente do Sindicato, José Sagiorato comenta que a participação dos eleitores deveria ser maior, pois o número de eleitores que compareceram para a eleição é muito pequeno em relação de associados ao Sindicato, que hoje tem 265 associados, sendo assim, menos da metade dos associados compareceram às urnas. Segundo Sagiorato, a posse da nova diretoria deverá acontecer no dia 4 de janeiro, às 19h, e o local está para ser definido.

Chapa eleita em 1998 é composta por:

DIRETORIA EXECUTIVA	NOME
PRESIDENTE	MANOEL GARCIA MARTIM
VICE-PRESIDENTE	ÂNGELA APARECIDA DELLA TORRE
SECRETARIO GERAL	EDSON BOVO
1º SECRETARIO	MÔNICA CASTILHO
2º SECRETARIO	SILVIA CARDOSO DE SIQUEIRA
1º TESOUREIRO	JOAQUIM MAURO DE GODOY JUNIOR
2º TESOUREIRO	LUIS GUSTAVO FIORINI DE FARIA

SUPLENTES	NOME
	1º APARECIDA GARCIA MARTIM
	2º ADEMIR DE OLIVEIRA CORSI
	3º RENATO ALVES VASCONCELLOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO	NOME
	CLAUDIO GADIANI
	REGINA DE FATIMA PIROLA THOMAZ
	ANTONIO CARLOS BARROS SILVA
	WANDA DE FATIMA R. ANDRADE
	WALDESSI DE SOUZA PAULA
	MAURÍCIO MARTINS VIDAL
	RENATA REGINA TAÚ

SUPLENTES	NOME
	JOSE CARLOS P. DE ALCANTARA
	DONIZETE JOSE CARLOS PEREIRA
	ROGERIO BOCAMINO

CONSELHO FISCAL	NOME
	RICARDO VAGNER DE LIMA

	MANOEL FRANCISCO CORREA
	JAIR NOGUEIRA DE FARIA

SUPLENTE	NOME
	EMERSON LUIS DA FONSECA
	RODNEI CARLOS MACHADO
	PAULO DOS SANTOS MOREIRA

Tribuna Vargem Grande do Sul, 24 de dezembro de 1998.

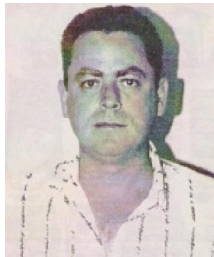
As metas

Manoel Garcia Martim é servidor público municipal, ocupando o cargo de Agente de Administração I, lotado no setor do Almoxarifado. Em entrevista à Tribuna o presidente eleito ressaltou algumas das metas que o Sindicato deve seguir a partir do dia 04 de janeiro. De acordo com ele o primeiro passo após a posse será marcar uma reunião com a prefeita para saber as diretrizes traçadas por ela e através do sindicato saber o que se pode fazer para que não haja o atraso dos salários dos funcionários públicos municipais, principal meta do presidente eleito. O segundo passo, segundo ele, será juridicamente tentar transformar a Fupreben em autarquia. “O Sindicato deve tentar fazer autarquia e não do jeito que está hoje. Por ele, hoje, está simplesmente descontando o dinheiro dos funcionários e, não está sendo repassado. Isso resta duvida”, conclui Manoel que afirma ainda que o Sindicato irá interferir também na área social, fazendo um recadastramento dos funcionários filiados ao sindicato para que se tenha meios de se atualizar em relação à situação de cada um, “para que a gente possa, junto com a administração fazer um bom trabalho, sindicato e prefeita, de uma forma amigável, como manda o estatuto”, diz o futuro presidente. Para os associados, Manoel diz que o trabalho a ser desenvolvido será intenso e representativo aos funcionários. Ele comenta ainda que pretende fazer um trabalho amigável junto ao Executivo, sempre dentro da lei, relata o presidente eleito que fala ainda sobre o problema das cestas básicas que deveria ser entregue há alguns funcionários, de determinação referencias, mas não estão sendo cumpridas: “a cesta básica, por exemplo, existe uma lei em vigor e essa lei não está sendo cumprida, não estão sendo repassadas as cestas básicas, embora a lei, ainda, seja inconstitucional, que até certas referencias tem direito e outras, não. Está ferindo o princípio da constituição brasileira, tem que haver tratamento igual, todo mundo é igual perante a lei, vamos lutar para que todos recebam essas cestas básicas, embora nem os que deveriam receber não estão recebendo”, contou. Manoel disse também, que pretende estudar minuciosamente a área financiada da prefeitura e ate, quem sabe, propor uma reforma administrativa, para se evitar gastos desnecessários para uma época de crise, para que desta forma possa defender o salário do trabalhador “se não da para pagar o salário, também não da para comprar. Se não da para comprar, obviamente tem que traçar um orçamento melhor em cima do que se trata a parte financeira, a parte dos salários de funcionários” e relata: “É uma área que a gente vai estudar minuciosamente para poder chegar a esse ponto principal, pelo menos não atrasar o salário, chegar no dia certo ou que pague em duas vezes, a cada quinzena”, explicou. “Pretendemos fazer um trabalho amigável e harmônico, mas sempre dentro da lei, procurando sempre representar os funcionários. Vamos procurar certas coisas, não desmerecendo ninguém”, finalizou Manoel.

Destaques da gestão de Manoel Garcia Martim, de acordo com publicação nos jornais de Vargem Grande do Sul: 1.999.

Gazeta de Vargem Grande do Sul 27 de Fevereiro de 1999.

Sindicato não conseguiu acordos com a Prefeita. Ações deverão garantir o direito dos funcionários ao salário.



O presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim Em entrevista à reportagem da Gazeta de Vargem Grande do Sul, o presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, afirmou que apenas uma reunião foi feita com a prefeita Denira, a respeito dos problemas com o funcionalismo público, que inclui pagamento de salários, repasse ao Fupreben e também a transferência de funcionários para outros cargos. Manoel disse que na reunião, a prefeita declarou que não iria desrespeitar nenhuma lei. “Pedimos para que ela priorizasse o pagamento do salário

dos funcionários. Mas até agora nada foi respeitado”, afirmou. Também foi solicitado pelo Sindicato, várias informações sobre o Fupreben e outros assuntos, relacionados aos funcionários, mas nada foi informado pela prefeitura. Outra irregularidade constatada, foi com relação à formação da diretoria do Fupreben. Manoel explicou que neste caso, a Prefeitura simplesmente ignorou a indicação de seus representantes para os aposentados que foram: Neide Fonseca Castilho (ativa) e Geraldo de Andrade Daniel (inativo) e para o secretariado Edson Bovo e Ângela Della Torre; colocando no edital, pessoas escolhidas pela prefeita. “Até agora, não foi concedido ao secretário Edson Bovo, a permissão para que atuasse no Sindicato; deixando a entidade sem seu secretário. Quer dizer, faz-se de tudo para dificultar o trabalho”, disse Manoel. Frente aos problemas que enfrenta nos primeiros meses de sua gestão, Manoel não viu outra saída, a não ser procurar a Justiça. “O primeiro trabalho do Sindicato, é fazer com que se priorize o pagamento dos funcionários. Estamos movendo quatro ações: a primeira é justamente o pedido de prioridade de pagamento de salários com bloqueio de verbas. A segunda é a entrega de cestas básicas do ano passado que não foram entregues de acordo com a lei nº 2.229/98 do mês de maio. Há também uma ação contra a portaria nº 3.590, sobre a diretoria do Fupreben. Outra ação é com o decreto nº 1682, que alterou o parágrafo 1º do artigo 1333, que diz que o secretário geral (Edson Bovo) e o tesoureiro (Joaquim Mauro de Godoy Junior) só podem ser afastados para atender o Sindicato com mais de 1000 associados. É um absurdo isso. Para começar a Prefeitura tem apenas 750 funcionários e como poderia então ter mais de 1000 associados. Eles estão impedidos de atuar por causa disso”, explicou Manoel, que disse que o advogado que está cuidando dos casos é Hugo Andrade Cossi, contratado pelo Sindicato. Para Manoel, o que tem que ser resolvido é a questão salarial. “A ação já foi impetrada. Os funcionários estão pagando muitos juros com o atraso do pagamento. Já são quase dois meses de atraso. É certo que a Prefeitura por dificuldade, mas a tolerância já chegou ao máximo e falta respeito ao funcionário que, mesmo sem receber, não estão faltando com suas obrigações”, afirmou Manoel. Sobre o Fupreben, Manoel disse que assim que a situação da diretoria ficar resolvida, os membros indicados entrarão na Prefeitura e, embasados na lei, poderão fazer os levantamentos necessários para saber a quantas anda a situação. No que tenho conhecimento, continua a ser descontado e não repassado. A dívida deve ultrapassar os dois milhões. Quanto ao fupreben, a situação difícilima.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 27 de fevereiro de 1999.

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais elabora projeto do Plano de Carreira dos Servidores, e encaminha para a Câmara para apreciação e apoio do Legislativo.



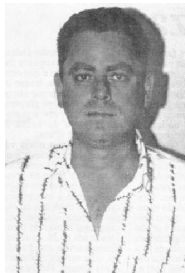
Plano de Carreira deverá ser levado à Câmara.

Falando sobre a situação dos funcionários que são remanejados na Prefeitura, Manoel afirmou que um Plano de Carreira será enviado à Câmara que deverá apreciá-lo e pedir para que a prefeita o envie para votação. Nele, será o quadro de funcionários e as explicações sobre cada cargo. “O que está sendo feito, contraria a lei, pois um funcionário que é escriturário, por exemplo, não pode ser remanejado para

um almoxarifado onde vai desempenhar um papel totalmente alheio à sua função e formação. O funcionário vai por que tem medo da demissão, mas a Prefeitura não pode demitir arbitrariamente. O funcionário é amparado pela Constituição Federal nestes casos. Antes de falarem demissão de funcionários, é preciso primeiro demitir os cargos de confiança”, falou Manoel. Para o presidente do Sindicato, os funcionários tem que se unir cada vez mais. “Temos que ter mais associados para o sindicato ganhar força. O funcionário pode vir até o sindicato, tirar suas dúvidas que o representante ai estar aqui para explicar. É preciso que haja mais união”, falou.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 24 de Abril de 1999.

Sindicato entra na Justiça para os funcionários receberem salários atrasados



De acordo com informações do presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, o problema vivido pelos funcionários da Prefeitura é angustiante, chegando ao extremo de alguns estar passando até fome, devido a atraso de salários. Para tentar resolver a situação, o Sindicato, depois de se reunir com a prefeita e pedir providências que não foram tomadas, resolveu entrar na Justiça, através de uma medida cautelar inominada, processo nº 398/99, assistida pelo advogado Hugo Andrade Cossi. “Desta forma também, através do

ofício nº 31/99, datado em 09/04/99, recorremos ao senhor presidente da Câmara Municipal, e demais vereadores, no sentido de tentar resolver este grande problema social que assombra os servidores da nossa cidade. Por outro lado, também vamos ingressar com outras medidas judiciais, com relação a cesta básica que não é mais fornecidas, regime de providência dos servidores públicos, regime de aposentadorias (Fupreben) para que a diretoria dos citados fundos apresentem balanço dos valores deficitários, e façam urgentemente a avaliação atuariais dos mesmos”, disse Manoel. O presidente confirmou que por inúmeras vezes o Sindicato mandou ofício à prefeita Denira, solicitando documentos, não houve respostas. “Ao meu ver, de acordo com nosso Estatuto, estamos tentando trabalhar harmoniosamente, mas o que parece, a administração não. Portanto, estamos sendo obrigados a tomar medidas judiciais para apurar crimes de responsabilidade”, afirmou o presidente. Manoel informou que no dia 22, saiu à primeira parcela do salário de março. “Os funcionários agora tem que receber a segunda parcela de março e o salário de abril logo estará vencendo”, disse. Para dar mais forças ao sindicato, o presidente Manoel mais uma vez solicitou aos funcionários que se filiem à entidade que os representa. “Hoje temos 303 filiados, quando assumimos tínhamos 250. A Prefeitura Municipal tem aproximadamente 750 funcionários, destes, 35 são funcionários em cargos de comissão, nomeados pela

prefeita”, disse Manoel.

Sindicato participa de congresso

Manoel disse ainda à reportagem Gazeta que recentemente o Sindicato participou do 1º Congresso Geral Estadual de Servidores Municipais, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba, São Pedro e região nos dias 14, 15 e 16 de abril. Segundo o presidente, a participação foi muito proveitosa, pois temas importantes para as categorias foram debatidas, como as emendas “19” e “20”, reforma administrativa e previdenciária, respectivamente e o projeto de Emenda Constitucional da reforma sindical.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 29 de Maio de 1.999.

Prefeitura deve cerca de 4 milhões ao Fupreben

A publicação do balanço do Fupreben - Fundo de Providência dos Funcionários Públicos Municipais, no jornal oficial do Município, deixou a classe preocupada. De acordo com o balanço, o Fundo tem somente em caixa R\$ 545.182,81 correspondentes ao mês de fevereiro, para pagamento dos aposentados. Segundo o balanço, ainda no mês anterior o saldo era de R\$ 561.766,75, diminuindo, sem os devidos repasses. No balanço, a Prefeitura admite não fazer nenhum repasse do que é descontado dos funcionários mensalmente. O dinheiro do fundo está se acabando e os funcionários cada vez mais preocupados com a questão da aposentadoria. Outra grande preocupação dos funcionários é com o dinheiro para o convênio saúde. Restam apenas cerca de 10 mil reais para a conta da saúde, cujo convênio é mantido com a Unimed. O Fundo tem que continuar a pagar seus aposentados e a saúde e sem depósitos, não terá mais verbas em breve. Em entrevista à reportagem da Gazeta de Vargem Grande, o presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, afirmou que o Sindicato tenta de todos os meios resguardar os direitos dos funcionários, mas a Justiça é morosa e o problema se agrava. “Pelos meus cálculos, o saldo do Fupreben hoje teria que girar em torno de R\$ 2.500.000,00 só na parte dos aposentados e na saúde, cerca de R\$ 41.200.000,00. Dando como exemplo, se a folha líquida de pagamento estivesse em R\$ 250.000,00. Sendo a contribuição de 18% para aposentadoria e 14% para a saúde”, disse Manoel. No balanço, a Prefeitura está devendo para o Fundo R\$ 2.923.127,30, mas a este valor, não estão acrescidos os juros e a correção pela TR, o que daria o valor citado pelo presidente do Sindicato. A dificuldade do Sindicato com relações às questões da Prefeitura é grande. Manoel não soube informar à reportagem quantos aposentados e pensionista dependem atualmente do Fundo. “Pedimos estes dados para a diretoria, mas não nos foi passado e tivemos que pedir as informações pela Justiça”, afirmou. Segundo informações, em dezembro de 96, eram 70 aposentados e pensionistas que dependiam do Fundo. Também há empecilhos em colocar na diretoria do Fundo, pessoas escolhidas pela direção do Sindicato. “Até hoje não estão trabalhando na diretoria o Edson Bovo, a Neide Castilho, a Ângela e o Geraldo, que foram indicados pela atual presidência do Sindicato. O Fundo está sendo presidido pelo Américo Ranzani, que afirmou que não pode aceitar estes membros, porque a outra diretoria do Sindicato já tinha indicado outras pessoas. Então, estamos com esta dificuldade de colocar estas pessoas de

confiança da gente, na diretoria do Fupreben para tentar melhorar a situação”, contou Manoel. Em 31 de dezembro de 1996, quando a antiga diretoria deixou o Fundo, o saldo em caixa era de R\$ 1.200.000,00 e recebiam aposentadoria pelo Fupreben, cerca de 70 funcionários. Desde então, aumentou o número de aposentados e diminuiu quase pela metade, o dinheiro em caixa

Nova lei exige adequações com relação ao Fundo

Manoel afirmou que com a lei nº 9.717/98 de 28 de novembro de 1998, emenda nº 20 e a portaria 4.992/99, do Ministério da Previdência e Assistência Social, vai exigir da Prefeitura, uma adequação aos novos moldes do Fundo de Previdência. O presidente do sindicato explicou que a lei não irá permitir este tipo de atraso com relação ao funcionalismo. Até 1º de junho, a Prefeitura terá que analisar qual a melhor maneira de gerir os fundos de aposentadoria dos funcionários, do Fundo de Previdência ou passado para o INSS. “Se tiver que passar pelo INSS, a Prefeitura, obrigatoriamente, terá que acertar tudo que está devendo, passando os valores para o INSS, que vai passar a receber. Para a Prefeitura não é interessante que passe para este sistema, já que os encargos do INSS são bem maiores do que o do Fupreben”, disse Manoel. A maior polêmica neste caso, é com relação ao número mínimo de segurados, que pela lei, são 1000 para se ter o regime próprio de previdência. “Há alguns movimentos, no sentido de que seja revisto este número, pois vários municípios com número menor de segurados, apresentam condições de equilíbrio”, disse Manoel. Caso a Prefeitura não se ajuste às regras, está sujeita às seguintes sanções: suspensão das transferências voluntárias de recursos da União; impedimento para celebrar acordos, contratos, convênio, ajustes; suspensão do direito de receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União; impedimento de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Cargos de confiança

Manoel afirmou também que está pedindo providências quanto à reforma administrativa. “Foi enviado o ofício nº 38/99 com relação aos cargos de confiança que existem na Prefeitura hoje. De acordo com a lei, estes cargos terão agora que ser exercitados por servidores de carreira”, disse Manoel. O presidente do Sindicato explicou que há uma cota mínima em que os prefeitos podem contratar pessoas de confiança para exercer certos cargos, mas os demais, tem que ser preenchidos por servidores de carreira. “Antes a lei dizia que os cargos poderiam ser preenchidos preferencialmente por servidores de carreira e agora com a mudança, os cargos deverão ser preenchidos exclusivamente por estes servidores. Na Prefeitura de Vargem, que tem 8 departamentos, a prefeita poderia escolher 8 diretores de sua confiança, mas os assessores e coordenadores teriam que ser funcionários de carreira”, explica.

Outras exigências da lei

Os regimes próprios de previdência social dos municípios deverão garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial;

Os Fundos de previdência devem realizar avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como auditoria por entidades independentes;

O município deverá publicar até 30 dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária mensal;

A contribuição do município e dos servidores para o Fundo de Previdência somente poderão ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes; Os planos de previdência estão assegurados apenas a servidores públicos efetivos e a seus respectivos dependentes; Cada fundo previdenciário, deverá realizar o registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais; Outra providência é consolidar em demonstrativos financeiros e orçamentários, todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos; Se o município optar pela extinção do Regime Próprio de Previdência, deverá arcar com o pagamento dos benefícios concedidos durante a vigência do regime; Os dirigentes e membros do Conselho de Administração respondem diretamente por infração à lei 9.717, estando sujeitos à lei 6.435/77.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 05 de junho de 1999.

Sindicato consegue na Justiça que seus representantes façam parte da diretoria do Fupreben

Foi protocolado nesta sexta-feira, dia 4, a eliminar expedida pelo juiz substituto Antonio César Hildebrand e Silva, que garante a participação de Ângela Della Torre, Edson Bovo, Neide Fonseca Castilho e Geraldo Daniel de Andrade, representantes do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais no Conselho do Fupreben - Fundos de Previdência e Benefícios dos Funcionários Públicos Municipais. O pedido da liminar foi feito pelo presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim, quando estes membros escolhidos por ele para fazerem parte do Fupreben, foram impedidos pela diretoria do Fundo, que tem como presidente Américo Ranzani, diretor administrativo da Prefeitura. Segundo Manoel, a alegação para impedimento era de que a antiga diretoria do Sindicato já havia mandando outros membros que não poderiam ser trocados. Para garantir os direitos, Manoel, através do advogado do Sindicato Hugo Andrade Cossi, entrou com o processo 249/99, Mandado de Segurança. O juiz alegou que independentemente de má gestão ou não, ofende no mínimo a moralidade administrativa, aceitar-se a indicação do anterior presidente do Sindicato, para exercício dos cargos, em biênio ao qual não coaduna-se com sua legislatura. Seria o mesmo que o atual prefeito indicar para a atual legislatura, as pessoas que exercêssemos cargos de secretários municipais, sem que o atual alcaide, pudesse contrapô-lo". Também foi considerado pelo juiz o princípio da moralidade, já que a portaria que impediu a participação de Edson, Neide, Ângela e Geraldo no Conselho, foi editada em 23 de dezembro de 1998, quando a nova diretoria havia sido vencedora nas eleições em 19 de dezembro do mesmo ano. "Assim, era possível a municipalidade ter conhecimento, que outra diretoria iria assumir à frente do Sindicato em poucos dias, e destarte, indicar os membros do Conselho de Administração do Fundo de Previdência". Em entrevista à reportagem da Gazeta de Vargem Grande, o presidente do Sindicato Manoel, afirmou que um levantamento deverá ser feito para a análise da atual situação financeira do Fundo. "Agora é que vamos começar a trabalhar, pois com os nossos membros no Conselho do Fupreben, nada pode ser feito sem o conhecimento deles. Também as informações que até agora nos foram negadas, teremos", disse o presidente.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 10 de junho de 1999.

Funcionários ainda não recebem segunda parcela de maio. Situação é desesperadora. Sindicato espera julgamento de agravo e fala-se em greve.

A redação da Gazeta recebeu telefonemas de funcionários públicos municipais desesperados com a atual situação que se encontra. Segundo eles, ainda não foi paga a segunda parcela do salário para o pagamento do mês de junho, também vencido. O problema se agrava na família quando o casal é funcionário, como o caso de uma funcionaria que ligou na redação. “Chegou à conta de luz em casa e não tenho dinheiro para pagar. Eu e meu marido somos funcionários públicos e a situação está piorando cada vez mais. Temos filhos na escola, temos uma casa para sustentar”, disse à funcionária que preferiu não se identificar com medo de represálias. Segundo os funcionários, os vereadores já foram procurados, mas não há previsão de melhora. Também o sindicato já foi procurado, mas para os funcionários, o que está sendo feito é pouco. Em entrevista à reportagem da Gazeta, o presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim, disse que está tentando de todas as formas conseguir o pagamento do salário normalmente. “Entramos com ação para bloquear as verbas para o pagamento dos funcionários. A Prefeitura entrou com recurso que foi cedido pela Justiça e nós entramos com uma moção de agravo, que estamos esperando o julgamento em São Paulo”, disse Manoel. Para o presidente, o Legislativo precisa se empenhar mais nesta questão. “A Câmara não se manifesta. Enviamos vários ofícios, projetos, requerimentos e nada foram feitos. Nós do sindicato estamos lutando com todas as armas, mas também falta mais apoio dos funcionários. Assim que sair o julgamento da Moção, que não temos previsão, se não for resolvido o problema, vamos pelo caminho mais complicado, que é a greve”, afirmou. Manoel ressaltou ainda que no caso de uma greve, serão recolhidas as assinaturas dos funcionários se a adesão for significativa, a greve será feita. “É preciso que os funcionários lutem pelos seus direitos. Eles têm que apoiar o seu Sindicato. No caso se na greve aparecer pouca gente, pouco ou quase nada conseguiremos perante esta administração que está fazendo tudo isso com o funcionário público. É preciso que o funcionário tenha em mente que ninguém vai ser demitido no caso de uma greve”, disse Manoel.

Segunda parcela deve sair nos próximos dias

A redação entrou em contato com a assessoria de imprensa da prefeitura e foi informada que nos próximos dias a segunda parcela do mês de maio deverá ser paga. Segundo a assessora Dora Avanzi Nunes, a administração está se esforçando para regularizar a situação dos salários dos funcionários. O problema dos atrasos dos salários dos funcionários municipais só tende a piorar a partir de partir do segundo semestre, quando diminui sensivelmente a arrecadação do Município. Os exageros gastos que a prefeita Denira fez com a Medical Service, empresa pertencente ao dr. Marco Antônio e também o transporte escolar e outras licitações, são os reflexos do atraso no pagamento dos salários dos funcionários. Ao priorizar vultuosos pagamentos às empresas particulares e outros prestadores de serviços como denunciou o vereador Kiko recentemente, a prefeita deixou de ter dinheiro em caixa para pagar os funcionários municipais.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 10 de junho de 1999

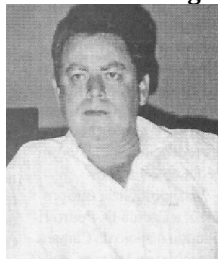
Editorial Luz do Fupreben

A reintegração dos membros do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais na diretoria do Fupreben pela Justiça, vem a jogar um pouco de luz neste órgão obscuro, que está se tornando o grande problema a ser resolvido pela atual administração e também pelas futuras. O crescente número de funcionários municipais aposentados e a falta de recursos do Fundo para seu pagamento em curto prazo, pode tornar inviável em um prazo não muito longo, a própria sobrevivência da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul. É um problema tão sério, que a atual administração não faz a mínima idéia das suas consequências mesmo, só contribui para piorá-lo ao não repassarão Fundo a que lhe é obrigatório por lei, agravando ainda mais o problema. Os novos membros do Fundo poderão tentar buscar uma saída, uma vez que está

mais que provado que é muita responsabilidade deixar para os prefeitos tocarem um fundo de aposentadoria. O próprio governo estuda a possibilidade de fazer voltar para o INSS os recursos os fundos municipais de pequenas cidades como Vargem. Que seja frutífera esta nova composição do Fupreben e que sempre que for necessário, entrem na Justiça para procurar guarida, pois o que está em jogo, é o futuro dos funcionários públicos municipais, pois muitos dos atuais membros do Fupreben, por serem funcionários em cargo de confiança, tão logo deixem a atual administração, nada mais terão com os problemas dos funcionários da Prefeitura. Os de carreira sim, devem lutar pela dignidade futura que vão ter, após terem prestados anos de serviço à Prefeitura de Vargem. Se nada fizerem, correm o risco de no dia do pagamento, uma vez aposentados, nada terem para receber.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 17 de julho de 1999.

Sindicato pede no Tribunal bloqueio de verbas para funcionários. Presidente volta a falar em greve.



Na terça-feira, o presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, acompanhado do advogado Hugo Andrade Cossi, esteve em São Paulo, no Tribunal de Contas, apresentando diversos documentos solicitando o bloqueio de verbas da Prefeitura Municipal de Vargem, para que seja feito o pagamento dos funcionários. Manoel afirmou que está aguardando o julgamento do pedido que sai a qualquer momento, e disse ainda recorrendo de todas as maneiras para regularizar a situação dos funcionários, inclusive voltou a falar de greve. “A situação é desesperadora,

todo dia tem funcionários chorando porque a família está passando fome. Esse pagamento feito na quinta-feira, não vai parar as nossas atitudes porque o funcionário tem que receber o salário todo quinto dia útil de cada mês. Estaremos convocando os funcionários para a greve e queremos, mas uma vez, deixar claro que os funcionários têm todo o direito de fazer e greve para lutar pelo seus salários”, disse Manoel. O presidente do Sindicato fez questão ainda de deixar registrado seu repúdio à fala de um vereador aos funcionários. Ele disse que o se os funcionários não estavam contentes, que pedissem demissão. Achei um absurdo. Como um funcionário vai pedir demissão se não tem como receber as indenizações, já que o Fupreben está um caos por causa dessa péssima administração. Inclusive estou enviando ao presidente da Câmara, José Locatelli Filho, um ofício, repudiando as palavras deste vereador, sabe-se que ele é um dos defensores da prefeita Denira. O Sindicato, segundo Manoel, é totalmente contra as atitudes desmedidas da prefeita Denira. “Nosso Sindicato, com base de legislação vigente e seguindo os princípios e normas de Reforma Administrativa, já enviou ofício à Câmara Municipal solicitando providências na reforma, contendo gastos com obras, desapropriações, contratos com terceiros, subsídios de transportes, entre outros, pois as dificuldades financeiras do município não são exclusivamente culpa dos salários e demais vencimentos dos servidores, e sim, culpa maior da administração municipal que gasta o que não tem e depois quer tirar dinheiro de quem não deve”.

Cestas básicas

Manoel disse que esta semana enviaria ao Tribunal de Justiça, um processo solicitando a entrega das cestas básicas que foram aprovadas por lei aos funcionários municipais filiados ao Sindicato. “Enviamos juntos com o processo, uma relação dos associados. Quando mais funcionários o Sindicato tiver filiado, mais força terá para cobrar da administração o que é devido por lei aos funcionários”, disse.

Vergonha humana

O presidente do Sindicato classificou de vergonha humana, o que está passando o funcionário municipal de hoje. “Há meses recebendo o pagamento em parcelas e picadinhos, o atraso na entrega das cestas aprovadas por lei, deixam os funcionários numa situação insustentável. Muitos estão passando fome, sem falar da humilhação e constantes cobranças por não pagar suas obrigações em dia, não tendo crédito nenhum no comércio de Vargem. O Sindicato fez um apelo aos vereadores e recorreu à Justiça através do processo nº 398/99 para resolver o problema. A intenção do Sindicato é que a administração cumpra obrigatoriamente a lei”.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 17 de julho de 1999.

Câmara libera mais R\$ 104 mil para Prefeitura Municipal. Dinheiro suficiente para acertar salários dos servidores braçais

A assessoria jurídica da Câmara Municipal de Vargem Grande do Sul, ocupada atualmente pelo advogado Rivanildo Pereira Diniz atendendo determinação do seu presidente José Locatelli Filho, acaba de liberar à Prefeitura cerca de R\$ 104.000,00. Dinheiro correspondente aos duodécimos que a Prefeitura deixou de enviar à Câmara e que foram depositados em juízo nos anos de 1.995 e 1.996. Estes R\$ 104 mil, segundo levantamento dos vereadores, braçais da Prefeitura, pois, são os que mais sofrem com os pagamentos parcelados. Na administração do prefeito José Reinaldo, a Prefeitura deixou de pagar as parcelas mensais (duodécimos) referentes ao orçamento do Poder Legislativo, foi quando então o presidente da Câmara recorreu à Justiça para receber a dívida. Enquanto corria o processo, o prefeito José Reinaldo passou a recolher os pagamentos devidos em juízo. O dinheiro ficou depositado por quase quatro anos, sem que houvesse acordo entre as partes, visando à liberação. Embora fosse a beneficiada e por pertencer a exercícios financeiros passados, a Câmara já repassou mais de R\$ 200 mil para os cofres municipais: estes R\$ 104 mil que estavam em juízo e outros R\$ 100 mil economizados através da administração austera dos seus recursos financeiros. Estas devoluções aos cofres municipais feitas pelo presidente José Locatelli, com a concordância de todos os vereadores, têm por objetivo auxiliar a administração da prefeita Denira, principalmente no pagamento dos salários do funcionalismo municipal.

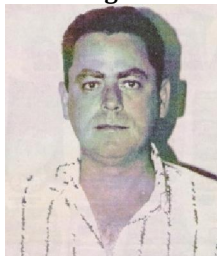
Defesa

Palavras do presidente Locatelli, falando em nome de todos os vereadores: “Para a surpresa da Câmara Municipal tivemos o desprazer de ler na imprensa local, a declaração do sr. presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim, afirmando que o Legislativo precisa de empenhar mais na defesa do pagamento do salário dos funcionários, dizendo que: ‘Já foram enviados vários ofícios, projetos e requerimentos e nada foi feito’. Não sabemos qual a intenção do presidente do Sindicato, colocando um atrito a Câmara e funcionários. No entender da Câmara, o sr. Manoel deveria se preocupar em acompanhar mais de perto o desempenho da Câmara; sendo que logo em seguida á referida matéria, em ambas as imprensas locais, foi publicada uma reportagem dizendo que a Câmara liberou verbas que estavam depositadas na Justiça com o intuito de ajudar o mais urgente possível, a atualização do pagamentos dos funcionários. A própria prefeita municipal, com uma matéria com a manchete Prefeita agradece Câmara de

Vereadores, agradeceu o empenho dos vereadores na liberação da verba para o pagamento dos funcionários”.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 04 de Setembro de 1999

Sindicato fará reunião para propor greve dos funcionários municipais. “A decisão agora é dos funcionários”



O presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin, está convocando os funcionários da Prefeitura para uma reunião no próximo dia 16, às 19h, no salão do “São Benedito”, para discussão da proposta de paralisação geral; reposição das perdas salariais; discussão e aprovação para ser descontado em folha de pagamento de um dia por ano do salário base dos servidores, além da contribuição mensal e debate sobre assuntos gerais da categoria. Manoel afirmou que o sindicato já tomou todas as providências junto à Justiça, com relação ao atraso do pagamento

dos salários dos funcionários. O presidente disse que os salários estão atrasados há um mês e meio e não há previsão de pagamento. Ele afirmou que os funcionários, se decidirem pela greve, estarão amparados pela Constituição Federal e outras leis e ninguém será prejudicado. “É preciso agora, depois de todas as providências do Sindicato, que os funcionários tenham mais consciência, se unam e decidam o que querem fazer. Estamos propondo a greve para tentar receber os salários. Ninguém agüenta mais ficar sem pagamento. Agora, é preciso que todos os funcionários vão à reunião para discutirmos a melhor forma de reivindicarmos, não adianta ficar reclamando, temos que agir todos juntos, temos mais forças”, explicou. A forma de greve a ser proposta na reunião do dia 16, será a fechada. “Os funcionários vão à Prefeitura, marcam o ponto, mas não atendem ninguém, colocando o comunicado da paralisação lutando pelos salários atrasados. É uma forma pacífica e necessária. Mas, tornamos a ressaltar que nenhum funcionário será prejudicado, mesmo porque é um direito dele e tem que haver a união”. O presidente disse ainda que vai convidar o presidente da Câmara, vereadores e outras autoridades para participarem da reunião. “Os funcionários tem que estar unidos e precisamos do apoio de todos”.

Situação caótica

Diariamente funcionários desesperados ligam na redação da Gazeta de Vargem Grande, solicitando matérias para que a administração se conscientize e por que os salários atrasados. Os funcionários falam do Sindicato e querem a imediata resolução do problema. O presidente do Sindicato afirmou novamente que as providências foram tomadas e aguarda-se decisões da Justiça, mas falta união dos funcionários é o que se espera para a reunião marcada que vai decidir se haverá greve ou não. Até denúncia de funcionários que atentou contra a própria vida chegou a redação da Gazeta sendo que a principal causa teria sido o atraso no pagamento.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 04 de setembro de 1999.

Editorial: O extremo da greve

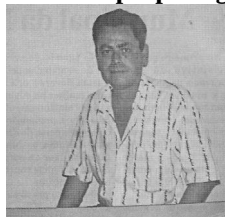


O atraso constante no pagamento dos salários dos servidores municipais está levando a categoria para um beco sem saída. É grande o desespero entre chefes de família que trabalham o mês inteiro e chega no dia do pagamento o mesmo não sai. Quando a Prefeitura paga, paga somente metade de um salário já atrasado. No momento, está atrasado e sem previsão de pagamento, metade do salário de julho e também o de agosto que vence dia 5. Já houve relato de chefe de família atentando contra a própria vida por não receber em dia e ser pressionado pelo dono do imóvel que aluga, pelo dono do supermercado, farmácia, enfim, onde todos compram e devem. Também há relatos de família de funcionários públicos passando fome, o que comove a todos. Só que parece que não está sensibilizando quem ocupa o poder e é o responsável por toda essa situação.

Afinal, deve sobrar alimento e dinheiro na casa de quem foi eleito para no mínimo, pagar em dia o sagrado salário dos funcionários públicos municipais. Com tudo isso pressionando o funcionalismo, a categoria é levado ao extremo de se pensar em uma greve para ver se sensibiliza os dirigentes municipais. Única arma que parece lhes restar, já que atentar contra a própria vida ou passar fome, não parece ser atitudes que mexem com a inércia da atual administração que gasta mais que arrecada e pelas notícias que lemos nos meios de comunicação, gasta mal e em alguns casos, irregularmente.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 11 de Setembro de 1999

Sindicato propõe greve em assembléia do funcionalismo



Na próxima quinta, 16, o Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais promoverá assembléia da categoria no Centro Comunitário São Benedito. Na oportunidade, o Sindicato deverá discutir a proposta de paralisação geral dos funcionários municipais e outros temas como reposição de perdas salariais, contribuição mensal ao Sindicato, desconto de um dia de trabalho no ano do salário-base do servidor, entre outras propostas.

Segundo Manoel Garcia Martim, presidente do Sindicato,

a proposta de greve vem a pedido dos próprios funcionários municipais que vêm enfrentando sérias dificuldades para quitar seus compromissos devido ao atraso no pagamento de seus salários. Se aprovada em assembléia, a data da greve será decidida na própria reunião, e deverá ser pacífica —“Decretada a greve, o funcionário terá o direito de ir ao seu local de trabalho, marcar o ponto e paralisar suas atividades”, informa Garcia. Segundo ele esta forma de greve de ocupação tem amparo legal e garante que o funcionário não será prejudicado. Para o direito de Administração da Prefeitura, Américo Antônio Ranzani, desde que o funcionário compareça ao trabalho e marque ponto, permanecendo no local, é considerado passível de ser advertido se parar as atividades.

Programação de pagamento poderá ser levada à assembléia

Perguntado sobre o desconforto do contribuinte que irá a Prefeitura e não será atendido, Garcia informou que embora o contribuinte não tenha nada a ver com o funcionalismo, o Sindicato espera a sua colaboração, “pois o funcionário público está passando fome”. E acrescenta – “Quando colocamos a proposta de greve, não queremos prejudicar o contribuinte. Estaremos exercendo um direito constitucional, única forma de nos manifestarmos legalmente para que se atualiza os pagamentos de salário. Queremos também uma sugestão da prefeitura para que nos pague em dia. Seria mais fácil a Administração dar uma previsão correta e digna das datas de pagamento e cumpri-las. Eu levaria esta proposta, esta programação de pagamento, para discutirmos em nossa assembléia. Não queremos causar prejuízo algum à Administração e nem ao contribuinte”. Segundo informações da Prefeitura, obtidas em 9 de setembro, ainda na semana que passou a Administração deveria liberar um salário integral dos funcionários de referência 1 a 7. E na próxima semana a previsão é liberar a segunda parcela de julho aos servidores nas referências 8 a 99. Há três meses, segundo Garcia, o Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais enviou plano de cargos e salários para a prefeita Denira Rossi.

Ações na Justiça

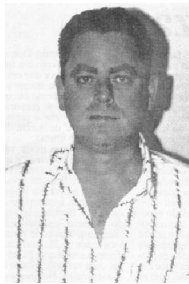
O Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais entrou com quatro ações na Justiça a partir da posse da nova diretoria, em dezembro de 98. Uma delas pede bloqueio de verbas da Prefeitura para pagamento prioritário de salários. Outra ação requer a entrega de cestas básicas do ano passado. Junto ao Tribunal de Contas, o sindicato pede reforma administrativa e previdenciária que, segundo a Prefeitura será feita, adequando-se a Administração às emendas 19 e 20 da Constituição. Na reforma, o Sindicato pleiteia a redução dos cargos de confiança (hoje 36), e os provimentos dos cargos em comissão ou efetivos por funcionários de carreira. O Sindicato também entrou com recurso no Tribunal de Justiça do Estado para ampliar representatividade de sua diretoria. Todas essas ações aguardam decisão da Justiça. Em junho deste ano o Sindicato obteve liminar para que quatro de seus representantes integrassem a diretoria do Fupreben.

Mudança no Estatuto

No final do ano passado a Prefeitura, a e neste ano o Poder Judiciário local, negaram ao secretário-geral do Sindicato pedido de afastamento de suas funções, sem prejuízo de seus vencimentos, para exercer mandato classista. A sentença da Justiça, em abril de 99, baseou-se no Estatuto do Sindicato, que não previa representatividade para secretário-geral. Em maio desse ano, de acordo com a assembléia, o estatuto foi mudado legando-se representatividade ao secretário-geral e prolongando-se o mandato da atual diretoria de dois para quatro anos, com direito à reeleição por mais quatro anos. Para Manoel Garcia, esta mudança no estatuto foi feita para atualizá-lo com a legislação, não implicando, contudo, em benefício direto à categoria, segundo ele. A Prefeitura possui 782 funcionários, sendo 144 inativos (aposentados e pensionistas). Do total de funcionários, 36 exercem cargos de confiança (diretores, coordenadores e assessores).

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 18 de Setembro de 1999.

Funcionários vão pedir alimentos no aniversário da cidade. Se nada for decidido, greve deverá ser feita



Na reunião realizada na quinta-feira dia 16, no Centro Pastoral São Benedito, o presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, expôs à classe todo o trabalho do Sindicato para conseguir o pagamento em dia e os benefícios que constam em lei para a classe, como as cestas básicas. Segundo o presidente do Sindicato, cerca de 150 funcionários compareceram à reunião, da qual participaram também os vereadores Benedito Garcia Leal e Antônio Sergio da Silva. Na reunião ficou decidido pelo Sindicato e funcionários, que no aniversário da cidade, dia 26 de setembro, haverá uma manifestação da classe que sairá às ruas pedindo à população

alimentos não perecíveis. “Estes alimentos serão distribuídos aos funcionários que estão passando fome com o atraso salarial que a prefeita vem fazendo. É uma forma de protestar e ajudar quem está mais necessitado”, disse o presidente Manoel. Outra reunião foi marcada para quarta-feira, dia 22, no Centro Pastoral São Benedito, a partir da 19h30, quando um ofício será elaborado e enviado à prefeita Denira para que ela tome providências com relação aos salários atrasados e se nada for resolvido, após o manifesto os funcionários entrarão em greve. “Se a prefeita estivesse interessada em resolver o problema dos funcionários, teria entrado em contato com o Sindicato e feito uma negociação para o pagamento dos salários atrasados. Mas, apesar das tentativas do Sindicato, a prefeita nada fez. Após a manifestação de domingo, dia 26, se nada estiver resolvido, os funcionários não terão outra alternativa a não ser a greve”, afirmou o presidente Manoel. À Câmara será pedida uma CPI para que os vereadores investiguem onde está sendo aplicado o dinheiro destinado ao pagamento de funcionários, pela prefeita Denira. Os funcionários até a referência 7, receberam na semana passada a segunda parcela do salário do mês de julho e metade do salário do mês de agosto. Da referência 8 até a 99, os funcionários receberam apenas o restante de julho, estando com o mês de agosto em atraso. Na sessão extraordinária da segunda-feira, o vereador Benedito Garcia Leal fez uma indicação solicitando à prefeita que “reconsidere as despesas adiáveis e dê prioridade ao pagamento dos funcionários municipais, afim de colocá-los em dia, pois, o atraso vem causando transtorno social e econômico às quase 700 famílias que se vêem impedidas de cumprir seus compromissos”. Para o vereador, já que a prefeita teria declarado à imprensa que fará o asfalto na Via Expressa Antônio Bolonha com recursos da Prefeitura, é porque há dinheiro e se há este dinheiro, a prioridade tem que ser os funcionários.

Tribuna de Vargem Grande do Sul, 18 de Setembro de 1999.

Na reunião do Sindicato, Edson Bovo, secretário; Manoel Garcia Martin, presidente e Hugo Andrade Cossi, do Jurídico. Ao fundo, Mauro de Godoy Jr. Funcionalismo marca Protesto para 26 de setembro.



Na noite de quinta-feira, 16, em reunião no Centro Comunitário São Benedito cerca de 60 associados do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais marcaram para o próximo dia 26, domingo, uma manifestação junto ao desfile do aniversário da cidade. Durante o encontro foram apresentados várias alternativas para fazer uma greve ou uma manifestação e o

escolhido pela maioria dos presentes foi inicialmente uma passeata encerrando o desfile da cidade. Antecedendo a manifestação, uma outra reunião foi marcada para a noite de 22 de setembro, quarta-feira, às 19h30, no mesmo local. Com esse novo encontro, a direção do Sindicato espera agrupar um número maior de manifestantes para definir as faixas e cartazes com que os funcionários municipais deverão desfilar como

forma de protesto. O presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martin, afirma que o manifesto só será suspenso se a prefeita acatar antes do dia 25 de setembro as reivindicações feitas pelos funcionários. Se isso não acontecer após a manifestação do dia 26 serão feitas novas reuniões e outras iniciativas serão tomadas. Mais uma vez, Manoel pediu a prioridade ao pagamento dos funcionários e a união dos servidores pela luta de seus direitos.

Reivindicações vão para a prefeita e Câmara

O assessor jurídico do Sindicato, Dr. Hugo Andrade Cossi falou sobre os direitos dos trabalhadores, as atitudes que estão sendo tomadas pelo Sindicato e tirou dúvidas sobre questões jurídicas envolvendo o assunto. Em entrevista à Tribuna ele informa que a partir da reunião serão elaborados dois ofícios a serem enviados à prefeita. Um deles pede que o pagamento dos funcionários seja da Nossa Caixa Nosso Banco para o Banco Banespa. E um outro ofício solicita informação sobre o atraso no pagamento e comunica as reivindicações dos servidores. Entre elas, a atualização dos funcionários e a possibilidade de um agendamento do pagamento destes. Paralelamente à manifestação está sendo elaborado um requerimento assinado por funcionários públicos municipais pedindo ao presidente da Câmara Municipal a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI dos salários, para que o Legislativo investigue a origem do atraso do pagamento dos salários dos servidores públicos. O documento será entregue na segunda-feira, 20. Na reunião estiveram presentes ainda os vereadores Antônio Sergio da Silva e Benedito Garcia Leal. Todos os vereadores assim como a prefeita foram convidados a comparecer.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 25 de setembro de 1999.

Funcionários confirmam movimento para este domingo. Câmara aceita pedido do sindicato e abre CEI para investigar falta de pagamento

Após a reunião na última quarta-feira, cerca de 150 funcionários decidiram fazer a movimentação no domingo. Na reunião, que foi coordenada pelo presidente do sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin, participaram os vereadores Benedito Garcia Leal, Francisco Maldonado João e Wilsinho Feroselli, que representou o vereador Antônio Sergio da Silva. Manoel afirmou que o manifesto foi aprovado pelos funcionários e acontecerá no domingo a partir das 9h. “Os funcionários sairão da Igreja Nossa Senhora Aparecida e passarão por várias ruas da cidade, indo até a Prefeitura. No trajeto, os funcionários vão pedir aos moradores alimentos não perecíveis para serem doados aos funcionários em situação mais difícil”, afirmou Manoel. O presidente afirmou que um ofício foi mandado à prefeitura para que ela seja interada dos acontecimentos. “Até o último momento antes da reunião de quarta-feira, aguardamos que a prefeitura entrasse em contato conosco, para nos mostrar ao menos um cronograma de pagamento para que esta situação seja resolvida. Mas nada foi dito pela prefeitura que nem sequer procurou o Sindicato para negociações. A situação, como todos sabem está insustentável e o funcionário agora terá que lutar desta maneira. Esperamos que até o final do ano esteja resolvido”, disse Manoel.

Onde está o dinheiro do pagamento?

Esta é a pergunta que os funcionários estão se fazendo e levaram à Câmara, um pedido de abertura de CEI – Comissão Especial de Inquérito, para que os vereadores averiguem o caso. Baseado no artigo 46 da LOM – Lei Orgânica Municipal, os funcionários pedem através do documento expedido pelo advogado do Sindicato, Hugo Andrade Cossi, que se apure quais são os verdadeiros motivos do pagamento dos servidores públicos municipais, estejam atrasados. Que se faça a verificação em energia elétrica, compra de medicamentos e assemelhados aos

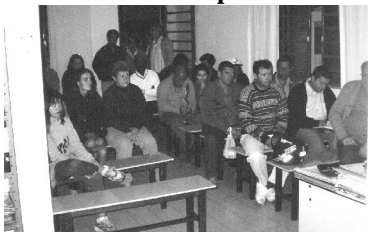
postos de saúde e PPA; verificação de pagamento a serviços terceirizados que não sejam essenciais; verificação dos motivos e da legalidade de se pagar os vencimentos integrais a alguns servidores e ou não; fiscalização, juntada de documentos e demais diligências no Setor Financeiro da Prefeitura Municipal, constatando onde está a origem do problema do atraso, possibilitando à comunidade vargengrandense e aos agentes políticos a busca de situação caótica que se encontram. Os vereadores aceitaram a abertura da CEI e a comissão foi sorteada pela vereadora Zinha Cordeiro, sendo que o vereador Antonio Sérgio foi sorteado como presidente da CEI, o relator ficou sendo o vereador Francisco Maldonado João, membros os vereadores Benedito Garcia Leal, José Ferreira Brandão e Zaqueu Naliati Junior.

Primeira parcela de agosto

Na quinta-feira, a Prefeitura pagou aos funcionários da referência 8 a 99, a primeira metade do salário de agosto, ficando assim, devendo a todos a segunda metade do mês de agosto. “O mês de setembro vence na próxima semana e ela tem que pagar até o quinto dia útil, o que foi feito até agora nos outros meses. Então, o funcionário está acumulando perdas salariais de 21 % com este atraso. Mesmo com o que a prefeita pagou na quinta-feira, não é suficiente para o funcionário seu salário no dia e integralmente. Achei também abuso, uma falta de respeito de alguns vereadores, diante da situação atual, aprovar projeto de lei aumentando o salário de outros funcionários públicos. É um desrespeito total pela classe que passa por uma difícil situação”, disse Manoel. Quanto às cestas básicas que foram aprovadas e não distribuídas aos funcionários, Manoel afirmou que nada foi conseguido. “Estamos concentrando nossos esforços para regularizar a situação dos salários. O caso das cestas básicas está na Justiça”, disse Manoel.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 25 de setembro de 1999.

Servidores Municipais sairão às ruas amanhã:



Na noite de quarta-feira, 22, em reunião realizada na sede do diretório de PT local, os servidores públicos municipais que reivindicam atualização dos salários entre outros benefícios confirmaram a passeata para sair às ruas amanhã. A manifestação terá início na Praça da Igreja da Nossa Senhora Aparecida às 8h30. Durante a reunião que teve a participação dos vereadores Benedito Garcia Leal, Francisco

Maldonado João e o representante de Antônio Sérgio da Silva, Wilsinho Fermoselli, foram reafirmadas as propostas do Sindicato da classe e as orientações do assessor jurídico do órgão Dr. Hugo Andrade Cossi, apresentadas no primeiro encontro realizado no Centro Pastoral São Benedito, no último dia 16. Segundo o presidente do Sindicato Manoel Garcia Martim, a manifestação será pacífica contando inclusive com a participação das famílias dos servidores. Ele diz ainda que as autoridades do município foram comunicadas da manifestação. Na manhã de sexta-feira, 24, a prefeita Denira Rossi esteve no pátio do Almoxarifado, segundo ela para dar uma satisfação aos funcionários. Afirma ainda que a situação está mesmo ruim para a maioria das Prefeituras, não apenas a de Vargem. Informou ainda que está tentando fazer uma programação de pagamentos. A vice-presidente da entidade Ângela Della Torre relata que durante o percurso os servidores municipais estarão recebendo doações voluntárias de alimentos não perecíveis que serão entregues às famílias que estão passando por dificuldades financeiras devido ao atraso dos salários.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 02 de outubro de 1999.

Funcionários municipais fazem manifesto exigindo pagamento de salários



Os funcionários no manifesto recebem grande apoio

Cerca de 80 funcionários, acompanhados pelo presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim, dos vereadores Francisco Maldonado João, José Ferreira Brandão, Roberto Sagiorato, Antônio Sérgio da Silva, Júlio Viladi e Benedito Garcia Leal e também do candidato a prefeito pelo PSDB, Celso Ribeiro, saíram da Praça Nossa Senhora Aparecida, indo até a Praça Washington Luis fazendo seu manifesto exigindo o pagamento de seus salários. No trajeto, os funcionários receberam um grande apoio da população e gritavam frases de protesto como “Nosso salário, cadê você?”, “Denira, cadê você, nós queremos é receber!”, “Onde está o dinheiro?”, “Funcionários passam por dificuldades”, “Funcionários unidos, jamais serão vencidos!”. Na praça Washington Luis, próxima à Prefeitura, o presidente do Sindicato falou aos funcionários, ressaltando a humilhação porque passaram no domingo de aniversário da cidade. Alimentos não foram pedidos, como havia sido falado. “Seria muita humilhação para os funcionários”, disse Manoel. Também fizeram uso da palavra dos vereadores o pré-candidato Celso Ribeiro, que falou como cidadão, preocupado com a atual situação da cidade. Para o presidente do Sindicato, o manifesto foi bom, mas a participação dos funcionários deixou a desejar. “Muitos que compareceram às reuniões realizadas, não foram ao manifesto. Acho que o funcionário tem que entender que é preciso união para ganharmos força e lutarmos por aquilo que é direito deles”, disse Manoel. Na quinta-feira, os funcionários recebem a segunda metade do salário de agosto. “A prefeitura pagou porque é de obrigação dela. Esperamos agora que o salário de setembro, seja pago corretamente, no quinto dia útil do mês, então seria dia 7 que os funcionários receberiam, integralmente. Se tiver algum problema, que a prefeita chame o Sindicato, converse, dê explicações e perspectivas de recebimento, mas nunca isto foi feito. Nós não estamos pedindo nada mais que o nosso direito”, disse Manoel. “A população está sentindo o problema e estes sete vereadores que vem nos apoiando na Câmara, também. Acho que os demais vereadores devem pensar quando recebem no dia 1º, por que os salários dos funcionários estão atrasados e os deles não. Era bom que refletissem”, afirmou o presidente. Segundo Manoel, com os atrasos, os funcionários sofreram perdas salariais de 21,21%, e a falta da reposição salarial também fere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 58, inciso XXXVIII.

Câmara investiga o motivo do atraso

A CEI montada para investigar o motivo dos atrasos dos salários dos funcionários públicos, já está trabalhando. Os vereadores estão procedendo diligências nos diversos setores da Prefeitura e já constataram que muitos gastos foram feitos de maneira questionável pela prefeita Denira.

Tribuna de Vargem Grande do Sul 02 de outubro de 1999

Servidores Municipais fazem protesto e são aplaudidos



A frente da passeata dos servidores municipais, o presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim e o tesoureiro, Joaquim Mauro de Godoy Jr.

Na manhã de domingo, 26, um grupo de servidores municipais saiu às ruas em passeata reivindicando a atualização de seus salários e foram aplaudidos pela iniciativa. O movimento teve início na Praça da Igreja Nossa Senhora Aparecida e formalizado em frente a Câmara Municipal, onde várias pessoas fizeram uso da palavra. Além do presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim, ainda estiveram presentes na manifestação os vereadores Francisco Maldonado João, Antônio Sérgio da Silva, José Ferreira Brandão, Valdir Aparecido Sangiorato, Júlio Sérgio Vidali, Benedito Garcia Leal e Roberto Sagiorato. Na semana que passou a Prefeitura pagou a 2ª parcela de agosto para todos os funcionários. Dentro desta programação, restará a pagar ao funcionalismo o mês de setembro. A Câmara abriu a CEI dos Salário do funcionalismo no último dia 27.



Os servidores saíram às ruas para protestar contra o atraso no pagamento.

frente a Câmara Municipal, onde várias pessoas fizeram uso da palavra. O presidente do

No domingo, 26, um grupo de servidores municipais saiu às ruas em passeata reivindicando a atualização de seus salários. Quando o movimento atingiu a Praça Capitão João Pinto Fontão os manifestantes foram aplaudidos pelo público, que aguardava o desfile em comemoração ao aniversário da cidade. A manifestação começou às 8h30 na Praça da Igreja Nossa Senhora Aparecida, seguiu pela rua Quinzinho Otávio, rua do Comercio, finalizando o movimento em

Sindicato, Manoel Garcia Martin e o secretário Edson Bovo falaram do trabalho que está sendo feito pela entidade e da humilhação a que estão sendo submetidos os servidores, que apelaram para a data cívica e comemorativa do aniversário de Vargem Grande para saírem em passeata para receberem os seus salários. Os vereadores Francisco Maldonado João, José Ferreira Brandão, Valdir Aparecido Sangiorato, Júlio Sérgio Vidali, Benedito Garcia Leal, Antônio Sérgio da Silva e Roberto Sagiorato, também usaram a palavra e acrescentaram o apoio e o esforço do Legislativo à classe, ao iniciarem os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito - CEI dos Salários, instaurados na última sessão da Câmara.

Participação dos Servidores foi pequena

O presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martin, considerou pequena a participação dos servidores na manifestação. Para ele a ausência desses trabalhadores foi em grande parte pela influência da Prefeita Denira Rossi, que na sexta-feira, 24, esteve reunida com os funcionários, não com propósito de negociação, mas sim, segundo ele, de ameaçar os adeptos ao movimento. Manoel afirma ainda que a possibilidade de uma greve não está descartada, tudo depende do número de servidores que a apoiarão. Paralelamente a isso as ações continuam correndo na Justiça, a CEI está aberta na Câmara e o Sindicato continua seus trabalhos buscando a atualização dos salários e a reforma administrativa. Na semana que passou a Prefeitura pagou a 2ª parcela de agosto para todos os funcionários. Nesta programação, restará a pagar ao funcionalismo o mês de setembro.

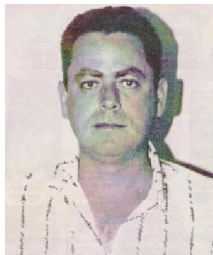
Fotos da manifestação:





Gazeta de Vargem Grande do Sul, 16 de outubro de 1999

Funcionários municipais ganham na Justiça direito de receber em dia



Foi publicado no Diário Oficial do dia 11, o agravo de instrumento 115.326-5/3, movido pelo Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, solicitando a moralização do pagamento à classe. A moção de agravo, que foi movida em março, foi julgada procedente, dando aos funcionários o direito de receberem seus vencimentos todo o quinto dia útil de cada mês, sem atraso. O que motivou a moção do agravo pelo presidente do sindicato, Manoel Garcia Martim, assistido pelo advogado Hugo Andrade Cossi, foram os constantes atrasos no pagamento dos salários, sacrificando os funcionários,

principalmente os mais carentes. De agora em diante, se a Prefeitura não pagar os salários até o quinto dia útil será multada pela Justiça em 100 salários mínimos por dia, o que equivale a R\$ 1.360,00 diários. “É a segunda conquista que o Sindicato consegue. A primeira foi em relação à diretoria do Fupreben, quando impediram que membros designados pelo sindicato fizessem parte da diretoria do Fundo. Entramos na Justiça e ganhamos. Agora com relação ao pagamento dos salários, para nós foi uma grande conquista. Vale ressaltar que isso só foi possível com a união dos 350 funcionários que são filiados ao sindicato. Poderíamos pedir o benefício somente para estes funcionais, mas será estendido a todos. Esperamos agora que mais funcionários acreditem no trabalho do sindicato e se filiem, pois, quanto mais filiados tivermos, mais rápidas as ações andam”, disse o presidente Manoel.

Manoel afirmou ainda que outra ação que está Ana Justiça é a doação das cestas básicas, que foi aprovada por lei e até agora, nenhuma cesta foi distribuída para os funcionários. “Estamos aguardando a decisão da Justiça, e temos certeza que será favorável aos funcionários, porque

está previsto em lei a distribuição destas cestas”.

Quarta saiu a primeira parcela de setembro

Segundo informações do Sindicato, na quarta-feira foi paga a primeira parcela do salário de setembro. “Acreditamos que até o dia 30, a Prefeitura acerte o restante do salário. A primeira parcela foi paga para todas as referências”, disse Manoel. Com a moção de agravo julgada procedente, a Prefeitura terá até o dia 9 de novembro – quinto dia útil do mês, para pagar o salário de outubro, se não acontecer, estará sujeita às penas.

Fupreben e Unimed

Segundo informações, a prefeita Denira teria pago uma parcelada Unimed e depositado o recolhido dos funcionários neste último mês no Fundo de Previdência e Benefícios. Em contato com Edson Bovo, membro do Fupreben, este informou que nada há de concreto e que na próxima semana, aguarda balancetes do Fundo e também da Unimed para avaliar a situação.

Principais ofícios do Presidente do Sindicato encaminhados para a Prefeita Municipal, Presidente da Câmara Municipal e outras autoridades ano 1999.

Ofício nº 031- encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal-Vargem Grande do Sul, **09 de abril de 1.999.**

Referido ofício informa aos Vereadores que o Sindicato ingressou com medida Cautelar Inominada processo nº 398/99 na Justiça Local, objetivando solucionar o pagamento de salários em dia.

Ofício nº 037 – encaminhado para a Prefeita Municipal – Vargem Grande do Sul - **04 de maio de 1.999.**

Referido ofício solicita nos termos da Constituição Federal regulamentação dos cargos em comissão e de confiança. Art. 37 inciso “V” da Constituição. “... **as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreiras nos casos condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento...**”.

Ofício nº 038 – encaminhado para o Presidente da Câmara – Vargem Grande do Sul **04 de maio de 1.999.**

Referido ofício solicita apoio nos termos da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal regulamentação dos cargos em comissão e de confiança. Art. 37 inciso “V” da Constituição. “... **as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreiras nos casos condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento...**”.

Ofício nº 040 – encaminhado para o Presidente da Câmara – Vargem Grande do Sul **26 de maio de 1.999.**

Referido ofício solicita apoio para regulamentação da Lei 1.703 de 07 de abril de 1.993, Plano de Carreiras por se tratar de várias irregularidades encontradas na referida lei.

Ofício nº 041 – encaminhado para a Prefeita Municipal - Vargem Grande do Sul **28 de maio de 1.999.**

Referido ofício solicita regulamentação da Lei 1.703 de 07 de abril de 1.993, Plano de Carreiras por se tratar de varias irregularidades encontradas na referida lei.

Ofício nº especial-encaminhado ao Diretor de Recursos Humanos -Vargem Grande do Sul, **17 de junho de 1.999.**

Referido ofício solicita ao Diretor pagamento de horas extras no período de 1.992 a 1.996 para todos os funcionários da Guarda Municipal - Processo Administrativo vencido pelo Sindicato e pago pela Administração.

Ofício nº 046 – encaminhado para o Presidente da Câmara Municipal – Vargem Grande do Sul **23 de junho de 1.999.**

Referido ofício é formulado para parabenizarmos o Presidente da Câmara e demais vereadores por acatar o pedido do Sindicato de não colocar em pauta o projeto de lei da Prefeita que visava criar uma diretoria de Assessoria Jurídica ocasionando um aumento de 40% para cargos em comissão.

Ofício nº 049/99 – encaminhado para o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Vargem Grande do Sul 13 de julho de 1.999.

Referido ofício solicita ao Tribunal de Contas para que seja tomada as providenciais com medidas de urgência relativos aos cargos em comissão.

Ofício nº Especial-encaminhado ao Diretor de Recursos Humanos-Vargem Grande do Sul, **16 de agosto de 1.999**, Processo - 1068/1999- Estudantes;

Referido ofício solicita pagamento de auxilio transporte aos estudantes.

Ofício nº 061/99 – encaminhado para a Prefeita Municipal – Vargem Grande do Sul 21 de setembro de 1.999.

Referido ofício informa a Prefeita Municipal que após assembléia dos servidores realizada no dia 16 de setembro por falta de pagamento de salários atrasados foi aprovado por unanimidade uma manifestação em praça pública que será definida no dia 22/09/1999.

Ofício nº 062/99 – encaminhado para a Prefeita Municipal – Vargem Grande do Sul 21 de setembro de 1.999.

Referido ofício Comunica a Prefeita Municipal, que no próximo dia 26 de setembro de 1.999, a partir da 8:00 horas será realizada passeata pacifica em protesto ao atraso dos vencimentos dos servidores públicos desta **Municipalidade.”*****TODOS PODEM REUNIR-SE PACIFICAMENTE, SEM ARMAS, EM LOCAIS ABERTOS AO PÚBLICO, INDEPENDENTEMENTE DE AUTORIZAÇÃO, DESDE QUE NÃO FRUSTEM OUTRA REUNIÃO ANTERIORMENTE CONVOCADA PARA O MESMO LOCAL, SENDO APENAS EXIGIDO PREVIO AVISO A AUTORIDADE COMPETENTE”.***

Ofício nº 063/99 – encaminhado para O Diretor do Demutran – Vargem Grande do Sul 23 de setembro de 1.999.

Referido ofício Comunica ao Diretor de Transito para que seja tomada medida relativa ao trânsito, com relação à passeata que percorrerá as seguintes ruas desta cidade:- saída Praça Nossa Senhora Aparecida, continuação pela Rua Quinzinho Otavio, Rua do Comercio e finalmente na Praça Washington Luis.

Ofício nº 064/99 – encaminhado para o Comandante do Batalhão da Policia Militar – Vargem Grande do Sul 23 de setembro de 1.999.

Referido ofício Comunica ao Comandante para que seja tomada medida relativa à ordem, com relação à passeata que percorrerá as seguintes ruas desta cidade:- saída Praça Nossa Senhora Aparecida, continuação pela Rua Quinzinho Otavio, Rua do Comercio e finalmente na Praça Washington Luis.

Ofício nº 066/99 – encaminhado para a Prefeita Municipal – Vargem Grande do Sul 15 de outubro de 1.999.

Referido ofício Comunica a Prefeita Municipal, que o Agravo de Instrumento nº 115.362-5/3, que objetivou a morização de pagamento de salários dos servidores públicos municipais até o 5º dia útil, foi julgado procedente definindo tal prioridade.

Destaques da gestão de Manoel Garcia Martim, de acordo com publicação nos jornais de Vargem Grande do Sul ano 2.000:

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 11 de Março de 2000

Sindicato tenta reposição das perdas salariais dos funcionários públicos



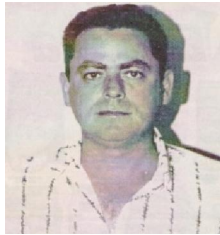
O presidente do sindicato, Manoel, Em entrevista à reportagem da Gazeta de Vargem Grande, o presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, afirmou que um ofício já foi enviado ao prefeito José Locateli Filho em novembro de 1.999, solicitando a reposição das perdas salariais, sofridas pela classe devido ao atraso dos salários. Segundo Manoel, até agosto de 99, as perdas somavam 21,21% e hoje devem girar em torno de 25%, computando a inflação no ano de 99. O ofício enviado ao prefeito é com base no artigo 58, inciso XXXVIII da Lei Orgânica Municipal

que prevê: "estabelecer uma política salarial com dissídio coletivo de, no mínimo, uma vez por ano e reposição automática de perdas salariais nos termos da legislação federal". A resposta ao ofício ainda não foi enviada pelo prefeito Locateli. "Desde 1997 a classe não em aumento e sofreu com o atraso dos salários. A Prefeitura tem que pagar as dívidas, mas os servidores não podem sofrer as consequências de más administrações passadas", disse Manoel. Além disso, um novo plano de carreira está sendo estudado pelo Sindicato e deverá ser em breve enviado ao prefeito Locateli e à Câmara Municipal, para a apreciação. No Plano, segundo Manoel, o piso salarial mínimo dos funcionários públicos municipais passa a ser de R\$ 298,00 e o máximo de R\$ 1.194,00. "São pouquíssimas pessoas que recebem o piso máximo na Prefeitura. Nesta área podemos citar a parte técnica como médicos e dentistas, etc, e diretores. Mais de 60% da folha está com os funcionários que ganham de R\$ 248,00, piso mínimo de hoje, a R\$ 450,00 bruto", explicou Manoel, arrumando que a Folha de Pagamento não pode ultrapassar 60% do Orçamento Municipal. "Ainda no Plano, solicitamos o auxílio alimentação correspondentes a 25% do salário mínimo vigente no país, ou seja, R\$ 34,00, ou 15% do piso da Prefeitura. Também queremos evitar contratações, para que não sejam feitas a revelia da lei, como aconteceu. O ideal seria que os funcionários fossem ocupar alguns cargos reservados a contratação, assim haveria apenas uma complementação de Folha e não um acréscimo com novas contratações. Além disso, as pessoas que tiverem que ser contratadas, tem que ter no mínimo, dois anos de residência em Vargem, pelo novo Plano de Carreira", afirmou. O presidente disse que a reforma está prevista na emenda constitucional 19 e que se até o final do mês de março, a lei das contratações não for cumprida, o Sindicato deverá tomar providências. "É preciso que se regularize a situação dos funcionários. Não podemos ficar de braços cruzados esperando a decisão. Precisamos das reposições das perdas salariais, dos cumprimentos das leis e da reforma no Plano de Carreira. Se nada for feito, terei que tomar

providências, estou aqui para isso”, disse Manoel.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 15 de abril de 2000.

Plano de Carreira é enviado à Câmara Municipal



Manoel Garcia Martim

Foi aprovado à Câmara Municipal pelo prefeito José Locateli Filho, a atualização e reforma do Plano de Carreiras do funcionalismo público municipal. Por ser muito complexo e extenso, os vereadores preferiram não votá-lo na última sessão extraordinária que aconteceu na segunda-feira, dia 10. Em entrevista à reportagem da Gazeta de Vargem, o presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, afirmou esperar que os vereadores votem o Plano o mais breve possível, para que a situação do funcionalismo municipal se regularize. “O Sindicato estará à disposição dos vereadores para explicações sobre

qualquer dúvida em relação ao Plano. Estamos reivindicando essa regularização há muito tempo, inclusive quando o sr. Locateli era presidente da Câmara, solicitou que fosse enviado o estudo regulamentando o funcionalismo. Na época, pedimos para a prefeita Denira, que nada fez. Essa atualização está prevista na Emenda Constitucional 91 e é necessária”, afirmou. Em síntese, Manoel explicou que o quadro do funcionalismo público, que tem referências de 1 a 69, sofreu um aumento de cerca de 3% entre valores. “Esse bônus de 3%, foi concedido pelo prefeito aos cargos que não tiveram reenquadramento”, disse. Os servidores foram reenquadrados aos cargos que já exerciam há muito tempo, tudo feito de forma embasada na Reforma Administrativa. Funcionários deixaram de estar na folha com seu cargo base, passando para os cargos que já exerciam, o que proporciona um bônus salarial. Com esta reestruturação, há a possibilidade de abertura de novos concursos públicos para contratações de cerca de 100 vagas, de acordo com o presidente do Sindicato. “Os funcionários terão a promoção a partir do reenquadramento, e com a subida de postos, novas vagas irão surgir, que poderão somente ser preenchida através de concurso público. Os concursados tem um custo com os gastos sociais de 21%, enquanto que os contratados elevam estes gastos para 31%. As contratações estão proibidas pelo Plano e também não existem mais cargos interinos”. O Plano prevê que as contratações só poderão ser feitas em casos de calamidade pública; campanha de saúde pública; afastamento transitório de servidor, ou seja, saída para áreas essenciais; convênios e contratos elaborados com entidades governamentais e programas especiais do município, com a aprovação da Câmara Municipal. Também no Plano, o prefeito fica restrito às contratações para os chamados cargos de confiança. “Dos 40 cargos que pode contratar, apenas 10 poderão ser pessoas de fora da Prefeitura para assumir, os outros, o prefeito deverá escolher entre os funcionários, aqueles que tem condições de assumir. Se ele tentar e achar que não dá certo, pode substituir por outro funcionários”. Todos os funcionários, com a aprovação do Plano, terão direito à promoção. “Quando uma pessoa é promovida no cargo, subsequentemente seu antecessor também sobe e, quando existirem mais pessoas dentro do Departamento para aquele cargo, haverá um concurso interno para saber quem está apto a se promover. É assim por diante. Vai chegar o momento que uma vaga também só poderá ser preenchida por concurso público”, ressaltou Manoel. Também os servidores aposentados e pensionistas, pelo proposto, tiveram direito às mudanças. “O que foi dado um abono de 9% aos funcionários. Mas, a regulamentação somou apenas um aumento de 3,75% na Folha de Pagamento, uma diferença pequena para que tudo fique normalizado de acordo com a Lei, porque o Tribunal de Contas, desde 96 vem alertando para a necessidade desta regularização, uma vez que a partir de 31 de dezembro, tem que ser tudo desta forma. A Folha que é de R\$ 435.976,24, passará a ser com a aprovação do novo Plano, de R\$ 452.349,00”, disse. Assim que aprovado, o Plano passa a valer para os funcionários que terão o aumento no contra

cheque, já os cargos de confiança, permanecem como estão até o final de dezembro, após, o próximo prefeito deverá obedecer às normas imposta pelo novo Plano. Os cargos de confiança não tiveram reajuste pela reestruturação. “Tudo foi feito com base em leis, para que a Folha de Pagamento não ultrapasse o previsto e todos os funcionários sejam beneficiários. Os setores enviaram as relações de funcionários com cargos e salários e tudo foi estudado”, disse Manoel. A elaboração do novo Plano de Carreiras, foi feita pelo presidente do Sindicato e pelo atual diretor administrativo da Prefeitura, Edson Bovo, que também faz parte do conselho do Fupreben - Fundo de Previdência e Benefícios do Funcionalismo Público. Em entrevista à reportagem da Gazeta, Edson afirmou que a modificação vai beneficiar a todos os funcionários. “Estamos procurando resolver da melhor forma possível, o problema das contratações interinas e regularizando os salários”, disse. Neide Fonseca Castilho, funcionária aposentada e membro da Diretoria do Fupreben, também falou à reportagem. Para ela, a forma como foi feita beneficiou em muito os aposentados. “Os aposentados também têm direito a essa reestruturação feita e com isso, ao aumento. O Plano abrangiu de maneira geral os funcionários. Acredito que agora os vereadores votem o Plano que há três anos vem sendo cogitado mas, por falta de vontade dos administradores, não chegou a ser colocado à Câmara. O Prefeito Locateli, com sua atitude de colocar o Plano em votação na Câmara, mostrou muita boa vontade de resolver este problema do funcionalismo”, afirmou. O próximo passo do Sindicato agora, segundo Manoel, é o equilíbrio das funções dentro dos Departamento da Prefeitura. Têm muita gente num setor só e poucos trabalham, enquanto em outros falta pessoal. É necessária a mudança para equilibrar as funções e melhorar o andamento da Prefeitura, afirmou.

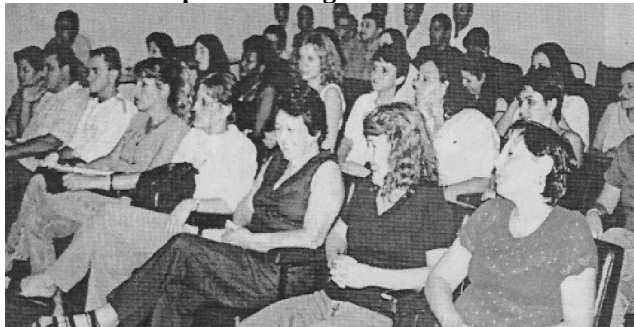
Vereadores vão estudar a fundo o Plano

Segundo a lei, os vereadores têm 45 dias para estudar o Novo Plano de Carreiras enviado à Câmara Municipal, mas pretendem fazer os estudos o mais rápidos possível para a aprovação. Em entrevista à reportagem da Gazeta, o vereador Francisco Maldonado João, PSDB, disse que à primeira vista, alguns casos merecem estudos profundos, já que alguns funcionários foram beneficiados de maneira exagerada. “Querendo beneficiar a maioria, não podemos aprovar sem estudos, para que não deixemos que algumas injustiças aconteçam que, embora sejam a minoria, são profundas”, disse. Kiko disse que o Plano é de extrema necessidade para os funcionários, mas há necessidade de reunião com as pessoas a que o elaboraram para explicar alguns pontos que ficaram duvidosos. “Acredito que pessoas que tenham a mesma função, de repente passaram para outros níveis, com outros salários, enquanto que outros que prestam o mesmo serviço, ficaram em funções secundárias. Algumas referências também aumentaram exageradamente, sem explicação, o que beneficia sobremaneira alguns funcionários. Queremos também ver a legalidade de se efetivar funcionários em cargos, quando prestam concursos para outros”, alertou.

Para o vereador, devem ser ouvidas também as pessoas que se sentiram prejudicadas com o Plano, além de saber detalhadamente como fica a situação dos inativos. “Não vamos aprovar a toque de caixa, para evitar problemas. Temos que nos reunir com os elaboradores e se necessário for, contratar pessoa especializada no assunto, para dar o parecer”, disse. O prefeito Locateli disse à Gazeta que acredita que os vereadores vão aprovar o mais rápido possível o Plano. “Esperamos que a Câmara estude o projeto, faça as emendas que achar necessária, para que seja regularizada a situação do funcionário”.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 15 de abril de 2000.

Câmara estuda plano de cargos e salários dos servidores



No auditório servidores municipais acompanharam a leitura do projeto

José Locateli Filho, que encaminhou o projeto ao Legislativo. A Câmara, por sua vez, reteve o projeto para maiores estudos. No auditório servidores municipais de vários setores da Prefeitura acompanharam a leitura do projeto. Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, Manoel Garcia Martim, o projeto reflete a realidade da Prefeitura, afastando a discriminação a servidores e também permitindo que os funcionários possam alcançar cargos melhores no funcionalismo, em face de sua conduta profissional e do tempo de serviço. Durante toda a semana, a comissão composta por Manoel, Elizabete Chiachiri Silva, Edson Bovo, Carlos Eduardo Martins, José Roberto Aparecido Locateli e João Paulo Silvestre (colaborador) esteve reunida com os vereadores para a análise do projeto. Para o presidente do Sindicato o projeto deve ser aprovado o mais breve possível, dentro dos estudos dos vereadores, para que o funcionalismo não perca a promoção concedida pelo Executivo. Se aprovado o projeto, este terá efeito retroativo a partir de 1º de abril. Vale lembrar que o último aumento concedido aos funcionários públicos municipais foi em março de 1997.

Projeto prevê promoção de três referências para os servidores

Segundo o presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, o projeto prevê uma promoção de três referencias para os servidores. Por exemplo, o funcionário que se encaixa na referência 10, recebe o salário correspondente a R\$ 323,78. Se aprovado o projeto, o servidor será promovido para a referência 13, cujo salário é de R\$ 353,82. Segundo Manoel, o projeto ainda garante as vantagens e os direitos dos funcionários. Os servidores que ocupam e exercem cargos superiores serão adaptados de fato e direito às funções que estão exercendo, pois, segundo o presidente do Sindicato da classe, alguns funcionários exerciam certas funções e não recebiam de acordo com o cargo ocupado. Para Manoel, a reforma estimula o servidor a subir de cargo, sempre através de concursos públicos ou por acesso interno, o que evita as contratações, que acarretam maiores encargos sociais. "A aprovação da lei irá ajudar os governantes a manter o equilíbrio da máquina administrativa e também disciplina os servidores", acrescenta Manoel. Segundo informou o presidente do Sindicato, após aprovação da lei, que conta atualmente com 380 filiados, estará propondo ao Executivo a reorganização na estrutura administrativa da Prefeitura verificando a quantidade de servidores em todos os departamentos e setores para a criação de um organograma de funcionamento de cada um deles, tanto na parte operacional como na administrativa, o que descentraliza o almoxarifado, instituindo-se um grupo específico para cada setor.

Na segunda-feira, 10, foi apresentado à Câmara o projeto de lei 28/2000 referente à reforma e atualização do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais. O projeto elaborado por uma comissão composta por integrantes do Sindicato da classe e servidores municipais foi aprovado pelo prefeito

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 22 de abril de 2000.

Plano de Carreiras é aprovado pela Câmara

Na sessão extraordinária de segunda-feira, dia 17, os vereadores aprovaram por unanimidade, Plano de Carreiras que regulariza a situação dos funcionários públicos municipais de Vargem. Apenas uma emenda foi feita com o plano, sobre a contratação de professores da rede municipal, cujo concurso deverá ser aprovado primeiramente pela Câmara. Em entrevista à reportagem da Gazeta, o presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, disse que há 8 anos o Plano vem tentando ser instituído para a regularização dos funcionários deverão ter um aumento de cerca de 9% na Folha de Pagamento de maio. Os vereadores, durante os estudos que realizaram, demonstraram ter dúvidas quanto a alguns casos do Plano que Manoel afirmou ter explicado detalhadamente um a um, não restando indagações quanto ao novo regime de carreiras dos funcionários públicos municipais. Apesar dos funcionários estarem cobrando bastante a aprovação do Plano que traz o reajuste salarial, poucos comparecem à sessão de Câmara. “Os funcionários precisam se unir mais, se filiar ao Sindicato, porque com a união de poucos, toda a classe está sendo beneficiada. É preciso entender que quanto mais filiados, mais força o Sindicato tem”, falou o presidente. Os funcionários que se sentirem de alguma forma lesado com a aprovação do Plano, têm 180 dias para recorrer da decisão, apresentar provas e justificativas para a análise de seu caso. “Até agora, temos apenas a reivindicação do pessoal da saúde, que pleiteia a redução da jornada de trabalho. Neste sentido, não podemos fazer nada no âmbito municipal, porque já está em trâmite um estudo para esta diminuição no âmbito federal. Temos que aguardar a decisão judicial e os funcionários terão seus direitos resguardados de acordo com a decisão”, afirmou. O próximo passo com a aprovação do Plano de Carreiras, é o equilíbrio das funções dentro da Prefeitura Municipal, outra longa batalha que Manoel irá iniciar. “A intenção, como já dissemos, é equilibrar os Departamentos. Tem muita gente trabalhando num e poucos em outros, o que sobrecarrega alguns”, disse Manoel.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 03 de julho de 2000

Prefeitura terá de fornecer cestas básicas aos funcionários

A sentença assinada pela juíza Elani Cristina Mendes Marun, datada de cinco de maio, determina que a Prefeitura Municipal forneça aos servidores municipais ativos, pensionista e inativos, até a referência nove, cestas básicas por um prazo de 6 meses. A decisão é sobre ação impetrada pelo Sindicato dos Funcionários Públicos Municipal, através do presidente Manoel Garcia Martin, que afirmava que mesmo com a lei de 28 de maio de 1999 aprovada, a Prefeitura concedeu as cestas. A Ação solicitava que a Prefeitura concedesse às cestas por um período de sete meses, referente de abril a dezembro do ano passado, quanto através de lei, os funcionários ganharam o benefício. A Prefeitura Municipal contestou a ação, afirmando que a Lei Municipal aprovada, não impunha a obrigatoriedade da concessão das cestas. Alegou ainda a municipalidade, que a lei feriu o princípio de isonomia, quando determinava a cesta a apenas os funcionários até a referência 9. Os advogados da Prefeitura alegaram ainda que o Município não estava em condições financeiras de cumprir a lei. O promotor público, diante das alegações, opinou por continuar a ação, ressaltando que a Prefeitura foi intempestiva, não justificando o fato de não conceder as cestas. No julgamento que deu ao caso, a juíza afirmou que ficou claro a obrigatoriedade da Prefeitura em conceder a cesta aos funcionários públicos municipais. Quanto ao recebimento somente dos servidores até a referência 9, afirmou que não avia desigualdade. “Portanto, tende a beneficiar os servidores que recebem os menores vencimentos e proventos, sendo tal finalidade acolhida pelo Direito, já que se trata de beneficiar os menos favorecidos, na

medida que se desigualam dos servidores com maiores vencimentos”. Diante do que foi declarado, a juíza determinou que a Prefeitura passe a fornecer até o dia 20 de cada mês, as cestas básicas aos funcionários até a referência 9. “Ante o exposto, e o mais que dos autos consta, Julgado Parcialmente Procedente a presente ação, para o fim de condenar o município de Vargem Grande do Sul a entregar os servidores indicados na inicial, e na forma prevista no artigo 2º da Lei Municipal 2.229/98, cestas básicas durante o período de sete meses, ressaltando ser incabível a cominação de multa diária em caso de descumprimento”. A Prefeitura Municipal pode recorrer ainda da sentença.

Principais ofícios do Sindicato encaminhados para a Prefeitura Municipal Presidente da Câmara Municipal, e outras autoridades ano de 2.000.

Ofício nº 0003/2.000 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 23 de fevereiro de 2.000.

Referido ofício Solicita ao Prefeito Municipal, com a máxima urgência regularização dos chamados cargos interinos ocupados por 10% do total de servidores, por se tratar de inconstitucionalidade sendo estes beneficiados e outros não, ferindo assim os princípios da igualdade.

Ofício nº 0007/2.000 – encaminhado para o Presidente da Câmara Municipal – Vargem Grande do Sul 13 de abril de 2.000.

Referido ofício Solicita ao Presidente da Câmara Municipal, apoio com a máxima urgência regularização dos chamados cargos interinos ocupados por 10% do total de servidores, por se tratar de inconstitucionalidade sendo estes beneficiados e outros não, ferindo assim os princípios da igualdade.

Destques da gestão de Manoel Garcia Martim, de acordo com publicação nos jornais de Vargem Grande do Sul, ano 2.001:

Jornal do Sindicato Junho a Julho de 2.001.

O nosso Sindicato não pode ser enfraquecido!

ALGUMAS PESSOAS INESCRUPULOSAS E FALADEIRAS ANDAM ESPALHANDO POR AI QUE O SINDICATO NÃO FAZ NADA PELO SERVIDOR. SABEMOS QUE NOSSA CATEGORIA RECONHECE, E MUITO, NOSSOS ESFORÇOS PARA DAR A CADA DIA MAIS E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA AOS SERVIDORES. MESMO ASSIM, AO MENOS PARA CALAR BOCA DESSES BOATEIROS DESECUPADOS, RELEMBRAMOS ALGUNS DOS TRABALHOS E CONQUISTAS DO SINDICATO EM FAVOR DOS SERVIDORES VARGENGRANDENSES.

Sindicatos

Não se pode negar o papel de destaque que possui o Sindicalismo brasileiro ao longo da nossa história, na defesa dos direitos e na preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores. Mais ainda, nos períodos negros da ditadura, os sindicatos foram uma grande trincheira na luta pela redemocratização Do país, sem falar na luta pela manutenção de poder de compra dos corróidos pela inflação crônica que perdurou décadas no país. Por todo este histórico e ainda pela rede de serviços médicos, jurídicos e odontológicos oferecidos pelos

sindicatos, é que estamos solidários ao movimento sindical no momento em que o governo volta suas baterias contra os sindicatos acenando com uma reforma na estrutura sindical que ao nosso ver pretende enfraquecê-los. Seria uma irresponsabilidade enorme, jogar por terra a atual estrutura sindical, sem apresentar uma alternativa que fortaleça a representação dos trabalhadores. Acredito que os sindicatos devam rapidamente se posicionar, pressionar as bancadas apresentando sugestões para um novo modelo de estrutura sindical, que elimine os vícios da atual, modernize as relações entre capital e trabalho, facilite a empregabilidade e permita a auto-sustenção das entidades.

Prefeito Municipal nega pedido de doação de terreno para construção de Sede Social Recreativa dos Servidores.

No final de outubro do ano de 2.000, este Sindicato solicitou junto ao Excelentíssimo Prefeito municipal José Locateli Filho a doação de um terreno para a construção de Centro Recreativo de Lazer para os Servidores Públicos Municipais na época o Senhor Prefeito não mediu esforços em atender tal pedido, e em seguida elaborou juntamente com Sindicato, projeto de Lei doando o referido terreno ao Sindicato para a devida construção da referida Sede, projeto este enviado para a Casa Legislativa para apreciação e aprovação.

Não sabemos quais foram os motivos, mais as comissões presididas pelo vereador Francisco Maldonado João, ao reter o projeto sem nenhuma explicação se quer. Novamente este sindicato atualmente protocolou dois ofícios um deles nº 31 pedindo ajuda aos nobres Vereadores e o outro de nº 030/2001 pleiteando ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Celso Luis Ribeiro a doação do referido terreno para a construção da tão sonhada Sede, apresentando as seguintes Justificativas:

- a) - A pretensão referida da entidade representativa dos Servidores Públicos Municipais, em pleitear a doação do terreno mencionado, é de visar melhoramentos, e. Incentivos na produtividade do Servidor que muitas vezes se encontra desanimado em seu dia a dia, podendo através de recreação tornar melhor seu final de dia e até mesmo seus finais de semana, através de lazer e recreação. E garantido pela nossa Lei maior em seu artigo 6º, os direitos sociais;
- b) - Através da doação deste terreno ora discutido e pleiteado, a entidade terá uma economia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), ano de alugueis, que serão revertidos em benefícios da própria entidade que deixará de pagar o referido aluguel e investir mais na própria entidade com a construção de sua sede própria.
- c) - Planejar, elaborar palestras, cursos de qualificação e requalificação junto aos servidores no sentido de melhorar a vida dos mesmos, com relação à saúde, higiene, alcoolismo, através de técnicos ligados à área pública;
- d) - Orientar os funcionários através de palestras com relação aos direitos e deveres de cada componente associado, para que os mesmos através de orientação e esclarecimentos saibam o seu devido valor.
- e) - Resumindo o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, tem interesse através da construção de sua sede própria melhorar a condição de vida de seus associados, bem como incentivar os demais a se sindicalizarem, não pelas vantagens encontradas, mas pela conscientização de cada um;

- f) - A Constituição da República Federativa do Brasil não deixa dúvidas de que aludida doação é bem possível, especialmente quando se busca priorizar a função social da propriedade e, ainda, levando-se em conta que o terreno a ser doado não está sendo utilizado pela municipalidade;
- g) - Nenhum prejuízo advirá para o município com a presente doação que será condicionada ao fato do sindicato realizar as tarefas sociais supra prescritas, valendo lembrar que, a qualquer momento, a doação poderá ser revista caso haja desvio na função a ser utilizada pelo Sindicato.

Em resposta através do ofício nº 231/2. 001-S.G, O Excelentíssimo Sr. Prefeito nos informa, que lamenta a inviabilidade de atender o pedido no momento. Tal postulação será analisada no futuro. Sendo assim e não dado por vencido da resposta formulado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito, o Presidente dos do Sindicato após assembléia Geral realizado no dia 28/06/2.001 fez abaixo assinado para novas tentativas.

Começam as discussões para negociações salariais de 2001, e outros assuntos ligados à categoria. Assembléia Geral dos Servidores realizada em 28 de junho de 2.001.

A Diretoria do Sindicato vem se reunindo na Sede Social do Sindicato, para discutir o momento e articular estratégia nas discussões salariais, e outras propostas. Todos os conselheiros são unânimes em afirmar que o momento é de cautela. Para entender a realidade, os conselheiros vão analisar o que se passa com as receitas municipais e aprofundaram-se nos estudos dos balancetes de 2.000 e na previsão orçamentária de 2.001. Estes serão os parâmetros em que fundamentaremos nossas reivindicações. Depois de discutidas amplamente pela Diretoria, daqui para frente os debates serão com os trabalhadores. Para isso o Sindicato convocou Assembléia no dia 28 do mês passado e as propostas foram enviadas ao Excelentíssimo Sr. Prefeito no dia 06 de julho de 2.001.

Propostas a serem debatidas com a administração em 2001.

- a) - Reorganização e reforma na Estrutura Administrativa do Município;
- b) - Reorganização e Reforma no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- c) - Transformação do fuprebem em autarquia-projeto de Lei já se encontra na Câmara Municipal, e não foi aprovado, queremos explicações;
- d) - Regularização no Decreto relativo a Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- e) - Regularização no Decreto que disciplina perícia médica;
- f) - Revisão, e Estudos no atual Plano de Carreiras dos Servidores, ainda existe algumas injustiças e pontos críticos a serem revistos, e colocados em discussão;
- g) - Tentativa de doação de terreno para construção da Sede Recreativa de Lazer para os Servidores, projeto já protocolado na atual Administração, e discutido em assembléia;
- h) - Cursos de qualificações e requalificação profissional para os servidores;
- i) - Repasse de perdas Salariais, desde março de 1.997.

- J) - Criação de projeto de Lei criando auxílio-alimentação a todos os servidores públicos municipais, projeto já protocolado com o Sr. Prefeito;
- k) - Regularização na Lei 1758- criando autonomia própria. (convênio unimed).
- l) - Implantação do sistema habitacional junto ao sistema financeira Caixa Econômica Federal, para a construção de casas populares a todos os servidores sem moradia econômica;
- m) - tentativas de negociação na dívida da Previdência e Saúde aproximadamente no valor R\$ 5.800.000,00 (Cinco milhões e Oitocentos Mil Reais), caso contrario colocamos em votação em Assembléia Geral. Para que sejam enviadas ao Ministério Público para as devidas providências.
- n) - Regularização no mapeamento de risco no sentido de elaboração de laudos técnicos visando à legislação do pagamento de insalubridade e periculosidade, bem como fornecimento de equipamento de proteção.

Servidor Público, Assembléia é Importante.

Servidores, a Assembléia Geral é soberana, além de ser o fórum legítimo para debater as reivindicações da categoria. Para isso, a própria jurisprudência se fez inteligente, “quem não participa da Assembléia acata a decisão da maioria”. Participem das discussões, é importante para entendermos o momento e fortalecermos a nossa classe. Será com responsabilidade que conseguiremos melhorar nossa qualidade de vida. Discutir o momento econômico que passamos é muito importante. Procurem se orientar através do seu Sindicato. Ele é o órgão legítimo para debater o assunto, além de que, a responsabilidade de garantir as conquistas dos servidores passa pelas as mãos de todos nós. Sindicato é o coletivo de trabalhador! A Diretoria é apenas cumpridora das decisões das Assembléias Gerais, a responsabilidade é de todos. Para tal assunto não existem heróis. O que deve garantir nossas conquistas, certamente, é a união, sem união não haverá força, sem a força não haverá união.

EDITORIAL

A importância da reforma administrativa é objetivar os principais pontos fundamentais da reforma, como planejamento, coordenação Descentralização, e Controle. O planejamento, como atividade constante da administração, compreenderá a representação dos planos de trabalho a serem desenvolvidos pelo órgão da Prefeitura, definindo, com precisão, atividades e tarefas a realizar, determinando o tempo necessário á sua execução, discriminando os recursos de pessoal e material necessário e avaliando seus resultados e custos. O planejamento compreende a elaboração dos seguintes instrumentos básicos, como Plano diretor de Desenvolvimento integrado, Orçamento plurianual de investimentos, Programação financeira de Desembolso, e Orçamento programa Anual. Toda ação administrativa Municipal e especialmente a execução dos planos e programas de governo serão objeto de permanente coordenação entre os órgãos de cada nível hierárquico. A descentralização será realizada no sentido de liberar os dirigentes das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para se concentrarem nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, O controle das atividades da Administração municipal deverá exercer-se em todos os níveis e órgãos, compreendendo, particularmente; O controle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que disciplinam as atividades especifica dos órgãos

contratados; O controle da utilização guarda e aplicação de dinheiro, bens e valores publicam, pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e fiscalização. A administração municipal orientará todas as suas atividades no sentido de aumentar a produtividade dos servidores, visando evitar o crescimento de seu quadro de pessoal, através de criteriosa seleção de pessoal. Possibilitar o estabelecimento de níveis adequados de remuneração e ascensão às funções superiores, através de treinamento e aperfeiçoamento dos servidores em atividade. A administração estabelecerá critério em sua estrutura administrativa reorganizando os órgãos de assessoramento e administrativos de maneira que os órgãos de administração municipal serão hierarquizados, sobrepondo-se os superiores aos inferiores, mediante relação de subordinação entre níveis, assim definidos: a)- primeiro nível departamento, b) segundo nível setor, criando assim responsabilidades a todos Departamentos e Setores da Municipalidade.

Estabilidade Funcional

Servidor público municipal, o Sindicato através da Emenda Constitucional nº 19, aprovada em 04 de junho de 1998, transcreve alguns exemplos dos direitos de estabilidade funcional:

Artigo 37, inciso V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

Artigo 39, § 6º- Os Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Artigo 41º- São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Artigo 169º- A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§-3º- Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis;

§ 4º – se as medidas adotadas não forem suficientes o servidor estável poderá perder o cargo, desde que o ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal;

§ 5º – o servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

Emenda 19-Art. 33 Consideram-se servidores não estáveis, para os fins do artigo 169 § 3º, II, da Constituição Federal aqueles admitidos na administração direta, autárquica e fundacional sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 05 de outubro de 1983.

DECRETO Nº 1.635 REGULAMENTA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Transcrevemos alguns pontos principais na avaliação de desempenho para melhor conhecimento dos servidores Públicos Municipais:

O sistema de avaliação de desempenho tem por objetivo, apurar o potencial dos servidores visando um aproveitamento eficaz.

A avaliação de desempenho será feita uma vez por ano, pelo superior imediato, desde que o avaliado tenha estado sob a sua subordinação há pelo menos 180 dias, caso contrário será feita por um dos superiores antecedentes.

As avaliações deverão ser:

- a) Objetivas e imparciais;
- b) Espelhadas fielmente no desempenho dos servidores;
- c) Expurgadas de influência de ordem pessoal.

O avaliador deverá exibir o resultado ao avaliado diretamente, sem interferência de terceiros, mediante entrevista individual;

Obter o visto de ciência, com a ficha de avaliação já preenchida completamente à mão (com caneta) ou a máquina (jamais a lápis), e após o indispensável diálogo a respeito da pontuação que lhe foi atribuída, bem como comunicar o avaliado, que em caso de discordância da avaliação, poderá ele recorrer no prazo de 15 dias, mediante requerimento preenchido pelo Sindicato, órgão na qual representa, solicitando uma nova avaliação.

RELEMBRANDO:

No dia 18 de setembro de 1.985 em reunião dos servidores públicos municipais foi eleita a primeira Diretoria da Associação dos Servidores, cujo Presidente eleito, foi o servidor **Celso Luis Ribeiro**, que em reunião seguinte apresentou para a aprovação projeto para criação do Parque Ecológico Jaguari, vale lembrar que Celso foi um dos primeiros a lutar para a criação de um centro recreativo para os servidores.

Tribuna Vargem Grande do Sul 30 de junho de 2001

Sindicato dos Servidores Municipais promove assembléia



Na noite de quinta-feira, 28, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais promoveu assembléia para discutir temas da categoria. Na agenda apresentada pelo presidente da entidade, Manoel Garcia Martim, destacou-se a questão da reposição das perdas salariais do funcionalismo. Segundo Manoel, de 1997 até agora houve 30% de perdas salariais acumuladas e que a

Prefeitura já recebera três ofícios, este ano, para discutir a questão com o Sindicato, mas não se pronunciou até o momento. Outro tema discutido foi o auxílio-alimentação, requerido junto à Prefeitura, da ordem de R\$ 30,00 mensais para cada servidor, também sem resposta da Administração, segundo o Sindicato. O Sindicato também está reivindicando a avaliação de perito para as funções consideradas insalubres e ainda o fornecimento de equipamentos de proteção e segurança para funções que apresentem risco. Ainda na agenda da assembléia foram discutidas as exigências de perícia médica para afastamento de um dia, questões sobre a avaliação funcional de servidores, o convênio-saúde e benefícios previdenciários, destacando-se que a questão do Fupreben ainda era objeto de estudos na Câmara. (Na sexta, a Câmara rejeitou o projeto que criava o IPREM e parcelava a dívida da Prefeitura com o Fundo, conforme matéria na página 2). Segundo o presidente do Sindicato, todas as questões levantadas na Assembléia serão encaminhadas à diretoria de Administração da Prefeitura, visando à abertura de uma pauta de discussões sobre a reivindicação dos servidores.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 30 de junho de 2001

Câmara não aprova a criação do IPREM

Por unanimidade, os vereadores rejeitaram na sessão extra de sexta-feira o projeto que criava o IPREM - Instituto de Previdência Municipal, transformando e, autarquia o Fupreben. O parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação afirmou que faltaram documentos necessários para maiores estudos e votação. Na quinta-feira, o Sindicato reuniu cerca de 40 servidores municipais para discutir melhorias, dentre elas, a criação do IPREM que, segundo o presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martin, desde dezembro está na Câmara. O presidente falou ainda da falta de respostas a ofícios por parte da administração e também de outras reivindicações dos funcionários, como o reajuste salarial e o auxílio alimentação.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 30 de junho de 2001

Vereadores rejeitam criação de instituto de previdência

Autarquia substituiria atual Fupreben

Em segunda sessão extraordinária nesta semana, na tarde de ontem, dia 29, os vereadores rejeitaram por unanimidade o projeto de lei 56/2000, que previa a criação do Instituto de Previdência Municipal - Iprem, autarquia que iria substituir o atual Fupreben - Fundo de Previdência e Benefícios dos servidores municipais. O projeto foi rejeitado por 8 votos, em sessão em que estava ausente o vereador Marco Antônio Goulard. A matéria foi enviada à Câmara pelo ex-prefeito José Locatelli em novembro do ano passado, contendo duas propostas: a criação do Iprem e o parcelamento da dívida da Prefeitura com o Fupreben em 20 anos. Em

dezembro de 2000, esta dívida somava cerca de R\$ 5,5 milhões, acumulada de gestões anteriores. A votação do projeto foi adiada na época a pedido do vereador Kiko Maldonado, sob a justificativa de que havia sérias distorções a serem corrigidas, como a criação de novos cargos com a autarquia. Um outro fator era a folha de pagamento dos atuais inativos, que continuaria com a Prefeitura, passando-se ao futuro Iprem as aposentadorias autorizadas após a criação deste órgão. Em paralelo, ainda foi considerado que na transição de uma gestão para outra, o parcelamento da dívida com o Fupreben deveria contar obrigatoriamente com a participação do atual prefeito. Com essas considerações, a votação do projeto de lei 56/2000 foi adiada e ficou retida para estudos até o parecer da Câmara de Justiça e Redação, datado de 25 de junho, e contrário à aprovação do projeto. Segundo a Comissão, o projeto não apresentou documentos indispensáveis à sua apreciação como o plano atuarial do fundo previdenciário, a situação atual do Fupreben e o montante da dívida do INSS com o fundo. A Comissão de Justiça e Redação ainda registrou que haveria aumento de despesas, com a criação de novos cargos, considerada a proposta da criação da autarquia.

Dívida com o Fupreben será renegociada

Embora a criação do IPREM esteja rejeitada, a dívida da Prefeitura com o Fupreben deve ser renegociada. A Tribuna falou com o prefeito Celso Ribeiro, após a rejeição do projeto na Câmara, e este informou que vai realizar uma auditoria no Fupreben, ainda este ano, atendendo exigências legais. E sobre os resultados desta auditoria, Celso Ribeiro deve elaborar a proposta para o parcelamento da dívida previdenciária repassada à sua gestão. O vereador Kiko Maldonado informou que há um prazo legal de carência para que o prefeito possa iniciar os pagamentos, destacando que os depósitos de contribuição da atual administração estão sendo feitos regularmente junto ao Fupreben. Kiko informou que participou recentemente de um curso sobre regimes de previdências e benefícios de municípios. "A orientação é de que os atuais fundos de previdências de servidores precisam estar muito bem estruturados para adquirirem a autonomia prevista no regime da autarquia", informou.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 30 de junho de 2001

Editorial

As reivindicações do funcionalismo municipal estão chegando mais perto da Administração, buscando uma via de diálogo e negociações até agora meio obstruída, a considerar o Sindicato dos Servidores Municipais. Pois informa o órgão que a Prefeitura já recebeu solicitações para discutir a questão da reposição salarial e do auxílio-alimentação e não se pronunciou ainda sobre estes temas. Na questão do preenchimento dos cargos de confiança, com profissionais não efetivos da Prefeitura, o prefeito obteve apoio da Câmara, consideradas que foram as necessidades da Prefeitura em alguns postos - ela já tinha os profissionais que precisava, porém em caráter temporário. Resta saber agora como a Administração vai acolher e encaminhar as reivindicações dos efetivos na questão salarial e em outros temas relevantes à categoria. São cerca de 700 funcionários, cujas funções transparecem o grau de qualidade dos serviços públicos.

Gazeta de Vargem Grande do Sul 30 de julho de 2001

Funcionários se reúnem para reivindicar melhorias

Uma reunião de cerca de 40 funcionários no Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais foi realizada pelo presidente Manoel Garcia Martin, para colocar a classe a par da atual situação do funcionalismo. Em entrevista à reportagem da Gazeta, Manoel afirmou que muitas reivindicações estão sendo pleiteadas junto à administração, dentre elas, o reajuste das perdas salariais, auxílio alimentação, resposta ao projeto de doação de terreno para construção

da sede do Sindicato, e ainda, resposta a três ofícios enviados à Prefeitura. “O prefeito deveria nos responder se existe dotação orçamentária para os ajustes salariais, como está o orçamento do município. Nenhum ofício foi respondido e todos foram protocolados, recebidos por Edson Sbardellini, Amarildo D. Moraes e pelo Setor de Protocolos da Prefeitura. Estas respostas seriam passadas aos funcionários. A Lei Orgânica diz que o prazo de resposta é de 15 dias e já se passaram meses. O não cumprimento desta lei é compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal e é crime de responsabilidade”, disse Manoel.

Criação do IPREM foi rejeitada

Desde dezembro na Câmara Municipal, o projeto da criação do IPREM – Instituto de Previdência Municipal, foi rejeitado por unanimidade na sessão extraordinária do dia 29, às 13h30. O presidente Francisco Maldonado João, ao colocar o projeto em votação, ressaltou que em cursos feitos sobre o assunto, a orientação era a não criação do IPREM. O parecer da Comissão de Justiça e Redação foi de que faltaram documentos indispensáveis para os estudos do IPREM, como: plano atuarial do fundo previdenciário, qual a situação atual do fundo de previdência municipal e qual a dívida do INSS para com o Fundo. Antes da votação na Câmara, a Gazeta entrevistou o presidente do Sindicato, Manoel, que estava indignado com o tratamento do Legislativo com relação à criação do IPREM. “O Sindicato vai encaminhar para a Promotoria Pública. Na próxima reunião, independentemente do que for votado na Câmara, se esconderam qualquer documento em relação à nossa diretoria simplesmente vamos relatar, juntar estes documentos e enviar junto ao relatório que já está no Tribunal de Contas protocolados em 30 de março e encaminhar para a Promotoria Pública”, disse. Manoel ressaltou, ainda, que de acordo com a Lei 9.760, os municípios têm que fazer esta reforma e se isso não acontecer, “acarretará uma série de problemas com relação ao recebimento de verbas que podem ser cortadas pela não atualização do plano.” O Fupreben – Fundo de Previdência e Benefício – tem para receber R\$ 3.800.000,00 que são da previdência e R\$ 2.300.000,00 da Saúde. “Nós temos um convênio médico que é descontado um valor do servidor e um valor repassado pela Prefeitura. Este dinheiro foi usado. O servidor, no que se refere à saúde, está tão penalizado sendo que temos um caixa positivo de 2 milhões e trezentos mil, este dinheiro voa. Ninguém sabe dar explicações, o prefeito não nos dá resposta”, disse Manoel. Segundo o presidente, o que está sendo pleiteado é a reorganização e reforma administrativa, porque é necessário de fazer uma reforma geral na Prefeitura. Como exemplo, Manoel citou os diretores que ficam apenas quatro anos e, em alguns casos, podem não se empenhar ao máximo em suas funções. Também é pedida a reorganização da reforma do Estatuto dos servidores municipais. “Este projeto está desde janeiro com o prefeito e não tem nenhum custo para a Prefeitura. É só fazer um decreto, colocar equipe para analisar o projeto e encaminhar para a Câmara. A idéia do Sindicato não é tirar funcionários e sim melhorar o dia a dia do servidor público, mas dentro do próprio cargo dele”. Manoel ressaltou que a intenção é colaborar com o bom funcionamento do município. “Não importa quem é o prefeito. Só queremos uma resposta. Pode ou não. Foi o tempo em que o sindicato fazia badernas. É trabalhar lado a lado, buscando objetivos de qualificar o servidor público”.

Falta união dos funcionários

Manoel também reclamou da falta de união dos servidores públicos. O Sindicato tem 430 associados, mais da metade dos funcionários da Prefeitura entre ativos, inativos e aposentados. “A união que quero dizer é ser companheiro do próprio companheiro e não prejudicar. Eu sinto que o funcionário público é covarde. Infelizmente. Nas reuniões do Sindicato, quando tem os problemas particulares de cada um, ao invés de buscarem ajuda, recursos, eles ficam falando mal. Acusam o Sindicato, querem que o mesmo vá buscar o aumento, mas não colaboram, não assinam. Temos que pleitear com bases legais”, afirmou. Poucos, segundo Manoel, procuram o

Sindicato para saber o que está acontecendo. O presidente pretende, agora, ter uma conversa com o prefeito. “Essa situação cria uma insegurança que tem que acabar. O que interessa mesmo é fazer um bom trabalho, tanto do Sindicato como da administração. Nós temos um estatuto na qual sua criação teve a grande participação do prefeito Celso Ribeiro, inclusive também no estudo de criação de uma área de lazer para o funcionário sindicalizado”, disse Manoel Garcia Martin.

Gazeta de Vargem Grande do Sul 07 de Julho de 2001

Diretor afirma que Prefeitura não tem condições de repor perdas salariais

A reportagem da Gazeta entrevistou o diretor de Planejamento, Amarildo Duzi Moraes, a respeito das declarações dadas na edição passada, pelo presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin. Amarildo afirmou que, com relação à dívida do Fupreben, no final do recesso a Câmara Municipal deverá receber projeto para parcelamento da dívida. O IPREM, citado pelo presidente Manoel, não foi aprovado pela Câmara. A Prefeitura, segundo Amarildo, está contratando um profissional para elaboração de laudo técnico ambiental para levantar possíveis condições especiais de trabalho que algum servidor esteja submetido. Com relação ao auxílio alimentação, o diretor de Planejamento afirmou que recebeu ofício do presidente, reivindicando R\$ 30,00 de auxílio, mas nada ficou decidido. Amarildo também falou das perdas salariais, dizendo que “o município passa por uma situação econômica difícil, onde a luta do Setor Financeiro é garantir o pagamento do servidor na data correta, e isso temos conseguido, apesar das dificuldades, religiosamente. O prefeito Celso Ribeiro já declarou em diversas oportunidades e me cobra a todo momento, que para ele o pagamento do salário do servidor é prioridade absoluta. Assim, embora reconheça as necessidades dos servidores, no momento, a prioridade é garantir que o servidor receba o atual salário, o que vai ser difícil, principalmente neste segundo semestre”. Amarildo disse que há alguns anos a Prefeitura Municipal perdeu sua capacidade de investimento, que precisa ser recuperada para o desenvolvimento da cidade. “Ou seremos reconhecidos como meros pagadores de dívidas”. O município necessita de ajuda externa para acelerar este processo, segundo Amarildo, que citou as verbas conseguidas pelos deputados Silvio Torres e Beraldo, como iniciativas importantes no processo. Citou, também, como exemplo, a parceria entre a Prefeitura, a Associação dos Bataticultores e os ceramistas nas obras que estão sendo realizadas na cidade. O diretor reconheceu ainda que a Prefeitura precisa fazer sua parte, através de vários fatores, sendo um deles, otimizar a arrecadação do município, pois esta é a principal fonte de recursos. “Otimizar os recursos não significa necessariamente aumentar impostos, mas sim aumentar a eficiência na cobrança dos tributos existentes”. Segundo o diretor, a dívida ativa tem um grande montante e se faz necessário a constante lembrança dos contribuintes para que paguem suas dívidas. “Observamos que muitos contribuintes que devem para o município não são sonegadores, é de fato um esquecido, ou até mesmo, mal informado”. Amarildo citou como exemplo os contribuintes que têm suas casas alugadas e recebem o aluguel sem exigir a apresentação do pagamento de água e IPTU. “O proprietário fica sabendo que deve aos cofres públicos muito tempo depois”. Segundo o diretor, várias medidas têm que ser tomadas para viabilizar os impostos e taxas atrasadas como: diminuindo a burocracia; personalizando o atendimento ao contribuinte, capacitando o servidor para esta tarefa e dando a ele condições físicas e materiais; regularização da dívida ativa e ampliação da base tributária através da Justiça Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com Amarildo, não deixa opção para o prefeito, tendo este que dispor de todos os meios para receber os tributos devidos, podendo responder na Justiça por omissão. “A Lei é rigorosa, mas se existisse alguns anos atrás, talvez a situação do município fosse outra”, afirmou. Outra preocupação é a queda na arrecadação do ICMS pelo racionamento de energia elétrica. Segundo Amarildo, é a maior fonte de arrecadação do município, sendo que

uma economia de 20% terá queda igual na arrecadação municipal.

Tribuna Vargem Grande do Sul 14 de julho de 2001

Prefeitura deve reunir-se com o Sindicato dos Funcionários Públicos *Proposta é discutir as reivindicações do funcionalismo*

Na próxima semana, a Prefeitura deve realizar reunião com o Sindicato dos Servidores Público Municipais para discutir as reivindicações do funcionalismo, conforme informou o diretor de Administração do município, Edson Bovo. Segundo Bovo, devem participar da reunião o prefeito Celso Ribeiro, o diretor de Administração e o diretor de Planejamento, Amarildo Duzi Moraes. A reunião foi solicitada pelo presidente do Sindicato dos Servidores, Manoel Garcia Martim, após a assembléia geral da categoria no dia 28 de junho, quando foram discutidas várias reivindicações, dentre elas, a reposição automática de perdas salariais e o auxílio-alimentação. Os servidores também reivindicaram mudanças no Estatuto do Funcionalismo, no plano de cargos e salários, no sistema de avaliação funcional e no convênio-Saúde, além da negociação da dívida previdenciária, entre outros itens. Segundo Edson Bovo, a Prefeitura já estaria providenciando a contratação de um perito para mapear as atividades insalubres da Administração, conforme uma das reivindicações do Sindicato. O prefeito Celso Ribeiro destacou que a Prefeitura tem pago rigorosamente os salários dos funcionários, bem como vem depositando todos os meses o dinheiro do Fupreben. “Essas são nossas grandes prioridades, dado a situação econômica precária do nosso município”, disse destacando ainda que “um dos grandes fatores de arrecadação do município é o ICMS da energia elétrica, que vai diminuir consideravelmente, dados os problemas que o governo e as empresas vem enfrentando nesta área”. Falando à Tribuna, o presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim, informou que as reivindicações mais urgentes são a reposição salarial e o auxílio-alimentação de R\$ 30,00 ao mês. “A reposição de perda salarial não é aumento, e está prevista em lei federal e na Lei Orgânica do Município”, disse. Manoel informou que entre 1998 e 2001 houve um índice de perda salarial de cerca de 30% e que o Sindicato deveria entrar com um mandado de segurança na Justiça, contra a Prefeitura, requerendo a reposição. Uma nova assembléia do funcionalismo está prevista para agosto, ainda sem data definida.

Tribuna de Vargem Grande do Sul Agosto de 2001

Sindicato dos Servidores aguarda por reunião com a Prefeitura

A reunião entre a Prefeitura e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, programada para esta semana, acabou não se realizando. Anunciada pelo prefeito Celso Ribeiro e o diretor de Administração, na última sexta-feira, a reunião não foi convocada até o fechamento desta edição, segundo informações da Prefeitura e do presidente do Sindicato dos Servidores, Manoel Garcia Martim. O Sindicato pediu a reunião com o prefeito e no último dia 5 de julho, em documento anexo à ata da assembléia geral dos servidores, realizada em 28 de junho. Na assembléia, servidores e Sindicato discutiram suas reivindicações e, dentre as mais urgentes, está a reposição e a concessão do auxílio-alimentação no valor de R\$ 30,00 ao mês. Segundo o diretor do Sindicato, os servidores tiveram perda salarial de cerca de 30% a partir de 1998. O último aumento (20%) da categoria foi dado em março de 1997 e no ano passado todos os servidores receberam três referências salariais de acordo com o Plano de Carreira aprovado em 2000. O presidente do Sindicato informou que está aguardando a convocação da reunião pela Prefeitura. “Estamos aguardando, conforme nosso pedido de 5 de julho e o anúncio da Prefeitura que a reunião sairia nesta semana, o que não ocorreu. Caso a Prefeitura não se manifeste, o Sindicato deverá ir à Justiça para pleitear reposição salarial, um direito assegurado por emenda constitucional e também pela lei Orgânica do Município”, informou Manoel. Há

disposição do Sindicato em negociar, segundo Manoel, que informou ser possível pedir agora uma reposição salarial de 10%, mais auxílio-alimentação, deixando o restante do índice de reposição para ser negociado até o final do ano. Porém, segundo ele, a Prefeitura não se manifestou oficialmente até agora sobre qualquer solicitação do Sindicato desde o início deste ano. Uma outra reivindicação que o município informou estar providenciando – o mapeamento das funções insalubres da Administração – também não foi encaminhada, segundo o presidente do Sindicato. É um outro tema que pode ser objeto de ação na Justiça, segundo Manoel Garcia Martim.

Servidores de São João em greve: os servidores municipais de São João estavam em greve até a última quarta-feira. A Prefeitura sanjoanense propôs um reajuste de 4% ou abonos de R\$ 50,00 ou R\$ 60,00, conforme a carga horária dos servidores. A proposta da Prefeitura está condicionada a que a Câmara aprove 28 funções gratificadas para a área da Saúde, para efetivar a Gestão Plena de Saúde recentemente implantada no município. Além do salário, os servidores da Saúde nestas funções receberiam adicionais entre R\$ 100,00 e R\$ 400,00. A proposta de condicionar a reposição salarial dos servidores à questão dos cargos da Saúde foi considerada inaceitável pelo presidente do Sindicato dos Servidores de São João. A reivindicação é que seja reposta ao menos a inflação do ano (8,5%) e que a Prefeitura defina uma política salarial.

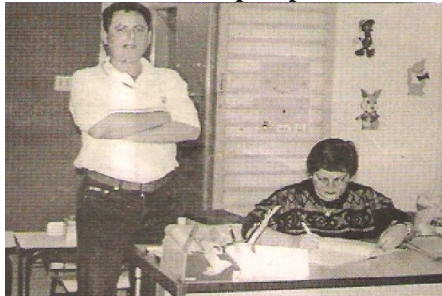
Tribuna de Vargem Grande do Sul Agosto de 2001

Sindicato dos Servidores Públicos promoverá nova assembléia para discutir reposição salarial

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais está convocando seus associados para uma nova assembléia no dia 30 de agosto. Na pauta de discussões, deverá ser discutido e votado o encaminhamento ao Ministério Público da questão da reposição de perdas salariais previstas na Constituição e na Lei Orgânica do Município, calculada em 30% pelo Sindicato. A iniciativa de buscar na Justiça a reposição será efetivada se a Prefeitura não se manifestar sobre a reposição até o dia da assembléia, 30 de agosto. Até agora, a Prefeitura não se manifestou oficialmente sobre as reivindicações do Sindicato. O Sindicato também enviou à Prefeitura um ofício solicitando informações sobre as despesas com folha de pagamento de janeiro até agora, e sobre os índices percentuais de cada mês previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. O ofício também pede o relatório da receita corrente líquida do mês de julho. Pela Lei da Responsabilidade Fiscal, os municípios que gastariam até o limite de 60% da receita de arrecadação com pagamento ao funcionalismo não poderão criar mais gastos com pessoal. No índice de 60% as Prefeituras devem respeitar o teto de 54% e as Câmaras Municipais de 6%.

Tribuna de Vargem Grande do Sul 01 de Setembro de 2001

Funcionários municipais poderão ir à Justiça pela reposição salarial



O presidente do Sindicato dos Servidores Municipais Manoel Garcia Martim, na assembléia do dia 30

Em nova assembléia da categoria no dia 30 de agosto, os servidores municipais vão discutir e votar se levam à Justiça a questão da reposição de perdas salariais. Após assembléia de 28 de junho, as reivindicações dos servidores públicos municipais foram encaminhadas à Prefeitura, que não se pronunciou oficialmente sobre o tema. Caso não se manifeste até 30 de agosto, data da assembléia, a reposição de perdas salariais, - avaliada em 30% - poderá ser encaminhada ao Ministério Público, informou o presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim.

Na questão salarial, as prefeituras estão atentas à Lei da Responsabilidade Fiscal, que proíbe o comprometimento da receita de arrecadação além dos 54% permitidos para despesas com pessoal. Em assembléia realizada na noite de quinta-feira, 30, no prédio do Fupreben, os funcionários públicos municipais votaram e aprovaram o envio de ação ao Ministério Público pedindo a reposição das perdas salariais, calculadas em 30%, até 2001. O presidente do sindicato da categoria, Manoel Garcia Martim, informou que a Prefeitura tem um prazo de aproximadamente 15 dias para apresentar uma proposta concreta sobre as reivindicações do funcionalismo. Caso isso não aconteça, o sindicato entrará com uma ação na Justiça requerendo reposição das perdas salariais referentes aos anos de 1998, 1999 e 2001, conforme estabelece a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município – LOM. Além da reposição salarial, o sindicato está reivindicando o auxílio-alimentação no valor de R\$ 30,00 mensal, conforme ofício enviado à Prefeitura. Até agora, a Prefeitura não se manifestou oficialmente sobre as reivindicações do sindicato, que realizou assembléia anterior no dia 28 de junho e que vem enviando ofícios ao prefeito desde o início do ano sobre reivindicação dos funcionários. Na questão salarial, as prefeituras estão atentas à Lei da Responsabilidade Fiscal, que proíbe o comprometimento da receita de arrecadação, além dos 54% permitidos para despesas com pessoal.

Pedido afastamento do secretário e do conselheiro do sindicato

Durante a assembléia do dia 30, foi apresentado ao presidente do Sindicato requerimento assinado por servidores públicos que pedem o afastamento de dois membros da diretoria do sindicato: Edson Bovo, secretário geral, e Maurício Martins Vidal (Casca), membro do Conselho Administrativo, pelo fato de ambos exercerem cargo de confiança na atual administração municipal. No requerimento entregue ao presidente do sindicato os funcionários públicos alegam que o acúmulo de cargo desses dois servidores contraria o estatuto do sindicato, pois ao serem nomeados para cargo de confiança do prefeito, violaram o artigo 37 do estatuto que prevê a perda de mandato dos dirigentes e conselheiros do sindicato, quando estes são nomeados para cargos de confiança, ligados diretamente ao prefeito. Edson Bovo assumiu o cargo comissionado de diretor Administrativo da Prefeitura em 2.000 e Maurício Martins Vidal (Casca) foi nomeado Assessor de Gabinete do prefeito este ano.

Tribuna de Vargem Grande do Sul 01 de Setembro de 2001

Funcionários municipais poderão ir à Justiça pela reposição salarial

Em nova assembléia da categoria no dia 30 de agosto, os servidores municipais vão discutir e votar se levam à Justiça a questão da reposição de perdas salariais. Após assembléia de 28 de junho, as reivindicações dos servidores públicos municipais foram encaminhadas à Prefeitura, que não se pronunciou oficialmente sobre o tema. Caso não se manifeste até 30 de agosto, data da assembléia, a reposição de perdas salariais, - avaliada em 30% - poderá ser encaminhada ao Ministério Público, informou o presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martim. Na questão salarial, as prefeituras estão atentas à Lei da Responsabilidade Fiscal, que proíbe o comprometimento da receita de arrecadação além dos 54% permitidos para despesas com pessoal. Em assembléia realizada na noite de quinta-feira, 30, no prédio do Fupreben, os funcionários públicos municipais votaram e aprovaram o envio de ação ao Ministério Público pedindo a reposição das perdas salariais, calculadas em 30%, até 2001. O presidente do sindicato da categoria, Manoel Garcia Martim, informou que a Prefeitura tem um prazo de aproximadamente 15 dias para apresentar uma proposta concreta sobre as reivindicações do funcionalismo. Caso isso não aconteça, o sindicato entrará com uma ação na Justiça requerendo reposição das perdas salariais referentes aos anos de 1998, 1999 e 2001, conforme estabelece a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município – LOM. Além da reposição salarial, o sindicato está reivindicando o auxílio-alimentação no valor de R\$ 30,00 mensal, conforme ofício enviado à Prefeitura. Até agora, a Prefeitura não se manifestou oficialmente sobre as reivindicações do sindicato, que realizou assembléia anterior no dia 28 de junho e que vem enviando ofícios ao prefeito desde o início do ano sobre reivindicação dos funcionários. Na questão salarial, as prefeituras estão atentas à Lei da Responsabilidade Fiscal, que proíbe o comprometimento da receita de arrecadação, além dos 54% permitidos para despesas com pessoal.

Pedido afastamento do secretário e do conselheiro do sindicato

Durante a assembléia do dia 30, foi apresentado ao presidente do Sindicato requerimento assinado por servidores públicos que pedem o afastamento de dois membros da diretoria do sindicato: Edson Bovo, secretário geral, e Maurício Martins Vidal (Casca), membro do Conselho Administrativo, pelo fato de ambos exercerem cargo de confiança na atual administração municipal. No requerimento entregue ao presidente do sindicato os funcionários públicos alegam que o acúmulo de cargo desses dois servidores contraria o estatuto do sindicato, pois ao serem nomeados para cargo de confiança do prefeito, violaram o artigo 37 do estatuto que prevê a perda de mandato dos dirigentes e conselheiros do sindicato, quando estes são nomeados para cargos de confiança, ligados diretamente ao prefeito. Edson Bovo assumiu o cargo comissionado de diretor Administrativo da Prefeitura em 2.000 e Maurício Martins Vidal (Casca) foi nomeado Assessor de Gabinete do prefeito este ano.

Tribuna de Vargem Grande do Sul 18 de Outubro de 2001

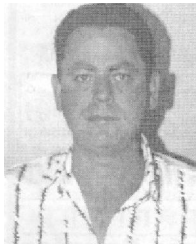
Sindicato dos servidores públicos pede auxílio-alimentação ao presidente da Câmara

O presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, enviou ofício no último dia 10, ao presidente da Câmara Municipal Kiko Maldonado João, solicitando que intermediasse junto ao prefeito a aprovação de um projeto de lei que concedesse ao funcionalismo público municipal o auxílio-alimentação no valor de R\$ 30,00 por mês. Nesse ofício o presidente do Sindicato solicita também ao presidente da Câmara que seja estudada a possibilidade do Legislativo repassar parte desses valores ao Executivo. O presidente do Sindicato informou que, após o envio do ofício à Câmara Municipal, ele esteve, junto com outros funcionários municipais, com o presidente Kiko Maldonado João e este disse que daria todo apoio ao Sindicato, pois estava muito sensibilizado com a situação do funcionalismo, pois

ele mesmo tinha assistido um funcionário desmaiar perto de sua residência. Manoel Garcia Martim informou à Tribuna que está aguardando um pronunciamento e providências da Câmara na aprovação desse projeto de lei. O presidente do Sindicato também se reuniu com o diretor de Finanças da Prefeitura, no início de outubro, para tratar do auxílio-alimentação. E a Prefeitura deveria se posicionar sobre a concessão do benefício até o próximo dia 30 deste mês.

Gazeta de Vargem Grande do Sul 27 de Outubro de 2001

Sindicato dos Servidores Municipais luta pelo auxílio-alimentação



Quando se prepara para comemorar mais um Dia do Funcionário Público, neste domingo, dia 28, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais trava uma luta para repor perdas salariais, que segundo o presidente Manoel Garcia Martim, estão acumuladas em 30%. Além das perdas salariais, outra bandeira do Sindicato é conseguir o auxílio-alimentação. Segundo Manoel, ao invés de cesta básica ou tiquete alimentação, o auxílio seria um valor pago no contra-cheque dos servidores, no valor de R\$ 30,00 para cada um. O presidente disse que as negociações junto ao presidente da Câmara, Kiko Maldonado, estão

adiantadas, sendo que o presidente ficou de repassar uma verba para o Executivo no valor de aproximadamente R\$ 27 mil, para o auxílio a ser pago no mês de novembro e em dezembro, quem pagaria seria o Executivo. Para que isso se torne realidade, Manoel falou que o prefeito Celso Ribeiro precisava enviar um projeto de lei para a Câmara, e que tudo isso já foi discutido com a equipe do prefeito, estando o Sindicato a aguardar uma resposta até o dia 30 próximo. Outra luta do Sindicato é para conseguir uma sede própria. Manoel falou que já conversou com o prefeito sobre a doação de um terreno e este mostrou-se favorável. O terreno pleiteado está localizado no Jd. São Luís, perto da ACI. Tolerância e Negociações estão sendo as armas do presidente para conseguir as melhorias para os funcionários públicos municipais. Manoel descartou o uso da greve, “pois não temos

JORNAL DO SINDICATO OUTUBO NOVEMBRO 2001

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONVOCA NOVAMENTE ASSEMBLÉIA GERAL PARA DISCUTIR PERDAS SALARIAIS, E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA CATEGORIA.

O Presidente do Sindicato dos Servidores Público Municipal convocou através do Edital publicado no dia 11 do mês de agosto no jornal “Tribuna de Vargem Grande do Sul” Assembléia Geral dos Servidores Públicos para o dia 30 de agosto, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

- I - Discutir, aprovar ou não o encaminhamento ao Ministério Público, as reposições de perdas salariais previstas nos Constituição Brasileiras e Leis Orgânicas do Município, artigo 58 inciso XXXVIII que atinge 30% aproximadamente, caso a Administração não se manifestar até o dia 30 do mês corrente, conforme processo protocolado na Administração Pública sob nº 000862, datado em 03 de abril de 2001.
- II - Discussão e aprovação de mudanças de contribuição de R\$ 3,00 (três reais), para R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), dos vencimentos de cada servidor filiado;

III - Debates sobre os processo nºs 001/2000 e, 1.120/2001, protocolados na Administração.

IV - Debates sobre assuntos gerais da Categoria.

Na ocasião da reunião o Presidente Manoel Garcia Martim agradeceu a presença de todos os presentes, e explicou o item I da pauta de reivindicação, Que em reunião com o Sr. Prefeito, e o Diretor de Finanças Amarildo Duzi de Moraes, os mesmos em nenhum momento negaram a possibilidade de criar projeto de Lei regulamentando o auxílio-alimentação no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), bem como a regulamentação das perdas salariais dos servidores, explicou também o Diretor Financeiro da Prefeitura, que em data de 24 de julho de 2.001, recebeu ofício do tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que de acordo com análise efetuado por este Tribunal relativo ao 2º bimestre/ 1º quadrimestre, a Prefeitura Municipal atingiu o percentual de 50,55% da receita corrente líquida com gastos com pessoal, estando dentro dos limites previstos no artigo 20, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000, porém o percentual apurado ultrapassa o limite previsto pelo artigo 59. § 1º, inciso II da Lei supracitada, alega também o Diretor que não tem dotação orçamentária, e que a esperança para regularizar partes das reivindicações solicitadas por este Sindicato é a arrecadação da Dívida Ativa do Município, dadas às explicações, o Presidente colocou em votação o prescrito no Item I do Edital, na qual todos votaram e aprovaram o encaminhamento ao Ministério Público, mesmo com a referida aprovação relativo ao item I o Sr. Presidente encaminhou cópia da Ata ao setor Financeiro da Prefeitura para que no prazo de 15 (quinze dias) apresente proposta referente ao processo nº 000862/2001. Item II ficou mantido o valor da contribuição de R\$ 3,00. Com relação ao item III, o Departamento de Compras e Licitação, já abriram processo licitatório para a contratação de Técnicos especializado para elaboração dos laudos técnicos para apurar a legalidade dos pagamentos de adicionais, insalubridade e periculosidade conforme solicitado no processo nº 001/2000, e o processo nº 1.120/2001 estamos analisado o aspecto jurídico para a referida doação. Item IV do edital ficou registrado abaixo assinado de 22 servidores de um total de quase 500 filiados, portanto uma minoria, solicitando a regularização de alguns membros da diretoria, sendo que na opinião do Presidente este fato só desrespeita a Diretoria do Sindicato resolver.

SOMOS QUASE 800 ASSOCIADOS AO SINDICATO,

*Construímos nossa entidade de luta na defesa de nossos
Direitos e interesses. Atualmente, o Sindicato vem atuando em
todos os aspectos do nosso cotidiano, garantindo nossa cidadania.*

SOMOS SÓCIOS PORQUÊ...

EDITORIAL

Servidores, eu nunca tive ambições ou pretensões políticas. Tenho na verdade trabalho, somente, com o intuito de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, há algum tempo, passamos a sofrer ataques injustos por elementos inescrupulosos que não merece a nossa confiança. Porém, não nos curvamos à inveja, a ingratidão e ao desrespeito cometido contra nossos trabalhos. Temos uma missão: é a de lutar pelos que dependem do nosso esforço, é de construirmos juntos um Brasil de todos, e não de uma pequena parcela, a burguesia parasitária. Sempre ao me levantar pela manhã me questiono: o que posso fazer para não ser mais um

mortal egoísta? A resposta sempre me vem à mente: não farei nada individualmente, farei sempre a mim e aos meus semelhantes !

É essa a minha filosofia de trabalho. Quando findar este mandato da nossa diretoria na entidade, neste momento, não vejo motivo para manter a pretensão de concorrer novamente à diretoria do Sindicato ou de outra entidade. Tenho companheiros preparados, com capacidade suficiente para dar continuidade à caminhada, Mas também, temos que tomar cuidado com os oportunistas que somente querem desestabilizar o trabalho que vem sendo feito, por Interesses pessoais. Pois é certo que já dei o primeiro passo. Essa caminhada do sindicato é muito longa, haverá ainda muitas injustiças a serem corrigidas. Se não nos unirmos e nos atentarmos que, para o poder, nós não podemos nos organizar e o Sindicato, para eles, constitui em risco, um empecilho; ficaremos sempre à mercê da sorte e condenaremos toda uma geração à miséria e à ignorância. Um certo dia contou na televisão, em um anúncio político, um compositor, que: “Um homem, em uma praça todos os dias falava ao povo, criticava as injustiças, os arbítrios e a desigualdade entre os homens. Passou-se anos, e o homem continuava a criticar com veemência as injustiças, até que um dia, um outro homem que por aquela região passava, perguntou a ele porque fazia isso se ninguém lhe dava atenção; até o chamava de louco? Sem titubear o homem respondeu: Se eu não conseguir mudá-los, e mostrar-lhes que na vida, devemos lutar contra os injustos – digo a ti que me questiona: não serei eu que mudarei... não me submeterei à subserviência e as arbitrariedades! Continuarei falando sozinho, mas não me mudarão!”. E esse exemplo ficou marcado. Talvez, também seja eu um louco, no entanto não mudarei minha forma de agir, continuarei lutando enquanto tiver forças. O homem pode ser a razão de tudo quando, respeitando a liberdade, o sentimento, o trabalho a opinião, enfim, desde que respeitem o próximo. “Faça aos outros aquilo que você acredita ser uma lei universal !”, o que segue o pensamento de Jesus Cristo: “Não faça aos outros aquilo que não deseja que façam a ti”. Presidente do Sindicato.

...Somos Sócios Porquê

O Sindicato vem lutando para que seja mantido junto com Administração nosso Plano de Saúde convenio com a Unimed.

Em setembro de 1.993, o Sindicato juntamente com a Administração Municipal elaborou projeto de Lei que autoriza a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, a **celebrar convênio com a Unimed de São João da Boa Vista**. Projeto este que foi aprovado pela Câmara de Vereadores e transformado em Lei 1.758 em 19 de abril de 1.993. Referido convênio tem como finalidade, a prestação de assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de seus dependentes, compreendendo assistência médica e hospitalar. O custeio com relação ao convênio atualmente é dado pela contribuição mensal e obrigatória dos órgãos da Administração Pública Direta e de suas Autarquias, empresas e fundações públicas, sendo 4% da contribuição dos servidores e um subsídio de 10% sobre a folha de pagamento da Administração Pública. Ao longo do tempo alguns dos Administradores não depositaram os valores descontados em folha de pagamento para o fundo atingindo então um divida de R\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais) aproximadamente. Portanto o Sindicato vem mantendo negociações junto com a administração, para que regularize esta situação e mantenha nosso convênio para que no futuro os servidores não venham sofrer sérios prejuízos na área da saúde. é o Sindicato lutando por nós

...Somos Sócios Porquê

Nos anos de 1.997,1998, até meados de 1.999 os servidores públicos não tinham credito no comercio Vargemgrande ou em qualquer outro lugar devido os atrasos constantes dos salários. O Sindicato veio à luta e colocou a nossa disposição convênios com ODONTOLOGIA,

SUPERMECADOS, VESTUÁRIOS, ÓTICAS EM GERAL, ELETRODOMÉSTICOS, E OUTROS GÊNEROS.

...Somos Sócios Porque

O Sindicato conta também com um DEPARTAMENTO JURÍDICO para defender a nossa categoria de ações arbitrárias da administração pública, pois é bom ressaltar que muitos servidores foram reintegrados ao serviço público graças a eficiência do Departamento Jurídico do Sindicato, além de garantir:

- a) - Mandado de Segurança do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais contra a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, para garantir afastamento de membro Sindical, Processo nº 185/99 – (1º instância) e processo 132.378-5/0 (2ª instância), Decisão: Julgado procedente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo
- b) - Medida Cautelar do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais contra a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, para garantir o pagamento do salário do servidor até o 5º dia útil do mês. Processo 398/00 (1ª instância) e processo. 362-5/3 (2ª Instância) Decisão: julgado procedente para garantir o pagamento até o 5º dia útil do mês sob pena de multa. Decisão do agravo de instrumento.
- c) - Ação Cominatória movida pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, contra a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, para a entrega de cesta básica aos servidores municipais, Processo 956/99 – Decisão: Julgado Procedente. Condenada a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul a entrega de cestas básicas, Prefeitura recorreu.
- d) - Pedido Administrativo do Sindicato dos Servidores feito em 17/06/99, para que fossem pagas as horas extras. Decisão: deferido o pagamento diretamente aos Guardas Municipais.
- e) - Pedido de Instauração de Comissão Especial de Inquérito feito pelo o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais perante a Câmara Municipal para que fosse apurado o real motivo do atraso no pagamento dos salários dos servidores Tal pedido foi feito em 17/09/99, e foi dado o início para a cassação da ex Prefeita Municipal.
- f) - Mandado de Segurança, ingressado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, em face da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul e o Presidente do Fupreben da época, para garantir a posse imediata dos novos membros do conselho do Fupreben. Processo 249/99, Decisão Julgado procedente-sem recurso.
- g) - Acompanhamento de sindicâncias administrativas;
- h) - Processos Trabalhistas;
- i) - Processos Cíveis, quando inerente à matéria trabalhista de servidores estatutários;
- j) - Processos criminais oriundos do serviço público.

Nosso Departamento Jurídico mantém plantão diário para atender as necessidades dos servidores, nas quais são atendidos no escritório sito nesta cidade a rua Imaculada Conceição nº 215. Hoje, são dezenas de processos em andamento, todos em defesa dos servidores municipais, quer sejam individuais ou coletivos – é o Sindicato lutando por nós.

UNIR PARA GARANTIR AVANÇOS E MAIS CONQUISTAS

Nosso Sindicato tem pouco mais de 10 anos de fundação e, ao longo de sua trajetória, sucessivas diretorias souberam conduzir a luta na defesa dos direitos e interesses da categoria. Atualmente, nosso Sindicato é uma entidade que vem garantindo a cidadania para sua categoria. Há tempos vem prestando diversos serviços de relevância, porquê é a nossa entidade que atua em defesa dos nossos direitos além de desenvolver atividades que beneficiam aos nossos servidores municipais, o Sindicato é o mais importante mecanismo de luta dos servidores, vejamos porquê. Todas as conquistas obtidas em benefício dos servidores nos últimos anos passaram pela negociação entre sindicato e administração pública, posteriormente, foram submetidos a Câmara de Vereadores para sua transformação em Lei como:

a) - plano de saúde subsidiado pelos servidores e Prefeitura Municipal, através da Lei 1.758/93, que estabelece convênio junto a Unimed de São João da Boa Vista;

b)- O sindicato lutou e conseguiu a reorganização dos cargos e salários dos servidores através da Lei nº 2.345/2000 aprovado pela Câmara de Vereadores, que elevou um abono incorporado no salário de três referencia equivalente a 9% a todos os servidores, além da regularização dos ocupantes de cargos interinos que era exercido inconstitucionalmente por 50 servidores aproximadamente;

c)- A lei 2.345/2000, também estabeleceu para os servidores de carreira, nomeados para ocupar cargos em comissão, ou função de confiança o direito de incorporar à sua remuneração, em parcela destacada a respectiva diferença, a razão de 1/5 (um quinto) de seu valor por ano de efetivo exercício, limitando-se a 5/5 (cinco quinto) sendo esta, proporcional à fração igual ou superior a 15 (quinze dias como mês integral, quando o exercício se der por períodos inferiores a 01 (um) ano.

c)- Também ficou garantido aos servidores integrantes do Plano de Carreiras a partir do respectivo ingresso, o pagamento adicional por tempo de serviço, calculando:

I - 5% (cinco por cento) ao completar cinco anos continuados de serviços prestados a municipalidade;

II - 1% (um por cento) ao ano, após completar o primeiro quinquênio;

e) - Entre outras vantagens o nosso Plano de Carreira prevê:

I- Adicional por tempo de serviço;

II - Salário Família;

III - Horas Extraordinárias, respeitando o limite legal;

IV - Horas extraordinárias incorporadas por força de decisão judicial;

V - Adicional denominado cheque férias

VI - Gratificação Natalina;

VII - Gratificação decorrentes de convênios com órgãos públicos Estaduais e Federais;

VIII - Diferença resultante de enquadramento no Plano de Carreira;

IX - Adicional referente à sexta parte;

X - Adicional referente à quarta parte;

XI - Adicional de insalubridade, periculosidade;

XII - Hora Atividade;

XIII - Prêmio Assiduidade;

XIV - Por outras parcelas definida em lei.

Agora vamos falar um pouco do Social

Existem funcionários Municipais que se encontram em grandes dificuldades. Na verdade, dificuldades insuperáveis, inclusive de ordem pessoal. Portanto o Sindicato esta tentando se organizar e manter um serviço social de triagem e encaminhamento para os órgãos competente e ajudando a resolver seus problemas, ou parte deles, quando possível. O Sindicato nunca mediu esforços para ajudar a quem mais precisa, pois atualmente quase 500 filiados a esta entidade carrega heroicamente nossa bandeira na luta pelos nossos direito, e já com algumas conquistas, ao passo que os outros servidores não filiados conseguiram os mesmos objetivos as custas dos próprios companheiros que contribui fielmente para nossa entidade. Somos sócios porque, além disso, nosso **Sindicato** esta lutando para conseguir através do processo nº 1.120/2000, a doação de um terreno para a Construção de uma Sede Social própria para o nosso Sindicato, processo este que estamos levantando do aspecto legal do local, que, posteriormente será encaminhado a Câmara de Vereadores para apreciação e aprovação; Somos sócios porque queremos ajudar a nossa entidade a desenvolver trabalhos para dar melhor condição de vida aos nossos servidores, bem como incentivar os demais a se sindicalizarem, não pelas vantagens encontradas, mas pela conscientização de cada um. Existe companheiro que vive criticando nosso trabalho, porque é mais facil criticar, o difícil é estender a mão ao amigo quando ele mais necessita, portando não dão ouvidos por alguns incompetentes que nunca pensou em ajudar a nossa categoria, e sim, a si próprio, e, quando você tiver alguma duvida procure o Sindicato que tentaremos esclarecer, da melhor maneira possível. É o Sindicato lutando por nós.

SALÁRIOS...

Desde de março 1.997, nos servidores públicos municipais vem reivindicando o repasse de perdas salariais, aproximadamente em 30% previstos na Constituição Brasileira, e Lei Orgânica do Município, artigo 58 inciso XXXVIII, e com o passar do tempo todas as coisa foram aumentando, ao passo que o salário do servidor não. Desta forma demonstramos nos quadros abaixo a referência, quantidade de servidores ativos, inativos, e pensionistas e percentuais, observando ainda que no demonstrativo estamos fixando os salários base de cada servidor, não levando em consideração o quinquênio e anuênio previstos no artigo 40 da Lei nº 2.345/2000, que aduz: *“Fica Instituído para os servidores municipais, integrantes do Plano de Carreiras e a partir do respectivo ingresso, o pagamento do adicional por tempo de serviços, calculando sobre seus vencimentos, e sobre a eventual parcela destacada prevista no inciso VIII do artigo 33 desta Lei, obedecendo os seguintes critérios:*

I - 5% (cinco por cento) ao completar cinco anos continuados de serviços prestados à municipalidade;

II - 1% (um por cento) ao ano, após completar o primeiro quinquênio.

Mas, na realidade este é o valor liquido que o servidor recebe. Se incluirmos a as vantagens acima descritas seria um outro valor, porem consideramos os valores demonstrados como valores reais, pois há desconto de 4% saúde e 8% previdência.

Principais ofícios do Sindicato encaminhados para a Prefeita Municipal Presidente da Câmara Municipal, e outras autoridades ano de 2.001.

Ofício nº 0018/2.001 – encaminhado para o Presidente da Câmara Municipal – Vargem Grande do Sul 09 de abril de 2.001.

Referido ofício Solicita ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 176 e 278 do Regimento Interno da Casa Legislativa, explicações relativos ao arquivamento do projeto de Lei

56/2.000, que regulamenta o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, uma vez que Lei Federal nº 9.717/98, Emenda Constitucional nº 20/98, e Portaria nº 4.992/99, determina que os regimes próprios de Previdência sejam adequados a nova Lei.

Ofício nº 0030/2.001 – encaminhado para o Presidente da Câmara Municipal – Vargem Grande do Sul 17 de maio de 2.001. Processo 1220/2001

Referido ofício Solicita ao Prefeito Municipal, doação de um terreno para construção da Sede Social do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Resposta no momento não era inviável o local preteado.

Ofício nº 0031/2.001 – encaminhado para o Presidente da Câmara Municipal – Vargem Grande do Sul 18 de maio de 2.001. Processo 1220/2001

Referido ofício Solicita ao Presidente da Câmara Municipal, apoio para que seja elaborado projeto de Lei para doação de um terreno para construção da Sede Social do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Ofício nº 0037/2.001 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 05 de julho de 2.001. Processo 1220/2001

Referido ofício Solicita ao Presidente da Câmara Municipal, apoio para que seja elaborado projeto de Lei para doação de um terreno para construção da Sede Social do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Ofício nº 0038/2.001 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 05 de julho de 2.001.

Referido ofício Informa o Prefeito Municipal as pautas de reivindicações ocorridas na assembléia geral realizada no dia 28 de junho de 2001.

Ofício nº 0045/2.001 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 10 de agosto de 2.001.

Referido ofício solicita do Prefeito Municipal relatórios de receita corrente líquida, e despesas com pessoal para que seja apurados os índices percentuais de cada mês previstos na Lei de responsabilidade fiscal. pautas de reivindicações ocorridas na assembléia geral realizada no dia 28 de junho de 2001.

Ofício nº 0059/2.001 – encaminhado para o Presidente da Câmara Municipal – Vargem Grande do Sul 10 de outubro de 2.001.

Referido ofício solicita do Presidente e demais Vereadores apoio no sentido de criar auxílio-alimentação para os servidores públicos Municipais.

Destaques da gestão de Manoel Garcia Martim, de acordo com publicação nos jornais de Vargem Grande do Sul, ano 2.002:

Tribuna de Vargem Grande do Sul 09 de Fevereiro de 2002

Prefeitura negocia pagamento da dívida com o Fubrepren

A dívida da Prefeitura com o Fundo de Previdência e Benefício dos Servidores Públicos Municipais – Fupreben – alcança, junto com os débitos do convênio-saúde, um total de R\$ 6,3 milhões, valores atualizados e corrigidos até novembro de 2001. São valores das contribuições de funcionários e da própria Prefeitura não depositados no Fundo entre março de 1996 a

dezembro de 2000, segundo informações do presidente do Fupreben, Edson Bovo. O Fupreben foi criado em novembro de 1992 como regime próprio de previdência dos servidores que antes contribuíam junto ao INSS, e que passaram para o novo regime. A dívida com o Fupreben já foi objeto de dois parcelamentos, um em janeiro de 1997 e outro em setembro de 1999, porém apenas as primeiras parcelas destes dois planos foram pagas. Em novembro de 2000, um novo parcelamento, proposto em projeto de lei, foi enviado à Câmara, dividindo o pagamento da dívida em 20 anos. O projeto foi rejeitado pelo Legislativo em junho de 2001 e devolvido à Prefeitura para ser reformulado, considerando que além do parcelamento, a proposta também previa a transformação do Fupreben em uma autarquia.

Dívida pode ser parcelada em 30 anos

A dívida deve ser novamente negociada agora, segundo informou o presidente do Fupreben, Edson Bovo, que se reuniu com o prefeito Celso Ribeiro e o diretor de Finanças da Prefeitura, Amarildo Duzi Moraes, no final de janeiro para tratar do parcelamento, proposto em prazo de 30 anos pelo Fupreben. Na reunião, o presidente do Fundo entregou um relatório com os valores atualizados da dívida e aguarda uma contraproposta da Prefeitura, que deverá definir sua capacidade de desembolso mensal para pagamento da dívida. Recebida a contraproposta do Executivo, o Conselho do Fupreben deverá analisá-la e, se aprovada, a matéria será objeto de um projeto de lei a ser enviado à Câmara. Edson Bovo informou que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei 9717 obrigam o Fundo a fazer anualmente um estudo atuarial para apurar déficits técnicos. Caso haja este déficit, a Prefeitura também deverá pagá-lo, além da dívida acumulada entre 1996 e 2000. E também neste caso, poderá pagar em parcelas. Junto à atualização da dívida, entregue ao prefeito, o Fupreben também entregou um estudo que atualiza a lei 1.663/92, que criou o Fundo, adequando esta legislação à emenda Constitucional nº 20, de 1998 e à Lei 9717 de 1999. Sobre a definição de um prazo para regularizar a situação do Fupreben, Edson Bovo informou que é preciso agilizar o processo de parcelamento, uma providência que teria destacado junto ao prefeito Celso Ribeiro. “Isto porque o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP – foi prorrogado até março deste ano. E a partir deste prazo, teremos que estar com todas as questões do Fundo regularizadas para obter um novo certificado”, informou o presidente do Fupreben. Na retenção de uma nova CRP o município fica impedido de celebrar convênios com órgãos governamentais, entre outras limitações. Segundo informações de Bovo, que também é diretor de Administração da Prefeitura, de janeiro de 2001 até agora, a Prefeitura recolheu pontualmente suas contribuições e a de seus funcionários ao Fupreben.

O histórico da dívida

Março a dezembro de 1996.....	R\$ 1.176.406,35
Janeiro de 97 a setembro de 1999.....	R\$ 4.304.597,45
Outubro a dezembro de 99/janeiro a dezembro de 2000.....	R\$ 819.580,74
Total.....	R\$ 6.300.584,54*

**Valores atualizados até novembro de 2001.*

Do total, R\$ 2,4 milhões são devidos ao Convênio Saúde.

Tribuna de Vargem Grande do Sul 16 de Fevereiro de 2002

Editorial:

As reivindicações do funcionalismo municipal precisam entrar oficialmente na pauta da Prefeitura, como reclama o sindicato da categoria. O último reajuste salarial dos servidores da Prefeitura vai completar cinco anos agora em março. E de março de 97 para cá, também a cesta básica de alimento dos servidores foi distribuída alguns meses e depois suspensa por volta de

1998, complicando a situação da maioria dos funcionários municipais. Hoje, 73% dos servidores de carreira recebem entre R\$ 248,17 e R\$ 435,18, entre um e pouco mais que dois novos salários mínimos. Em 2000, a categoria contou com novo plano de carreira, que reequilibrou funcionários e teve aí uma significativa conquista. Porém, a questão da reposição salarial continua pendente. E nela há certamente um paradoxo: enquanto a Constituição garante reposição de perdas salariais (aquelas engolidas pela inflação do ano) a Lei da Responsabilidade Fiscal impõe limites às despesas com folha de pagamento: o município pode gastar até 54% de sua receita corrente líquida com pessoal. Porém, há que se considerar que o município deve aumentar suas receitas este ano, assim não fosse não teríamos um reajuste de até 25% no IPTU de 2001 para 2002. Hoje a Prefeitura informa que prioriza sua dívida com o Fupreben, mas seu parcelamento pode ser negociado até 30 anos e há estudos para estabelecer a disponibilidade de desembolso mensal no pagamento desta dívida. É inegável que administrar recursos públicos é tarefa complexa, sempre a demandar prioridades. Mas também é inegável que a força de trabalho que transparece a qualidade dos serviços públicos deve ser priorizada também. Sem reposição salarial desde 1997, e sem o aceno do auxílio-alimentação, o funcionalismo continua esperando o cumprimento de um direito que lhe é assegurado constitucionalmente.

Tribuna de Vargem Grande do Sul 16 de Fevereiro de 2002

Sindicato dos funcionários municipais quer respostas às suas reivindicações. Ofícios reivindicando reposição salarial e outros benefícios não foram respondidos pela Prefeitura.

No final de janeiro, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais encaminhou um novo ofício ao prefeito Celso Ribeiro, informando que todos os ofícios anteriores, contendo as reivindicações do funcionalismo, não foram respondidos pelo Executivo. A falta de respostas a assuntos considerados relevantes da categoria dos servidores municipais contraria dispositivos constitucionais, informa o Sindicato, assim como aponta para os delitos de responsabilidade previstos no Decreto Lei 201/67. Por este último dispositivo da legislação, informações que forem solicitadas a órgãos públicos devem ser respondidos em prazo estabelecido em lei. Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, “não queremos ser radicais, mas também não podemos continuar com esta omissão. Há meses estamos reivindicando vários itens e não há sequer uma resposta formal”. Segundo Manoel, o Sindicato vem oficiando ao prefeito desde abril de 2001, com as propostas do funcionalismo discutidas e aprovadas em assembléia, como a reposição salarial a partir de março de 97, criação de um auxílio-alimentação mensal; a pericia de cargos da Prefeitura para regularizar os pagamentos de adicionais a funções insalubres e perigosas e outros temas. “No ano passado, nos foi demonstrado que não haveria reposição salarial devido ao limite de 4% de despesas com pessoal, com o que o Sindicato concordou. Porém, este ano temos um novo orçamento e o funcionalismo está cobrando a continuidade das reivindicações. A lei é clara sobre a reposição salarial, e nós não estamos pedindo aumento, mas a atualização de salário, conforme prevê a Constituição e a Lei Orgânica do Município”. O artigo 58 da Lei Orgânica (inciso XXXVIII) estabelece que cabe ao prefeito definir uma política salarial com dissídio coletivo de no mínimo uma vez por ano. E ainda a reposição de perdas salariais nos termos da legislação federal. Segundo o Sindicato, o último reajuste do funcionalismo foi de 20% em março de 1997, havendo ainda a atribuição de referências salariais na gestão Locatelli para reequilibramento de funções e cargos, após a aprovação do plano de carreira dos funcionários em 2000.

Sindicato encaminhou duas propostas de reposição salarial

No início de janeiro, o Sindicato encaminhou duas propostas ao prefeito: a reposição de 30% de perdas salariais de 97 até agora ou o repasse de 20% aos salários mais auxílio-alimentação de

R\$ 35,00 mensais. Não obtendo resposta formal também a estas últimas propostas, o Sindicato citou o decreto lei 201/67 no último ofício e pediu o agendamento de uma reunião da Prefeitura com o Sindicato. Em paralelo, o presidente do Sindicato também mandou ofício à Câmara, com o teor das propostas já enviadas ao prefeito, pedindo o apoio dos vereadores no encaminhamento da questão do funcionalismo. “É o segundo apelo que fazemos aos vereadores nesta gestão”, informou o dirigente do Sindicato”. “Os vereadores estão empenhados em resolver a questão do funcionalismo”, disse o presidente da Câmara, Francisco Maldonado João à Tribuna. “Estamos conversando com o prefeito sobre este tema. Embora já tenhamos um novo orçamento ainda não sabemos o quanto o município vai arrecadar este ano. Existe o limite de despesas com pessoal (54% da receita corrente líquida), e a Câmara estuda uma solução junto com a Prefeitura. Acho justas as reivindicações dos funcionários. O presidente do Sindicato tem se empenhado bastante e creio que a equipe do prefeito deve ter criatividade para resolver esta questão”, disse o vereador. Kiko também destacou ser preciso esclarecer que aquisições recentes da Prefeitura, como máquinas e equipamentos, tiveram verbas pré-destinadas, que não se aplicam à folha de pagamento, que é custeada com a receita líquida do município. “É preciso deixar claro isso: muitos podem não compreender que há recursos pré-destinados para alguns fins que não podem ser aplicados a outros”, informou.

Prefeitura deve dar prioridade ao pagamento da dívida com o Fupreben

A Tribuna contactou o diretor de Finanças da Prefeitura, Amarildo Duzi Moraes, sobre a questão salarial do funcionalismo: “Já conversei com o presidente do Sindicato há cerca de 10 dias, informando que a nossa prioridade agora é a negociação da dívida da Prefeitura com o Fupreben. Até porque o valor mensal que a Prefeitura vai desembolsar no pagamento da dívida vai comprometer o orçamento do município. Em paralelo, estamos analisando o pedido do Sindicato, considerando o limite de despesas com folha de pagamento imposto pela Lei da Responsabilidade Fiscal. Já recebemos, inclusive, alertas do Tribunal de Contas por atingirmos o índice de 90% do limite de gastos com pessoal, considerando um limite prudencial. A Administração reconhece a necessidade do aumento salarial, porém é preciso fazer um levantamento complexo para verificar a disponibilidade para estas reivindicações. A Prefeitura está considerando estas reivindicações e deve responder em breve ao Sindicato”, disse Amarildo, destacando que houve grande empenho em pagar salários em dia e em conceder o abono de R\$ 60,00 aos servidores no final do ano passado.

Adicionais por Insalubridade

Além da reposição salarial e auxílio-alimentação, o Sindicato reivindica a contratação de técnicos para elaborar laudos periciais que atestem condições de insalubridade e periculosidade em setores funcionais da Prefeitura. A providência visa regularizar o pagamento de adicionais em funções insalubres e perigosas. “Em 1996, alguns cargos e funções foram periciados e receberam este laudo, havendo o pagamento de adicional corretamente. Outros cargos, porém, recebem adicionais sem a devida edição de laudos comprobatórios de insalubridade/periculosidade. E há ainda aqueles que trabalham em condições insalubres e não recebem adicional para isso. É necessário, portanto, rever as condições destas funções”, disse o presidente do Sindicato. Segundo ele, o trabalho com o lixo, esgoto e transporte de resíduos hospitalares são algumas das funções consideradas insalubres na Prefeitura. Sobre esta questão, a Tribuna falou com o diretor de Administração da Prefeitura, Edson Bovo: “Já solicitamos a contratação de serviços de perícia para todos os cargos da Prefeitura. Foi solicitado ao departamento de Compras uma pesquisa de valores para este serviço. O pedido está com o diretor de Finanças”, disse Bovo. Na última pauta de reivindicações enviada ao prefeito Celso Ribeiro, o Sindicato solicita também estudos conjuntos da Prefeitura, Sindicato e Caixa Econômica Federal para financiar construção de casas próprias para servidores, em padrão

econômico, e a doação de um terreno para a construção de sede própria para o Sindicato.

Salários atuais dos funcionários municipais (exceto cargos de confiança)			
Referência	Salário	Nº de Servidores	Percentual
01 A 10	R\$ 248,17 a 323,78	304	35,23%
11 A 20	R\$ 333,51 a 435,18	330	38,23%
21 A 30	R\$ 448,22 a 584,89	91	10,55%
31 A 40	R\$ 602,40 a 786,00	51	5,91%
41 A 50	R\$ 809,55 a 1.056,32	62	7,10%
51 A 55	R\$ 1.087,00 a 1.224,57	25	2,98%
Total		863*	100%
*Dos 863 funcionários municipais, cerca de 600 estão ativos. Os demais são inativos e pensionistas.			

Gazeta de Vargem Grande do Sul 30 de Março de 2002

Funcionários Públicos recebem abono de Páscoa

O prefeito Celso Ribeiro concedeu aos funcionários públicos municipais um abono de Páscoa de R\$ 25,00. O abono foi pago juntamente com o salário de março, que no dia 28, quinta-feira, já estava liberado no bando, à disposição dos funcionários. O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, está em contato constante com o prefeito Celso Ribeiro, reivindicando o aumento salarial, entretanto, devido à situação da Prefeitura e a determinação da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal – que não permite que a Folha de Pagamento ultrapasse 54% do Orçamento, não é possível o aumento. Apesar de não poder conceder o aumento que vem sendo pleiteado pelo Sindicato, o prefeito Celso Ribeiro estuda de todas as formas maneiras para ajudar os servidores públicos municipais, que para ele têm imprescindível função na administração. Além do abono de Páscoa, o prefeito concedeu também no final do ano um abono de Natal de R\$ 60,00, de acordo com que as finanças da Prefeitura permitiram. Também o pagamento em dia dos salários dos servidores públicos municipais é prioridade para o prefeito. Os salários estão sendo pagos em dia, muitas vezes até adiantados, antes do 5º dia útil do mês, como aconteceu nesta semana, quando o salário estava à disposição no banco no dia 28 de março.

Presidente do Sindicato agradece ao prefeito

Em entrevista que deu para a Gazeta de Vargem Grande, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Manoel Garcia Martins, disse que esteve com o prefeito Celso Ribeiro estudando formas de aumento salarial e, através de um pedido verbal ao prefeito Celso Luis Ribeiro, solicitou que fosse concedido aos servidores municipais o abono de Páscoa. O prefeito analisou o pedido do presidente do Sindicato, Manoel, junto à Diretoria Financeira da Prefeitura Municipal e constatou que o mesmo poderia ser concedido. A solicitação também foi levada através do prefeito à Câmara Municipal, que também aprovou a concessão do abono. O benefício no valor de R\$ 25,00 já foi recebido pelos funcionários. O presidente do sindicato, Manoel Garcia Martins, agradece ao prefeito municipal, Celso Ribeiro, e aos vereadores que concederam o Abono de Páscoa aos funcionários municipais.

Gazeta de Vargem Grande do Sul 27 de Abril de 2002

Sindicato dos Servidores Municipais luta para repor perdas salariais



Manoel Garcia Martin

Outra matéria referente ao Dia do Trabalho levou a reportagem da Gazeta a entrevistar o presidente de um dos maiores sindicatos de Vargem, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Manoel Garcia Martins, 45 anos, desde 99 à frente da entidade, falou que a maior luta do funcionalismo hoje é para repor as perdas salariais e criar a data base. Disse que a exemplo do salário mínimo que sobe em abril, é preciso fixar uma data base, o mês de janeiro poderia ser, para se discutir o repasse automático da inflação do ano e possíveis aumentos salariais, dentro do Orçamento da Prefeitura. O último aumento salarial, segundo

Manoel, foi em março de 97. Houve reforma do Plano de Carreira em abril de 2.000, com bonificação de 3 referências a mais para cada servidor, que correspondeu a um aumento de 9% e só. Segundo o presidente, o acúmulo da defasagem salarial entre os servidores municipais, só contando a inflação do período, é de 30%. Disse que o funcionário em que 97 gastava 20% do seu salário em alimentação, hoje gasta 50%. Falou que a diretoria e os funcionários estão pressionando para repor esta perda ou se não houver acordo com o prefeito, tomar as medidas legais. No último dia 15, uma reunião da diretoria deixou claro que a decisão era pra encaminhar a Justiça a reivindicação da perda salarial. Também fala o presidente que, havendo conversações com o prefeito, pode-se chegar a um acordo visando repor as perdas através de um auxílio alimentação. “Queremos discutir o Orçamento atual, para ver se existe possibilidade de dar este aumento que queremos. Que o prefeito deixe claro a todos os funcionários se pode ou não haver o aumento”, pediu. O presidente Manoel falou ainda da reforma administrativa que deve ser feita, gerando mais economia para o município e abordou a questão do Fupreben, cuja dívida da Prefeitura para com o órgão previdenciário dos funcionários chega hoje em R\$ 6 milhões. “A atual administração paga os repasses em dia, tanto da Previdência como também da Saúde, mas a dívida antiga ainda não foi negociada, com sérios reflexos na vida futura dos servidores públicos municipais, É uma verdadeira bomba relógio”, afirmou.

Tribuna de Vargem Grande do Sul 03 de Agosto de 2002

Sindicato dos Servidores Municipais aguarda decisão da Justiça sobre reposição salarial

Na manhã do dia 31, a *Tribuna* entrevistou o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SSPM Manoel Garcia Martin. O dirigente falou sobre a atuação do sindicato, as reivindicações da categoria e as ações em andamento de interesse dos servidores públicos. No momento o sindicato acompanha a ação com que ingressou na Justiça para reposição anual de perdas salariais. “Hoje a principal reivindicação do funcionalismo é a reposição de perdas salariais a partir de março de 97 até março de 2002, período em que as perdas salariais somaram cerca de 30%,” informou o dirigente. O último aumento concedido à categoria, de 20%, foi efetuado em março de 1997. “Posteriormente, em 2002, o prefeito da época (José Locatelli) reformou os cargos e salários da Prefeitura, com a concessão de três referências salariais para todo o funcionalismo o que somou um reajuste de 9% em determinados casos. Em outros casos houve a regulamentação dos chamados cargos interinos”, disse Manoel. A partir de janeiro de 2001, o Sindicato buscou abrir negociação com a Prefeitura com uma pauta de reivindicações dos servidores, como a reposição de perdas salariais, o retorno do auxílio-alimentação, a perícia para cargos de insalubridade e periculosidade para

regulamentar o pagamento de adicionais e outros temas. “Buscamos negociar logo no início da atual gestão através do processo 826/2001, realizando assembléias e ofícios à Prefeitura”, disse o dirigente que também buscou o apoio da Câmara na questão do auxílio-alimentação. Após um ano e meio, com propostas encaminhadas periodicamente ao Executivo, nenhuma negociação foi aberta, segundo Manoel. Também a Câmara não teria respondido às solicitações do Sindicato. O presidente do Sindicato destaca que a Prefeitura se manifestou verbalmente sobre as restrições impostas pela Lei da Responsabilidade Fiscal, que limita as despesas com folha de pagamento, mas que oficialmente não demonstrou as condições que impedissem a reposição de perdas salariais do funcionalismo. “Dentro de um debate entre Sindicato e Administração para a reposição salarial nós nos propusemos à uma negociação justa. Ou então que se provasse para o funcionalismo, Prefeitura junto com o Sindicato e administração financeira, que realmente o Poder Público neste momento não tem condições alguma de atender a reposição”. Manoel destacou que o Sindicato reconhece a difícil situação financeira que atinge o país como um todo, mas que neste contexto também é forçoso reconhecer que as revisões salariais devem ser feitas. “Não havendo resposta, ou possibilidade de negociar, o Sindicato recebe cobrança constante dos servidores. Mas não estamos omissos, tudo que enviamos ao Executivo e Legislativo está documentado”, acrescentando que também a regulamentação do Fupreben e o parcelamento da dívida da Prefeitura com este órgão foi rejeitado pelos vereadores em 2001. Das reivindicações propostas a partir de janeiro de 2001, a Prefeitura providenciou a perícia dos cargos de insalubridade. “Quase todas as funções indicadas já foram periciadas para se regulamentar o pagamento dos adicionais referentes à estes cargos. Esta é uma importante com quista do sindicato. Levou tempo, mas estas providências já estão sendo finalizadas”, destacou.

Sindicato ingressou na Justiça

Sem negociação à questão da reposição salarial, proposta desde 2001, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais ingressou no Tribunal de Justiça do Estado, em abril deste ano, com uma ação direta de inconstitucionalidade (adin) que declare omissão do Executivo em cumprir dispositivos da Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município, na fixação de uma data-base anual para reposição de perdas salariais de março de 97 a março de 2002. “Ficamos um ano e meio tentando uma negociação no campo administrativo, buscando recursos entre o prefeito e a Câmara, sem solução. Então, o Sindicato foi obrigado a buscar esta decisão (na Justiça)”, disse Manoel, acrescentando que este tipo de ação é prerrogativa de sindicatos e partidos políticos. Manoel Garcia Martin informou que a Prefeitura já foi comunicada para se manifestar na adin pelo Tribunal de Justiça sobre o pleito do funcionalismo.

Proposta de isenção da dívida da Prefeitura com o convênio Saúde

Enquanto a ação tramita na Justiça, há cerca de 15 dias o Sindicato enviou uma nova proposta à Prefeitura. Desta vez, é pedida uma reunião entre a Prefeitura, Câmara, Sindicato, Fupreben e outros órgãos pertencentes para se discutir um projeto que isente a Prefeitura de pagar uma dívida de cerca de R\$ 3 milhões, e que foi acumulada de gestões anteriores, junto ao Convênio Saúde dos funcionários. No entender do presidente do Sindicato, se obter a isenção da Prefeitura em pagar esta dívida, parte deste valor pode ser repassado ao funcionalismo, a título de reajuste salarial. Segundo Manoel, o Sindicato poderia entrar com uma ação direta de cobrança da dívida da Saúde, como tem sido cobrado por parte dos servidores. Mas entende o dirigente que a situação salarial dos servidores será ainda mais afetada se obrigar a Prefeitura a pagar esta dívida. Ele considera que o orçamento do município é baixo, e a arrecadação é pequena. O presidente do Sindicato entende que um a melhor política tributária possa trazer mais benefícios aos servidores que uma cobrança agora do débito da Prefeitura com o convênio Saúde dos servidores. Manoel avalia também que o caixa da Saúde é dinheiro do próprio servidor, e que está equilibrado atualmente. “A prioridade é o caso dos salários. Se houver esta

possibilidade de isentar a Prefeitura da dívida de Saúde, nós vamos fazendo o caixa novamente. Temos um montante razoável e contamos com o saldo que virá no futuro”. Hoje a dívida previdenciária da Prefeitura junto ao Fupreben, mais o convênio Saúde, passa de R\$ 6,5 milhões, avaliou o dirigente sindical. Mas são temas a serem regulamentados separadamente, com leis diferentes. “Com a promulgação da emenda constitucional nº 20, os governantes têm que regulamentar tanto o funcionamento dos regimes próprios de previdência como a parte dos convênios Saúde, mas com legislações específicas. Uma tentativa neste sentido foi a criação de uma autarquia, o IPREM, Instituto de Previdência Municipal, - que foi rejeitado pela Câmara. A Previdência é um tema para ser discutido mais para o futuro. Hoje, a prioridade é a revisão dos salários”, disse o dirigente do Sindicato.

Reforma administrativa

O presidente do SSPM destacou a necessidade de se implantar a reforma administrativa, de acordo com as emendas constitucionais de 19 e 20. “Já temos um processo aberto para a reforma da estrutura administrativa, sobre o regime jurídico único, plano de desligamento, voluntário, redução de jornadas, reformulação de estatuto conforme as emendas constitucionais. Há uma série de providências que podem ser implantadas para melhorar a situação do funcionalismo”. A reforma seria também um instrumento mais eficaz na remodelação dos serviços públicos, no sentido de se avaliar as necessidades de cada departamento, necessidade ou não de novas contratações, e eventual redistribuição de servidores nos vários setores da Prefeitura. O dirigente do Sindicato concluiu a entrevista informando que já está sendo estudada uma revisão no plano de carreira e salários dos professores municipais – “é um plano obrigatório, que acredito vem já sendo estudado também pela Administração”, e destacou novamente a urgência de revisão salarial de todo o funcionalismo, iniciativa que acredita deverá ter melhores resultados pela via judicial, do que pela negociação direta com a Prefeitura até agora não concretizada.

Perfil salarial do funcionalismo

Segundo dados do Sindicato de novembro de 2001, a Prefeitura tem 862 funcionários, dos quais 700 estão na ativa e 162 entre aposentados e pensionistas.

O maior contingente de servidores – 634 – recebe o salário-base* das primeiras referências salariais: de R\$ 248,17 a R\$ 435,18.

Em novembro de 2001 eram 35 os servidores com salários-base acima de R\$ 1.000,00. O teto salarial do funcionalismo situa-se em R\$ 1.224,57. Segundo o Sindicato, a folha mensal de pagamento da Prefeitura soma cerca de R\$ 600 mil.

*Salário-base: sem adicionais por tempo de serviço, salário família e outros.

Tribuna de Vargem Grande do Sul, 31 de agosto 2002

Funcionários Municipais não terão reajuste agora. Prefeito responde à Câmara sobre a impossibilidade de dar reajuste aos servidores do município

No dia 5 de agosto todos os vereadores subscreveram uma indicação especial dirigida ao prefeito Celso Ribeiro para que estudasse a possibilidade de conceder 30% de reajuste salarial ao funcionalismo público municipal. Em sua resposta à Câmara, recebida em 23 de agosto, o prefeito informa que o município passa por sérias dificuldades financeiras, “o que nos frustra por não podermos atender nossa população em tudo aquilo que ela necessita. O mesmo ocorre em relação ao funcionalismo público municipal, que tem sido parceiro nesta luta e apesar de nossos esforços não conseguimos até o momento viabilizar o necessário aumento salarial”. O

prefeito destaca, ainda, que outro fator que impede a Prefeitura de atender a solicitação da Câmara é a concessão do prêmio-assiduidade, prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e que deverá ser pago a quase 300 funcionários a partir de novembro, o que custará à Prefeitura cerca de R\$ 176 mil. O prefeito concluiu sua resposta informando que solicitou um estudo aprofundado de setores competentes da Prefeitura para que possa atender a questão do reajuste salarial do funcionalismo quando a Prefeitura tiver condições para reajustar salários. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais reivindica desde o ano passado a reposição de perdas salariais, de cerca de 30% a partir de março de 1997, data do último reajuste concedido ao funcionalismo. Após vários ofícios à Prefeitura sobre a questão salarial, sem que houvesse a negociação pretendida, o Sindicato ingressou na Justiça, em abril deste ano, com uma ação requerendo o índice correspondente às perdas salariais nos últimos cinco anos.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 28 De Setembro de, 2002

Prefeitura dá abono a Funcionários

Os servidores públicos municipais e pensionistas vão receber um abono de R\$ 50,00 no salário de setembro. O pedido foi feito pelo prefeito Celso Ribeiro e aprovado pelos vereadores dando o aumento salarial na sessão da Câmara realizada no dia 23. No projeto de lei enviado à Câmara, o prefeito ressaltou que a bonificação seria um presente pelos 128 anos do município e que está estudando um aumento salarial dos funcionários. Os vereadores aprovaram o abono, mas lembraram que essa não é uma solução para as perdas salariais, uma vez que a classe não recebe reajuste desde 1997. O presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin, disse que o abono foi uma conquista para o Sindicato.

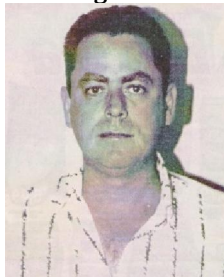
Tribuna de Vargem Grande do Sul, 28 De Setembro de, 2002

Funcionários Municipais terão abono de R\$ 50,00 este mês

Na sessão extraordinária do dia 23 de setembro, os vereadores aprovaram por unanimidade projeto de lei do prefeito Celso Ribeiro que concede abono de R\$ 50,00 a ser pago a todo o funcionalismo ainda na folha de pagamento de setembro. Em agosto todos os vereadores requereram ao prefeito que estudasse a possibilidade de conceder reposição salarial de 30% ao funcionalismo, para cobrir perdas salariais a partir de 1997 até 2002. O prefeito respondeu que era inviável a reposição devido às sérias dificuldades financeiras do município e também pelo desembolso da Prefeitura de R\$ 176 mil a ser pago em prêmios-assiduidade em novembro próximo. Na justificativa do projeto que concede o abono, a ser pago em uma única parcela e não incorporável a salários, o Executivo informa que continua estudando formas de viabilizar o aumento de funcionalismo. E que o abono concedido como um presente no mês de aniversário da cidade vem reconhecer a dedicação dos funcionários municipais. A comissão de Finanças e Orçamento da Câmara deu parecer favorável à concessão de abono, tendo em vista a defasagem salarial do funcionalismo. Já a Comissão de Justiça e Redação também foi favorável ao abono, embora não o considere solução para as perdas salariais dos funcionários do município, cujos salários estão congelados desde 1997. Já o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin, informou que a concessão do abono é uma conquista do Sindicato. “Esta é uma conquista de 687 funcionários sindicalizados que beneficia toda a categoria, que reúne ao todo 906 pessoas, entre ativos, inativos e pensionistas. Todos precisam se sindicalizar, pois a luta dos filiados beneficia todos igualmente, concluiu o presidente do Sindicato. Os funcionários municipais receberam abonos anteriores, o primeiro por ocasião do Natal de 2001 e outro na Páscoa deste ano.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 26 de Outubro de, 2002.

Nesta segunda-feira, comemora-se o Dia do Funcionário Público



Presidente do Sindicato fala sobre o funcionalismo

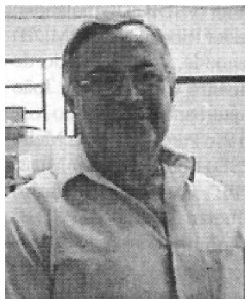
O atual presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, Manoel Martins, falou também sobre os problemas e das conquistas dos funcionários municipais. Segundo ele, desde 1997 não há reajuste salarial. A última reivindicação do Sindicato é referente ao reajuste do salário e tudo dependerá do orçamento e das conversações. Em 2000, disse Manoel que houve um reajuste de 9% no Plano de Carreira. Sobre as conquistas, falou que a partir de janeiro irá investir na construção da nova sede própria do sindicato, cuja área doada pela atual administração fica na Rua 24 de janeiro.

A área está sendo formalizada para o sindicato. Um outro projeto em estudo entre a Prefeitura e Sindicato visa a construção de 67 casas para o servidor público que não tem moradia própria, é uma das conquistas relatadas por Manoel, que falou também das negociações entre a Prefeitura e o Sindicato, sobre as perdas salariais, que já foram pleiteadas na Justiça. “Estamos pleiteando o abono e analisando se a Prefeitura tem a possibilidade em caixa”, afirmou. Procurando dar sua parcela de contribuição, o Sindicato presidido por Manoel trabalha com a possibilidade de isentar a Prefeitura da dívida que esta mantém com o Fupreben. “No meu ponto de vista, o correto seria zerar esta dívida, pois uma hora ou outra isto vai ter que ser acertado. Zerando a dívida, a Prefeitura terá mais condições de dar um reajuste de salário”, disse o dirigente. Sobre os benefícios que o Sindicato oferece aos funcionários, o presidente citou os vários convênios, como o que facilita a venda para os funcionários no comércio local (supermercados, lojas, farmácias etc); assessoria jurídica; o plano de saúde, que é subsidiado pela Prefeitura (10% da Prefeitura paga para o fundo em termos de saúde). Para o ano que vem está em estudo, segundo o presidente, um projeto na reforma administrativa, bem como na estrutura administrativa. “Vamos trabalhar na qualificação e requalificação do servidor para um melhor aproveitamento, tanto na área administrativa e operacional. Com a emenda de 1920, que alterou muitas coisas, é preciso reestruturar as leis pertinentes a estas áreas”, falou Manoel. Desde 1985 existe a Associação que atualmente ele dirige, sendo que em 1992 a antiga associação dos funcionários municipais passou para Sindicato.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 26 de Outubro de, 2002.

Nesta segunda-feira comemora-se o Dia do Funcionário Público

O dia 28 de outubro, segunda-feira, é comemorado o Dia do Funcionário Público e a Gazeta de Vargem Grande entrevistou alguns funcionários públicos municipais, que falaram sobre o seu Dia e também sobre o que significa ser funcionário público. A Prefeitura Municipal é hoje o setor que mais emprega em Vargem Grande do Sul, contando atualmente com aproximadamente 700 funcionários, muitos já com décadas de trabalhos prestados à municipalidade e ostentam grande orgulho por serem funcionários públicos municipais. A estabilidade conquistada é motivo de segurança para a maioria, mas em alguns deles, nota-se o amor pela cidade, aliado ao amor profissional. Como única reivindicação destaca-se a falta de aumento salarial que se encontra defasado já por quase dez anos e, para alguns, no mínimo o repasse da inflação deveria acontecer.



Angelo Multini – Lolão, casado, 25 anos de Prefeitura, lotado no setor de cadastro.

“Foram várias conquistas, como exemplo o crescimento da cidade, o plano de saúde, a informática que facilitou muito o trabalho. No passado, era mais fácil conseguir um emprego na Prefeitura. Ser funcionário público é ter orgulho. Ter liberdade no trabalho, com responsabilidade, sem o patrão ficar cobrando toda hora. Não foi o meu primeiro emprego, passei por uma farmácia, fui caminhoneiro e ajudei meu pai na fábrica de enxadas que ele tinha. Quando vim pedir emprego para o se. Homero, que era o prefeito na época, foi para o cargo de motorista de caminhão,

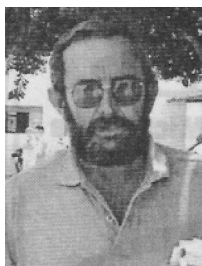
mas ele me mandou para o Cadastro, que eu nem sabia o que era. Quebrei muito a cabeça, apanhei bastante, fiquei até sem dormir, mas consegui aprender graças a Deus e hoje estou tranquilo, faltando muito pouco para a aposentadoria”.



Conceição Aparecida Spanholo, merendeira, casada, 2 filhos, 40 anos de Prefeitura, grande parte deles na escola Benjamim Bastos.

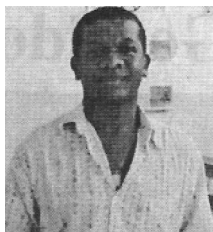
“São 40 anos de Prefeitura, mas em registro apenas 32. Foram uns oito anos sem registro. Dediquei minha vida neste serviço e já passei por várias administrações. Tenho muito prazer no meu trabalho, gosto de tratar das crianças, mas às vezes acho que em todos estes anos de serviço público, acabei sendo prejudicada. Sempre trabalhei com alegria, nunca briguei pelas horas extras, e a Prefeitura não pagava mesmo.

Fui empregada doméstica, cozinheira, porque comecei a trabalhar aos 8 anos de idade e hoje estou tranquila. Acho que uma das nossas conquistas foi o plano de saúde. Ser funcionário público é ter orgulho e foi com este emprego que cuidei e cuido de minha família”.



Angelo Aparecido Mortais, casado, mestre de Obras há dez anos.

“Ser funcionário público para mim é mim orgulho, porque faço com muito carinho. Tivemos varias conquistas, mas a maior, foi o plano de saúde.



Donizete José Carlos Pereira, casado, 2 filhos – 23 anos como funcionário público, 8 anos no Setor Tributário.

Ser funcionário público é orgulho. Comecei na assessoria de gabinete, com 11 anos de idade, era boy. Uma de nossas maiores conquistas foi o estatuto, éramos celetistas e passamos para estatutário, onde obtivemos maior estabilidade que já era garantida pela Constituição e a questão das melhorias nos vencimentos. Entrei na Prefeitura sem concurso, hoje com a realização deste, depende muito de quem

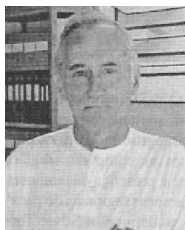
prestou concurso e da chefia para que o trabalho na administração municipal seja mais eficiente”.



Zenaide Aparecida Bernardeli Fiorini, casada, 43 anos de idade, 2 filhos, 24 anos de Prefeitura.

“Foi o meu segundo emprego. Para mim ser funcionária pública não é o que as pessoas dizem na rua, que o funcionário público é vagabundo etc etc. Ao meu modo de ver, é sim de muita responsabilidade. Dediquei minha vida pela Prefeitura, tenho amor no que faço. Acredito que nossa maior conquista foi a confiança de cada prefeito que assumiu, visto que em cada nova posse tudo muda, o plano de saúde, cargo de carreira.

Eu gostaria de que houvesse uma maior divulgação de nosso trabalho, para que mude esta imagem ruim que é feita do funcionário público municipal”.



Carlos Augusto Mazeto – Carlão – solteiro, 29 anos como funcionário público.

“Ser funcionário público é um orgulho. Foi meu primeiro emprego. O salário graças a Deus não tenho que reclamar. Estou no setor de água há 11 anos. Dentre as nossas conquistas, cito o respeito que o contribuinte nos trata e o plano de saúde”.



Eleandra de Fátima Cachola, divorciada, uma filha com 21 anos, 26 anos de Prefeitura, coordenadora do Depto. De Recursos Humanos.

“Nossa grande conquista foi o plano de saúde, a mudança da CLT para o estatutário, as vantagens de quinquênio, anuênio e outras. A cada ano, a partir do sexto ano, ganhamos uma ajuda a mais. Outra conquista também foi que a partir do final de 99, nossos salários estão sendo pagos rigorosamente em dia ou às vezes até adiantado. Antigamente acho

que era bem mais difícil, hoje estamos mais profissionais. Naquela época, não tinha concurso, era através de pedidos, espera, da decisão do prefeito. Tenho muito orgulho em servir ao próximo, que acontece principalmente na área que trabalho e em ser funcionária pública”.

Tribuna de Vargem Grande do Sul, 07 de Dezembro de, 2002.

Servidores municipais terão abono de R\$ 60,00. Funcionários com salários menores passam por dificuldades

Conforme projeto de lei do prefeito Celso Ribeiro, aprovado na Câmara no dia 2 de dezembro, a Prefeitura concederá um abono de R\$ 60,00 aos funcionários municipais. O abono será pago em uma única parcela na folha de pagamento do 13º salário dos servidores. O projeto foi aprovado previamente nas comissões de Justiça e Redação da Câmara e na de Finanças e Orçamento, registrando a Comissão de Finanças que embora o município tenha obtido excesso de arrecadação este ano, a Prefeitura está com grandes gastos com pessoal. O valor do abono, segundo a Comissão de Finanças e Orçamento, não pode ser mais elevado devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Os funcionários municipais estão sem reposição salarial desde março de 1997, quando receberam um aumento de 20%. Posteriormente, em 2000, todo o funcionalismo recebeu 3% de reajuste para enquadramento no plano de carreira aprovado naquele ano. No dia 3, uma funcionária da Prefeitura contratou a *Tribuna* para registrar que boa parte do funcionalismo está indignada com este abono, o terceiro do ano, que não resolve a situação dos funcionários que estão sem aumento há mais de 5 anos. “O pessoal de serviços gerais já está passando por sérias dificuldades e estamos arrecadando alimentos entre os

funcionários para distribuir entre os servidores mais necessitados”, disse ela. A funcionária pediu para não se identificar, acrescentando que a prioridade atual da administração são obras, como a barragem do Rio Verde, e que os direitos dos funcionários À reposição salarial estão sendo esquecidos. Junto à queixa, a funcionária encaminhou à *Tribuna* uma cópia de uma carta da Prefeitura e Câmara de São João da Boa Vista aos funcionários daquele município. Na carta, os dois poderes informam que os funcionários de São João estão recebendo um abono de fim de ano de R\$ 224,00, parte bancado pelo saldo do duodécimo que a Câmara sanjoanense repassou àquela Prefeitura. Entre 2001 e 2002, a Câmara Municipal de Vargem repassou à Prefeitura FR\$ 317.400,00, recursos que foram utilizados na compra de veículos e máquinas e ainda de um home theater para a biblioteca municipal. Este final de ano a Câmara deve devolver cerca de R\$ 100 mil à Prefeitura.

Sindicato solicitou o abono com duodécimo da Câmara

A Tribuna contatou o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Vargem, Manoel Garcia Martin, que informou ter enviado ofícios ao prefeito Celso Ribeiro e à Câmara Municipal, em 26 de novembro passado, solicitando um abono aos servidores, considerando a possibilidade de ser usado o saldo do duodécimo que a Câmara tem que devolver à Prefeitura ao final de cada ano. O dirigente do Sindicato lembrou que desde o início de 2001 vem tentando abrir negociações com a **Prefeitura para a reposição salarial**. “Em janeiro, voltaremos a negociar a reposição de salários com a Administração. Não havendo negociação, o Sindicato vai contratar um contador para conferir o orçamento de 2003 e verificar se a Prefeitura tem condições de repor perdas salariais. Se apurado que o orçamento comporta a reposição, e se os salários não forem atualizados, o Sindicato deve abrir uma pauta de greve a ser votada pelos servidores”, disse Manoel. O presidente do Sindicato lembrou que, em paralelo, tramita na Justiça uma ação que pede a reposição salarial do funcionalismo. “Mas é preciso a união do funcionalismo para a conquista de seus direitos”, disse ele.

Reposição também foi pedida pela Câmara

Na sessão do dia 2, após aprovado o abono de R\$ 60,00 para o funcionalismo, o vereador Romualdo Menossi lembrou que recentemente todos os vereadores já haviam pedido ao prefeito a reposição salarial dos servidores. Mais recentemente, o vereador encaminhou um pedido de informações ao prefeito sobre se havia previsão de reposição salarial no orçamento de 2003, tendo como resposta que havia os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, porém que se houvesse possibilidade, a reposição poderia ser feita por outros meios legais, com o a suplementação orçamentária. Romualdo lembrou que o município obteve um superávit de R\$ 4 milhões em 2002, conforme destacado na Comissão de Finanças e Orçamento em parecer sobre o projeto de abono. Mas que ainda assim a folha de pagamento da Prefeitura continua com alto índice de despesas e não foi dado aumento aos funcionários. No entender do vereador, a reposição está sendo protelada e que o orçamento do ano que vem deveria ter contado com um melhor planejamento para atualizar os salários do funcionalismo. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o município não pode ultrapassar o limite de 54% de suas receitas líquidas com folha de pagamento. Com a prorrogação da validade do concurso público realizado em 2000, a Prefeitura vem convocando e admitindo os candidatos aprovados para diferentes áreas da Administração, conforme suas necessidades. O aumento do quadro de funcionários pode estar influenciando nos limites de gastos com o funcionalismo municipal.

Principais ofícios do Sindicato encaminhados para a Prefeita Municipal Presidente da Câmara Municipal, e outras autoridades ano de 2.002.

Ofício nº 0001/2.002 – referencia processo 862/2001 encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 11 de janeiro de 2.002.

Referido ofício solicita ao Prefeito regularização de perdas salariais com base na Constituição Brasileira, e Lei Orgânica Municipal artigo 58 inciso XXXIII.

Ofício nº 0005/2.002 – referencia processo 862/2001 encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 25 de janeiro de 2.002.

Referido ofício reinter a ao Prefeito regularização de perdas salariais, e acrescenta que são de suma importância para os servidores públicos municipais, e a recusa em presta-la, em tese, emquadram-se nos delitos de responsabilidade, descrito no artigo 1º, incisos XIV e XV, do Decreto Lei nº 201/67.

Ofício nº 0010/2.002 – referencia processo 862/2001 encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 21 de fevereiro de 2.002.

Referido ofício reinter a ao Prefeito regularização de perdas salariais, e acrescenta que são de suma importância para os servidores públicos municipais, e a recusa em presta-la, em tese, emquadram-se nos delitos de responsabilidade, descrito no artigo 1º, incisos XIV e XV, do Decreto Lei nº 201/67. “segundo pedido”

Ofício nº 0016/2.002 – referencia processo 1220/2001 encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 19 de março de 2.002.

Referido ofício solicita ao Prefeito, concessão em contrato de comodato, de um terreno na rua 24 de janeiro Jardim Pacaembu- destino construção da sede social do sindicato. Resposta, Ofício 229/2002-S-G assim sendo iniciaremos referida regularização, para posteriormente viabilizarmos a concessão pretendida.

Ofício nº 0018/2.002 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 26 de março de 2.002.

Referido ofício solicita ao Prefeito, a criação de uma comissão juntamente com o Sindicato, para rever o Plano de Carreira dos Servidores, especificamente o Anexo I, tabelas a,b,c,d,e,f.

Ofício nº 0022/2.002 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul, 02 de abril de 2.002- Processo 767/2002

Referido ofício solicita ao Prefeito, regulamentação do artigo 211 da Lei 1662/92 contribuição sindical obrigatória.

Ofício nº 0023/2.002 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul, 04 de abril de 2.002- Processo 792/2002

Referido ofício solicita ao Prefeito, abertura de conta salário junto a Caixa Econômica Estadual, para que os servidores não tenha que pagar a taxa de manutenção.

Ofício nº 0024/2.002 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 05 de abril de 2.002, Processo nº 805/2002

Referido ofício solicita ao Prefeito, reforma na Estrutura Administrativa Lei 1.690/93, Decreto 1635/97 Avaliação de Desempenho, e, instituição de Lei criando o ***“Programa de Desligamento Voluntário do Servidor, seguidos de indenizações conforme medidas adotadas pelo Governo Federal”***.

Ofício nº 0028/2.002 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 14 de junho de 2.002.

Referido ofício solicita reunião com o Prefeito para regulamentação do Fuprebem Saúde, bem isenção da Dívida.

Ofício nº 0033/2.002 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 17 de julho de 2.002. Processo 1220/2001

Referido ofício solicita do Sr. Prefeito regulamentação da doação do processo em epígrafe.

Resposta: em 28 de agosto foi assinado o ato de concessão de uso, através da Lei 2.476, de 20 de agosto de 2002.

Ofício nº 0041/2.002 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **24 de setembro de 2.002**. Processo 0025/2002.

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito reunião com os superiores imediatos, devido as denúncias proferidas por servidores públicos, no sentido de que os mesmos estão **abusando do poder**, e como já sabemos perseguição é crime. Pedimos providências.

Ofício nº 0045/2.002 – encaminhado para o Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores – Vargem Grande do Sul 26 de novembro de 2.002.

Referido ofício solicita do Senhor Presidente e demais vereadores repassar parte do duodécimo a título de **Abono de Natal**, para todos os servidores públicos municipais.

Ofício nº 0046/2.002 – encaminhado para o Prefeito Municipal e demais – Vargem Grande do Sul **26 de novembro de 2.002**.

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito reforçar o pedido do Sindicato junto aos Vereadores em repassar parte do duodécimo a título de **Abono de Natal**, para todos os servidores públicos municipais.

Destaques da gestão de Manoel Garcia Martim, de acordo com publicação nos jornais de Vargem Grande do Sul, ano 2.003:

Sindicato Vargem Grande do Sul, 20 de Março de 2003

O Presidente do Sindicato, reuniu com a Administração e consegue reajuste de 5% mais abono de R\$ 20,00.

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, no dia 20 de março de 2003, reuniu com Sr. Prefeito Municipal Diretor Administrativo, e Financeiro, para discutir reajuste salarial. O Presidente do Sindicato através de ofício solicitou um reajuste de 10% mais auxílio – alimentação de R\$ 35,00 reais, mas devido o limite prudencial previsto na Lei de responsabilidade Fiscal, foi proposto pela Administração um aumento salarial de de 5% mais R\$ 20,00 reais de abono.

Tribuna de Vargem Grande do Sul, 22 de Março de 2003

“É proibido proibir”

Na sessão de Câmara realizada no dia 05/03/2003 foi solicitado pelo vereador Roberto Fermoselli, juntamente com o vereador Romualdo Menossi, o aumento salarial dos funcionários públicos, que se encontra defasado há 7 anos, e a cesta básica, que foi promessa de campanha eleitoral. Mediante isso, o vereador Valdir Sangiorato questionou a posição dos vereadores citados, e que deveria estudar melhor se a Prefeitura teria condições de dar esse aumento solicitado, e houve apoio dos vereadores da situação, sobre o assunto em pauta. Como cidadão,

e por direito de questionar o assunto, a qual cumpro meu dever de patriotismo, participando das reuniões de Câmara, comentei o assunto a um funcionário da Prefeitura que se encontra indignado com a situação que o funcionalismo vem passando e o Prefeito sempre arrumando desculpas para tampar o sol com a peneira. E o funcionário conversou com o vereador Pedro Francisco Pedrilho (Bicudo) e cobrou do mesmo o aumento dos funcionários que ele vive dizendo que luta pelo qual. E o vereador por sua vez levou ao Presidente da Câmara que teria sido maltratado pelo funcionário, e que o assunto não era de fato que foi dito sobre o aumento de salário do servidor, e na reunião do dia 17/03/2003 o vereador “Bicudo” falou pronunciando na palavra livre, e citou o nome da Sra. Evania, ofendendo a mesma, não respeitando o direito de livre expressão e democracia, e o vereador “Bicudo” com o apoio da situação vai fazer uso do poder jurídico da Câmara para processar a Sra. Evania. Será que estamos no tempo da ditadura? Como cidadã, venho cobrar o direito, o qual cumprimos nossas obrigações quando pagamos nossos impostos, e até mesmo os salários dos referidos representantes da população, que não tira o direito de qualquer município cobrar quando o funcionário é visto em segundo plano gasta-se com contratação musical de carnaval de rua, que não trouxe benefício a não ser violência para a cidade. Passaram dois anos e três meses, qual foi a obra que foi feita? Creche, escola, posto de Saúde, e até mesmo a represa do Rio Verde, são verbas destinadas do governo. Sem contar que é obrigação de qualquer administrador, no caso se podemos considerar que a Prefeitura hoje tem um administrador, porque tudo é desculpa das administrações anteriores, que inclusive o mesmo que se encontra no poder, também participou desse atraso que tanto falam, pois esses mesmo foi assessor do ex-prefeito Alfeu Rodrigues do Patrocínio e é quem resolvia os problemas, pelo menos é o que está no jornal de campanha de 2000. Passa-se já para os três anos, e nada, o não que vem tem eleição e tudo será resolvido, até mesmo o aumento dos salários dos servidores, tudo se faz para reeleger, até mesmo dizer um bom dia para o funcionário que inicia cedo no serviço, pois o mesmo não tem o privilégio de chegar depois do almoço na Prefeitura, pois o mesmo tem que repousar mais cedo, porque sabe que no outro dia tem que cumprir com sua obrigação. Não vou me intimidar com pressão que venho sofrendo há tempo, vou continuar lutando contra esses que querem tirar o direito de livre expressão. Não devem esquecer que a eleição chega novamente e a população está alerta, principalmente quando tanto se prometeu e nada se fez, pois não é festa na praça que vai fazer que o povo tão sofrido esqueça como encontra-se a cidade abandonada e o descaso de um novo tempo. Evania Amélia M. B. Coracini RG 18.562.185.

Tribuna de Vargem Grande do Sul, 29 de Março de 2003

Esclarecimento do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais “É Proibido Proibir”

Com relação à matéria publicada no jornal Tribuna no dia 22 de março de 2003 “É PROIBIDO PROIBIR”, matéria paga e assinada por Evânia Amélia M. B. Coracini, gostaríamos de tecer alguns comentários referente ao SALÁRIO DOS SERVIDORES. Na matéria é citado que o aumento salarial dos servidores se encontra defasado há 7 anos. O Presidente deste Sindicato tem a esclarecer à população e principalmente aos servidores públicos municipais que a informação não procede, pois os servidores tiveram em março de 1997 um aumento de salário de 20% naquela época, em abril de 2000, tiveram mais 9% e, em alguns casos, até 30%, pois se tratava de reforma no plano de carreira dos servidores, luta que foi conseguida pelo afinho do Sindicato dos Servidores. Com relação aos pedidos dos nobres vereadores citado na matéria, estes vieram apenas reforçar o pleito deste Sindicato, conforme pode ser comprovado pelos documentos protocolados na Prefeitura a partir de abril de 2001, processo nº 862/2001. Tais pedidos simplesmente foram mais uma ajuda, a qual agradecemos. Assim sendo, quaisquer comentários feitos a este respeito precisam de conhecimento de causa para estabelecimento da verdade, ou podem servir para denegrir o trabalho desempenhado por

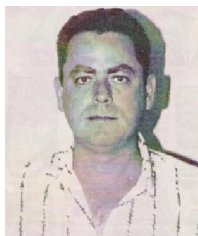
este Sindicato na defesa dos interesses dos servidores. Todas as iniciativas deste Sindicato estão documentadas e arquivadas no que diz respeito aos vencimentos de nossos trabalhadores. Temos ainda a esclarecer que todos os servidores são beneficiados com adicionais previstos na Lei 2345/2000, elaborada por esta Entidade e aprovada pela Câmara Municipal. Portanto, o pouco com Deus é o bastante para quem luta com uma situação econômica precária que o país está atravessando. O Município possui um orçamento pequeno perto da necessidade da população, além disso a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites para concessão de aumento salarial, mas, não vem faltando empenho do Sindicato para conseguir junto à atual administração aumento salarial. No ano de 2001 conseguimos abono de R\$ 60,00 no 13º salário; em 2002 R\$ 25,00 em março; em setembro R\$ 50,00; e R\$ 60,00 no 13º; em 2003 R\$ 40,00 em fevereiro. Estamos ainda nos reunindo constantemente com o Sr. Prefeito e o Diretor de Finanças objetivando viabilizar aumento salarial para os servidores no mês de abril, cujo montante está praticamente definido, ou seja, 5%, de aumento e mais vinte reais (R\$ 20,00) mensais de abono até dezembro, devendo projeto ser encaminhado nos próximos dias para apreciação da Câmara Municipal. Assim sendo, objetivamos restabelecer a verdade dos fatos informando de forma correta e sem oportunismos a população vargengrandense e em especial os servidores municipais. ***Manoel Garcia Martin, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.***

Tribuna de Vargem Grande do Sul, 05 de Abril de 2003. **Funcionários municipais buscam esclarecimento no Sindicato**

Na noite do dia 3, um grupo de 10 funcionários do Pátio da Prefeitura reuniu-se no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais para buscar esclarecimentos junto ao presidente da entidade, Manoel Garcia Martin, sobre temas de interesse do funcionalismo. Entre os assuntos tratados, os funcionários, os funcionários procuraram inteirar-se da questão salarial e da ação movida pelo Sindicato na Justiça, em abril de 2002. Sobre a reposição salarial, o dirigente do Sindicato informou que propôs à Prefeitura um reajuste de 5%, a partir de 1º de abril, mais abonos mensais de R\$ 20,00 até dezembro deste ano. O prefeito já enviou projeto de lei à Câmara sobre este reajuste, que deverá ser votado na sessão de segunda-feira, dia 7. Manoel destacou a vigência da Lei da Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos da Prefeitura com o pagamento do pessoal, informando que o Sindicato procurou garantir junto à atual Administração o índice possível de reajuste neste momento. Em relação à ação do Sindicato na Justiça, o dirigente informou que o processo está em andamento no Tribunal de Justiça do Estado, não havendo ainda uma decisão sobre o pleito da reposição salarial. A ação foi aberta com base no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, que prevê a revisão anual dos salários do funcionalismo público. Na época o Sindicato avaliou em 30% as perdas salariais entre março de 97 a março de 2002. O funcionalismo recebeu aumento de 20% em março de 97. Em 2000, aprovado o plano de carreira dos servidores municipais, cerca de 97% da categoria recebeu cerca de 3 referências salariais para o enquadramento nos cargos previstos no plano, com um reajuste em torno de 9%. Os demais tiveram reajuste de até 30% e, segundo o presidente do Sindicato, neste caso estavam os funcionários que exerciam funções em caráter interino e que foram regularizados nestas funções. Os funcionários presentes à reunião pediram esclarecimentos sobre uma possível mudança do convênio-Saúde da Unimed para o Plano de Saúde do Hospital de Vargem. Manoel Garcia Martin informou que se houver qualquer mudança no convênio a mesma teria que passar pelo crivo do presidente do Fupreben, Edson Bovo, bem como pelos conselheiros fundo de Previdência e Benefícios do funcionalismo municipal. O Sindicato não teria influência direta nesta questão, disse Manoel, acrescentando, porém, que o Conselho do Fupreben tem dois representantes do Sindicato. Os funcionários do Pátio da Prefeitura queriam saber também quando seriam realizadas as próximas eleições do

Sindicato e seu dirigente informou que a nova eleição deve ocorrer em dezembro de 2004. Garcia exerce a presidência do Sindicato desde 1998. Após a reunião, os funcionários municipais informaram que agendaram uma reunião com a presidência do Sindicato porque teriam buscado informações sobre os temas do funcionalismo junto a um dos membros da diretoria do Sindicato que, segundo ele, mostrou-se bastante desinformado. Neste sentido, propuseram ao presidente da entidade reuniões periódicas no Sindicato para que acompanhassem de forma mais efetiva os temas da categoria. A sugestão foi bem aceita por Manoel Garcia Martin, que vem conclamando há tempos maior participação dos 800 associados da entidade nos temas de interesse direto do funcionalismo municipal.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 25 de outubro de 2003. **Sindicato dos Funcionários Públicos prepara reforma administrativa.**



Segundo Manoel Garcia Martin, presidente do Sindicato, até programa de moradia está sendo estudado. O Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais está finalizando uma proposta de reforma administrativa que será enviada para apreciação do prefeito Celso Ribeiro. A reforma é uma das mais recentes atuações do Sindicato, que também investiu na área de formação do servidor e na firmamento de convênio com o comércio. Fundada como uma cooperativa em 1985 e transformado em sindicato em 1994, atualmente a entidade possui 800 filiados,

englobando 85% dos trabalhadores da Prefeitura.

Convênio facilitou a vida dos funcionários

O Sindicato começou a investir em convênios com o comércio em 2001. Hoje 50% dos sindicalizados utilizam do convênio, que ano passado movimentou cerca de R\$ 260 mil e neste ano tem a previsão de movimentar R\$ 400 mil. O convênio funciona da seguinte maneira: o funcionário compra nas lojas cadastradas e depois o valor é debitado em sua folha de pagamento, com o Sindicato fazendo o repasse do dinheiro para o comércio. “Houve uma evolução do dinheiro em caixa com a instalação do convênio”, observou Manoel. A criação de uma cooperativa de crédito, junto ao Banco Central, é agora um dos objetivos do Sindicato, para realizar empréstimos pessoais aos funcionários com taxas baixas de juros. O Programa de Moradia Econômica já foi enviado ao prefeito e propõe a construção de casa própria para funcionários sem moradia, em parceria com a administração municipal. Segundo Manoel, o programa já está em seus estudos finais. Continuando a parceria com a Prefeitura, Manoel disse à reportagem da Gazeta que o prefeito Celso Ribeiro doou, com a aprovação da Câmara, um terreno na rua 24 de Janeiro para a construção da sede própria da entidade, que já possui até uma planta. Sobre aumento salarial, Manoel afirmou que existe uma proposta prevista para o próximo orçamento, que está sendo estudada pela Prefeitura.

Qualificação do profissional

A proposta da Reforma Administrativa foi solicitada pela Prefeitura e formulada pelo Sindicato. Segundo a proposta elaborada, a reforma seria realizada no sistema municipal, com mudança nas leis, regulamentos e nas técnicas e formas de trabalho da administração pública, visando melhorias da eficiência dos funcionários. O Sindicato propõe a qualificação e a requalificação dos servidores. Além disso, estuda a organização de palestras com especialistas em cada área da Prefeitura.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 29 de Novembro de 2003. **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais pede cesta básica de natal**

Em ofício enviado à Câmara Municipal esta semana, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Manoel Garcia Martim, solicita aos vereadores estudos em parceria com a Administração Municipal, no sentido de repassar parte do duodécimo da Câmara a título de cesta básica de Natal a todos os servidores públicos, ativos, inativos e pensionistas. A recente aprovação pela Câmara instituindo uma cesta básica para cada um dos funcionários do Legislativo reacendeu a luta dos funcionários da Prefeitura que também pleitearam uma cesta básica. Segundo Manoel, a aprovação do projeto só para os funcionários da Câmara gerou descontentamento entre os cerca de mil funcionários entre ativos, inativos e pensionistas da Prefeitura, que também querem a cesta. O presidente do Sindicato disse à reportagem da Gazeta que tem procurado conversar com o prefeito Celso Ribeiro, com o diretor financeiro Amarildo Duzi Moraes, para que a Prefeitura no ano que vem estude a possibilidade de estender esta medida a todos os funcionários. “Uma das coisas que nos deixa otimista é que consta do Orçamento de 2004 a cesta básica para os funcionários e também estamos estudando junto com a administração esta possibilidade”, disse Manoel, ressaltando que não há nada de concreto, mas que vai continuar lutando neste sentido.

Duodécimo para os funcionários.

O dinheiro repassado pelo Executivo à Câmara, o duodécimo, é usado para pagar os subsídios dos vereadores, salário dos funcionários e outras despesas do Legislativo. Como sempre sobra dinheiro no final do ano, este ano deve passar de R\$ 100 mil, o presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martins, já está lutando para que os vereadores assumam o compromisso de ao invés de devolver este dinheiro para a Prefeitura, que ele seja usado em forma de abono aos funcionários públicos municipais, neste final do ano.

Principais ofícios do Sindicato encaminhados para a Prefeita Municipal Presidente da Câmara Municipal, e outras autoridades ano de 2.003.

Ofício nº 0001/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **10 de janeiro de 2.003.**

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito os repasses de convênios até o dia 5 de cada Mês.

Ofício nº 0002/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **14 de janeiro de 2.003.** Processo 0147/2003

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito nos termos do Art. 5º da Constituição Brasileira, a regularização do Artigo 92 da Lei 1662 de 04 de novembro de 1992 onde é tratado de adicional correspondente a $\frac{1}{4}$ do vencimentos do servidor homem ao completar 30 anos, para 25 anos por se inconstitucional a referida matéria.

Ofício nº 0011/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 07 de fevereiro de 2.003.

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito antecipação dos vencimentos para o dia 28 de fevereiro de 2003, devido ao carnaval nos dias 01,02,03,04.

Ofício nº 0012/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 07 de fevereiro de 2.003. Processo 308/2003

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito elaboração do projeto de lei para doação de uma gleba de terras para a **construção da moradia própria** para os servidores que ainda não possui.

Ofício nº 0014/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 07 de fevereiro de 2.003. Processo 410/2003

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito transferência de convênios firmados com a Prefeitura para o Sindicato.

Ofício nº 0019- A/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **22 de abril de 2.003.**

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito ponto facultativo no dia 02 de maio de 2003.

Ofício nº 0021/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **23 de abril de 2.003.**

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito incorporação do adicional de insalubridade para os servidores que já vem recebendo, até a edição dos laudos periciais laborados por esta Municipalidade.

Ofício nº 0025/2.003 – encaminhado para o Diretor de Administração – Vargem Grande do Sul 28 de maio de 2.003.

Referido ofício solicita ao diretor reunião para discutir os assuntos pautados na portaria nº 5.554 de 24 de março de 2003.

Ofício nº 0026/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **29 de maio de 2.003. Processo 308/2003**

Referido ofício solicita novas consultas ao Cepam, com relação a doação do terreno para construção das casas populares para os servidores públicos.

Ofício nº 0035/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **01 de agosto 2003.**

Referido ofício encaminha para o Prefeito projeto de Lei reorganizando a Estrutura Administrativa, transformando de Diretoria para Secretarias.

Ofício nº 0042/2.003 – encaminhado para o Direto de Administração – Vargem Grande do Sul **29 de setembro 2003. Processo nº308/2003.**

Referido ofício solicita ao Diretor relatórios de servidores para cadastro e implantação do programa de desenvolvimento habitacional urbano para aquisição de terreno e construção de moradia própria para o servidor público que ainda não possui.

Ofício nº 0043/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **02 de outubro 2003.**

Referido ofício solicita ao Sr. Prefeito antecipação de ferido do dia 28 de outubro de 2003, para o dia 27 do corrente.

Ofício nº 0046/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **03 de novembro 2003.**

Referido ofício solicita ao Sr. Diretor transferência de convenios.

Ofício nº 0047/2.003 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul **19 de novembro 2003.**

Referido ofício solicita ao Sr. Prefeito Cesta Básica de Natal.

Ofício nº 0048/2.003 – encaminhado para o Presidente da Câmara e demais vereadores – Vargem Grande do Sul **19 de novembro 2003.**

Referido ofício solicita ao Sr. Presidente repasse de parte do duodécimo a título de Cesta Básica de Natal.

Ofício nº 0050, 51,52,53,54/2.003 – encaminhado para o Diretor Administrativo e membros da comissão – Vargem Grande do Sul **12 de dezembro 2003.**

Referido ofício solicita ao Sr. Diretor providencias conforme determinação da Portaria 5554 de 24 de março de 2003.

Destaques da gestão de Manoel Garcia Martim, de acordo com publicação nos jornais de Vargem Grande do Sul, ano 2.004:

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 14 de Fevereiro de 2004.

Aumento para funcionários municipais será de 6%. Projeto ainda prevê abono de R\$ 30,00 e mais R\$ 20,00 a partir de junho

Depois de muito estudo, a área financeira chegou a estes valores; segundo a assessoria, o aumento dado no momento não é o que o prefeito gostaria de estar dando aos servidores, mas diante da legalidade e dos limites orçamentários foi o que pôde ser feito com responsabilidade. Também enfatizou a assessoria na nota que enviou aos jornais, a preocupação da atual administração em manter os pagamentos dos funcionários em dia, bem como o pagamento do Fupreben – Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos Municipais e a Unimed, referente ao plano de saúde dos servidores públicos. Outra melhoria para os funcionários citada na nota foi com relação à compra de uniformes para os funcionários da coleta de lixo e do departamento de Água e Esgoto.

Abonos dados durante a atual administração

Na nota enviada à imprensa, a assessoria de Comunicação enfatiza os vários abonos dados aos funcionários desde que o atual prefeito assumiu, visando beneficiar o servidor com menor piso de salário. Em dezembro de 2001, o servidor recebeu R\$ 60,00 de abono no 13º salário. Em 2002, quando as contas da Prefeitura estavam sendo colocadas em ordem, o funcionalismo recebeu R\$ 135,00 de abono, sendo R\$ 25 em março; R\$ 50,00 em setembro e R\$ 60,00 no 13º salário. Em 2003, recebeu R\$ 280,00 de abono, sendo R\$ 40,00 em fevereiro e R\$ 60,00 em dezembro no 13º salário; e ainda R\$ 20,00 de abril a dezembro que foram incorporados ao salário nestes 9 meses. Em abril de 2003, também foi concedido ao funcionalismo um aumento salarial de 5%, quando foi incorporado ao salário um abono de R\$ 20,00. Já está na Câmara Municipal projeto de lei de autoria do prefeito Celso Ribeiro que prevê aumento nos vencimentos dos servidores públicos municipais que passaria a vigorar já no próximo mês. O projeto propõe o aumento de 6% para os funcionários públicos municipais ativos, inativos, pensionistas e contratados. Segundo a Assessoria de Comunicação da Prefeitura, as reivindicações de aumento para o funcionalismo público foram levadas ao prefeito Celso Ribeiro pelo presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martin, foram estudadas com muito empenho, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e limites orçamentários, em benefício do funcionalismo que para o prefeito tem dado todo o apoio no trabalho que a administração vem desenvolvendo na cidade. Para beneficiar o funcionário que tem o piso salarial menor, outro projeto do Executivo foi enviado à Câmara, que prevê abono salarial de R\$ 30,00 a partir de fevereiro de 2004. No mesmo projeto, o prefeito Celso Ribeiro propõe a incorporação de mais R\$ 20,00 ao abono a partir do mês de junho, prevalecendo até dezembro de 2004. O que significa que a partir de junho o servidor vai contar com R\$ 50,00 de abono fixo

até o mês de dezembro de 2004. O aumento do salário mais os abonos representarão um total de R\$ 932.027,33 na folha de pagamento até o final do ano. Para o servidor que tem o piso de R\$ 260,00, com o aumento de 6%, o salário passará para R\$ 275,00. Como o abono de R\$ 30,00, o salário passa para R\$ 305,00, o que representa um aumento de 17,3%. Com a incorporação de mais R\$ 20,00, o salário passa para R\$ 325,00, a partir de junho, significando que o aumento no salário do servidor de menor piso representará 25%.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 07 de Agosto de 2004.

Sindicato dos Servidores Públicos de Vargem Grande do Sul

Na sessão da Câmara Municipal de Vargem Grande do Sul, realizada na segunda-feira, dia 2 de agosto, enquanto era debatido o aumento salarial dos vereadores, que na verdade é direito que só compete a eles decidirem o que é certo ou errado com relação aos seus salários, nos bastidores, algumas pessoas que não eram vereadoras, ligadas à área política comentaram: “Cadê o presidente dos funcionários municipais para analisar o aumento de salário dos vereadores?”. Outra pessoa respondeu: “deve estar sentado no colo do prefeito”.

Resposta do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

“Para quem servir a carapuça. Àquele ou àqueles que falaram que o presidente dos funcionários deve estar sentado no colo do prefeito, no mínimo não devem ter conhecimento de causa a respeito do Sindicato e o funcionalismo, pois basta nos fazer uma visita e conhecer os trabalhos que esta Entidade vem realizando para com os funcionários e depois tira as suas conclusões, ao invés de ficar falando sem plena certeza dos acontecimentos. Além do que, são pessoas que nunca fizeram nada para os servidores e nunca vão fazer. Só aparecem na época de eleição. Contudo, quando nós do Sindicato, especialmente o presidente, tiver que falar algum assunto relativo ao servidor, o fará com quem de direito, pois como já dizia um velho ditado: ‘Temos que falar com o dono dos porcos, e não com as porcas de fora’, principalmente políticos que nunca fizeram nada pelos servidores”. **Vargem Grande do Sul, 05 de agosto de 2004 Manoel Garcia Martim, Presidente do Sindicato.**

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 02 de Outubro de 2004.

Resposta do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais a um Candidato a Vereador referente às cartas por ele distribuídas aos Servidores Públicos “Direito de Resposta nos termos da Constituição Brasileira”.

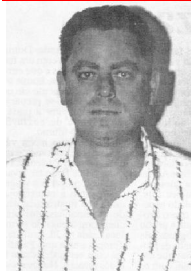
Servidores deste Sindicato vêm a Público para esclarecer a responder o subscrito na carta do Candidato a Vereador, o senhor Ronaldo Gutierrez, endereçada a nós servidores, com afirmação enganosa, e mentirosa, tais como:

- 1 – Reforma total do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
- 2 – Reposição de perdas salariais;
- 3 – Implantação de Cestas Básicas;
- 4 – Pagamento de Dívida com o Fupreben;

Tais compromissos afirmados pelo candidato, caso seja eleito, não tem procedência, pois este Sindicato até hoje nunca deixou de lado a garantia de luta pelos nossos trabalhadores da Prefeitura, e também nunca faltou coragem, firmeza e determinação como alega o candidato que subscreveu a referida carta a nós servidores, pode ter faltado coragem, firmeza e determinação a ele que é representante Partidário e nunca fez nada de bom para os nossos

trabalhadores. Nós representantes Sindicais temos sim que nos defender da calúnia subscrita pelo candidato, tanto é que temos registros de documentário relatado em colunas de jornais dessa cidade, desde janeiro de 1999, quando assumimos, até a presente data, das medidas tomadas pelo Sindicato na defesa dos nossos direitos, basta acessar o nosso site: www.sspm.com.br na página de história, que está na fase final de sua implantação, e tire suas conclusões, ou retirar cópia deste documentário que se encontra à sua disposição neste Sindicato. Quanto à reforma total do Sindicato dos Funcionários Públicos afirmado pelo candidato, somente para esclarecer, não compete a ele tomar decisões relativas à nossa entidade, pois somos soberanos nas decisões tomadas em assembléia geral da nossa categoria, mesmo porque a Confederação dos Sindicatos Públicos do Brasil já está apresentando proposta junto a Governo Federal, referente às reformas Sindicais de nível Brasil. Em referência a reposição salarial citada na carta do Candidato, este Sindicato esclarece que em data de 02 de abril de 2002 entrou com processo nº 094.2006/-00 no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo solicitando reposição de persas salariais, na qual foi julgado por votos unânimes. Rejeitara preliminar e julgar improcedente a Ação movida pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Grande do Sul – SP, participaram do julgamento 24 desembargadores, São Paulo, 06 de agosto de 2003. A implantação de cestas básicas citadas na carta do Candidato, ela pode ser possível desde que seja respeitado o limite orçamentário previsto em Lei. Esclarecemos que não temos nenhum conhecimento de existência de Lei que obriga empresas ao fornecimento de cestas básicas ao trabalhador a não ser acordos firmados entre as partes. Para se ter uma idéia, em 1999 a Câmara Municipal aprovou projeto de lei do executivo 2.229/99, determinando o fornecimento de cestas básicas ao servidor público e a Prefeitura não cumpriu o que determinava o discurso da Lei, então este Sindicato entrou na Justiça com Ação Cominatória, Processo 956/99, solicitando que a prefeita da época cumprisse o que determinava a Lei aprovada pela Câmara Municipal, processo este que foi julgado procedente à entrega das referidas cestas básicas, mesmo assim, no ano de 2000, a Prefeitura recorreu à sentença assinada pelo juiz da época. Quando a dívida do Fupreben proferida pelo candidato, este Sindicato tem a esclarecer que medidas estão sendo tomadas através de projetos de Lei, já em trâmite na administração, apresentando algumas soluções para pagamento da dívida supra citada, deixadas por Administradores Públicos anteriores. Tais estudos estão sendo analisados de uma maneira que no futuro isto não venha a prejudicar nossos salários, em referência à atual administração, tanto o Fubrepren, Previdência e Fupreben Saúde, desde janeiro de 2001, até a presente data, está 100% em dia o pagamento das contribuições por parte da atual administração. **Vargem Grande do Sul, 28 de setembro de 2004 Manoel Garcia Martim, Presidente do Sindicato.**

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 22 de Outubro de 2004.



O funcionalismo público municipal, pelo seu grande número e também por ser responsável pela gestão da cidade, tem enorme influência no dia-a-dia de Vargem Grande do Sul. Para saber mais sobre a atual situação desta classe trabalhadora, a reportagem da Gazeta esteve com o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SSPM, Manoel Garcia Martim. Fundado em 1985, o SSPM vem lutando durante todo esse tempo para zelar pelos direitos e deveres dos servidores públicos municipais e também para reivindicar as principais exigências desta classe. “Hoje podemos falar em ter orgulho de ser funcionário, porque através da luta do nosso sindicato conseguimos cumprir algumas metas junto à Administração, além de resgatar a nossa imagem e dignidade de funcionários junto ao comércio de Vargem”, destaca. Segundo Manoel, hoje Vargem possui ao todo cerca 1.100 funcionários públicos, sendo que deste número 749 são ativos, 144 contratados, 158 aposentados e 49 pensionistas. Ele também ressalta a importância de que todos os servidores

públicos estejam sempre cientes de seus direitos e deveres. “Discutir o momento econômico que passamos é muito importante, pois o Sindicato é o órgão legítimo para debater o assunto do dia-a-dia de nosso funcionalismo. A responsabilidade de garantir as conquistas visando melhorias para os servidores passa pela mão de todos nós”, explica. Manoel afirma que a união entre os trabalhadores da classe é o elemento que dá mais consistência e fortalece a atuação do SSPM. “A diretoria é apenas cumpridora das reivindicações e decisões das Assembléias Gerais. Para tal assunto, no que se refere ao funcionário, não existem heróis e sim a liberdade de expressão de cada um em nosso cotidiano. O que deve garantir nossas conquistas é certamente a união, pois Sindicato é coletivo de trabalhador”, comenta.

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais apresenta ofício para a Prefeitura

Manoel também disse que atualmente o SSPM vem opinando no desenvolvimento de projetos, visando à atualização de algumas leis, cujas melhorias vêm para garantir um futuro melhor para os servidores. “Destacamos como um dos principais projetos o programa de Desenvolvimento Habitacional Urbano, que visa à aquisição de um terreno junto à Administração para a construção de moradias econômicas aos servidores que não possuem casa própria”, explica. Vale destacar que estas moradias serão construídas através do sistema de cestas básicas de materiais de construção da Caixa Econômica Federal. De acordo com Manoel, o projeto já se encontra em fase terminal no Departamento de Obras da Prefeitura, para que seja possível elaborar mecanismos junto à Assistência Social e com outros membros do Sindicato durante a entrega dos 64 lotes. O presidente do SSPM também comentou a respeito de outras reforma, inclusive melhorias no salário, de acordo com as diretrizes orçamentárias, solicitadas através do ofício nº 54/2004, que já se encontra em estudos na Administração. Segundo consta, este ofício pede para que sejam analisados os seguintes itens:

- Incorporar o valor de R\$ 50,00 aos vencimentos;
- Discutir a possibilidade de fornecer o auxílio-alimentação aos servidores públicos municipais;
- Plano de Carreiras do Servidor Público Municipal;
- Plano de Carreira, vencimentos e salários dos integrantes do quadro do Magistério;
- Estrutura Administrativa (transformando de Diretorias para Secretarias);
- Regime Jurídico Único Estatutário;
- Avaliação de desempenho;
- Cooperativa de crédito e alimentos para os servidores públicos;

Criar uma Conta-Salário junto à Caixa Econômica Estadual para servidores que não utilizam serviços da agência, pois as reclamações são constantes devido às taxas de manutenção cobrada dos servidores, cujo processo está protocolado na Prefeitura.

Principais ofícios do Sindicato encaminhados para a Prefeita Municipal Presidente da Câmara Municipal, e outras autoridades ano de 2.004.

Ofício nº 0019/2.004 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 18 de maio de 2.004. Processo 147/2003
Referido ofício reitera o solicitado no ofício 002/2003.

Ofício nº 0034/2.004 – encaminhado para o Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 18 de maio de 2.004. Processo 147/2003

Referido ofício solicita do Senhor Prefeito, a atualização do referido artigo, uma vez que o Cepam já se manifestou favorável a regulamentação.

Ofício nº 0044/2.004 – encaminhado para o Diretor Administrativo – Vargem Grande do Sul 05 de julho de 2.004. Processo 410/2003

Referido ofício reitera o solicitado no processo em epigrafe.

Ofício nº 0054/2.004 – encaminhado para o Sr. Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 07 de outubro de 2.004. já existem processos anteriores solicitando tal medidas , Referido ofício solicita:

- a) - incorporar o valor de R\$ 50,00 reais aos nossos vencimentos;
- b) - discutirmos uma possibilidade de nos fornecer o auxilio-alimentação;
- c) - Plano de Carreiras do Servidor Público Municipais;
- d) - Plano de Carreira, Vencimentos e Salários dos Integrantes do quadro do Magistério;
- e) - Estrutura Administrativa (Transformando de Diretoria para Secretarias);
- f) - Regime Jurídico Único Estatutário;
- g) - Avaliação de Desempenho;
- f) – Cooperativa de Credito e Alimentos para os Servidores Públicos;
- g) – Criar Conta Salário junto a Caixa Econômica Estadual para servidores que não utilizam serviços da Agencia, pois as reclamações são constantes devidos a taxa de manutenção cobradas dos servidores, cujo processo já encontra protocolado nesta Prefeitura.

Destaques da gestão de Manoel Garcia Martim, de acordo com publicação nos jornais de Vargem Grande do Sul, ano 2.005:

Tribuna de Vargem Grande do Sul 15 de janeiro 2.005

Situação dos Servidores municipais foi discutida na Câmara

Na segunda feira 10, a Câmara dos vereadores reuniu-se com representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais a pedido de Neide Castilho, diretora do Sindicato. Presentes todos os vereadores, o presidente do Sindicato Manoel Garcia Martin e o vice-presidente Edson Bovo, que também é diretor de Administração da Prefeitura e presidente do Fupreben – Fundo De Previdência e Benefícios dos Servidores. Neide Castilho abriu a reunião informando que a situação do funcionalismo está péssima e que o Executivo não responde às questões enviadas pelo Sindicato. Ela abordou a questão do abono de R\$50,00 pago pela Prefeitura até dezembro passado e que é preocupante a situação salarial dos funcionários. Outra questão que abordou foi a Emenda Constitucional Nº41, de 23 de Dezembro de 2003, que desobriga os funcionários públicos inativos, que recebem até R\$2400,00, de contribuírem à Previdência, em paralelo ao fato da Prefeitura ter descontado a contribuição destes inativos durante todo o ano passado. Pela lei, inativos nessa situação contribuem apenas sobre o valor que ultrapassa o teto de isenção. Sobre o abono de R\$50,00, o vereador José Geraldo Ramazotti (PV) informou que falara com o prefeito e que este lhe garantiu que o abono continuaria sendo pago. Para Neide Castilho o inconveniente do abono é que, em caso de falecimento do pensionista, o beneficiário deixa de recebê-lo. Neste sentido, o presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martin, informou que está

reivindicando projeto de lei que incorpore o abono ao salário além da concessão do auxílio-alimentação ao funcionalismo. Segundo Manoel, há uma ação judicial do Sindicato já ganha em primeira instância, para que a Prefeitura forneça cestas básicas aos funcionários.

Projeto deve regulamentar contribuições previdenciárias.

Na reunião, Edson Bovo informou que em breve a Câmara deve receber projeto de lei do Executivo, que regulariza os percentuais de contribuição previdenciária dos funcionários ativos e inativos, conforme a Emenda 41. Pelo projeto ficarão isentos de contribuir os inativos até o teto salarial de R\$2508,72 e aumenta-se de 8% para 11% a contribuição de funcionários e de 10% para 11% a da Prefeitura. Sobre se haverá restituição dos valores recebidos em 2004 pelos inativos na faixa de isenção, não houve resposta conclusiva.

Dívida com Fupreben será parcelada.

Edson Bovo informou também que a dívida acumulada da Prefeitura com o Fupreben, gerada entre 1996 e 2000, está sendo atualizada e deverá ser parcelada, conforme projeto de lei do Executivo a ser enviada a Câmara já no mês que vem, conforme informou. O valor da dívida nominal (sem correção) é de R\$3,9 milhões. Segundo Edson, na gestão Denira Rossi, houve dois processos de parcelamento da dívida previdenciária, porém foram pagas as primeiras parcelas de cada processo, e a dívida voltou a acumular. Conforme o arquivo deste jornal, em dezembro de 2000 o ex-prefeito José Locateli enviou projeto de parcelamento da dívida com o Fupreben à Câmara, mas o projeto foi devolvido sem discussão em plenário. Na época, foi alegado que o prefeito eleito (Celso Ribeiro) deveria participar do processo de parcelamento, já que caberia a sua gestão pagar os débitos acumulados ao Fundo. Além do parcelamento, e o início do pagamento da dívida, o presidente da Fupreben prevê que o Fundo também deve se beneficiar da compensação financeiro do INSS, órgão que recebia a contribuição do funcionalismo antes da criação do Fupreben.

Aumento de salários e limites legais.

Durante a reunião, o vereador José Reinaldo Martins informou que o aumento de salários e a concessão de cestas básicas ao funcionalismo estão limitados por dispositivos legais, conforme apurou na Prefeitura. Edson Bovo Esclareceu que a Prefeitura pode gastar com folha de pagamento até 54% das receitas correntes líquidas do Município, respeitando-se também um limite prudencial de 51%, quando as prefeituras são previamente alertadas para não ultrapassarem o teto permitido em lei. Para apurar se será possível dispor de recursos, para rever o salário do funcionalismo o vereador José Reinaldo sugeriu que o diretor de Finanças da Prefeitura seja convidado a falar aos vereadores na Câmara, sugestão que foi aceita por todos. Neide Castilho destacou ser necessário contar com estes subsídios do departamento financeiro da Prefeitura para se avaliar a questão do aumento de salários do funcionalismo. “Tivemos 11% em quatro anos”, disse ela, avaliando o percentual estaria abaixo do necessário. Para o presidente do Sindicato dos Servidores, que pleiteava uma reposição salarial de 30% no primeiro semestre de 2001, a Prefeitura teria demonstrado que não teve condições de repor este percentual reivindicado pelo Sindicato. Segundo Edson Bovo, a folha de pagamento mensal da Prefeitura totaliza R\$750 mil, incluindo encargos, que são pagos a 1.100 funcionários ativos, inativos, contratados e pensionistas. Para ele, um dos fatores que inflaciona a folha de pagamento da Prefeitura é o afastamento de funcionários por invalidez que, em vários casos, trata-se de funcionários aptos a continuar trabalhando. “É um abuso que inflaciona a folha de pagamento”. disse. Neste sentido, Neide Castilho sugeriu um sistema de reavaliação periódica dos afastados por invalidez, para que os casos sejam avaliados e o funcionário volte à ativa, se afastando indevidamente. Outra forma de diminuir custos com o pessoal, segundo Edson Bovo, é contratar temporariamente, condição em que não se recolhe contribuições ao Fupreben. O

vereador José Reinaldo lembrou que o aumento do salário mínimo deve elevar o piso salarial da Prefeitura (R\$276), o que deve aumentar os gastos com pessoal. Sobre os limites de gastos com pessoal, se ultrapassados, a alternativa seria o corte de funcionários, disse Neide Castilho, desde que o corte comece pelos cargos de confiança. Ela destacou que estes cargos podem ser preenchidos por funcionários de carreira (efetivos), que conhecem melhor a administração, ao contrário dos funcionários trazidos de fora da Prefeitura. Como o ex-prefeito, o vereador José Reinaldo discordou desta tese, destacando que os prefeitos têm que trazer gente de fora da Prefeitura para funções em confiança. Outros temas, também foram abordados como a vantagem do funcionário municipal em contar com um plano de saúde que abrange a ele e seus familiares – “Prefeitura nenhuma na região tem o plano de saúde que a gente tem”, disse Bovo. Também foi referido o alto nível de inadimplência dos funcionários municipais – “A maioria têm o nome no SPC – Serviço de Proteção ao Crédito”. disse Neide Castilho, referindo-se também aos convênios no comércio e prestação de serviços para servidores, com desconto em folha de pagamento. Dependendo do uso desses convênios, o servidor tem muito desconto, como lembrou Neide Castilho, e acaba recebendo muito pouco do seu salário mensal. A reunião foi concluída com a confirmação da proposta para a vinda do diretor de Finanças à Câmara para verificar como conciliar a situação salarial do funcionalismo com os recursos que a Prefeitura dispõe.

Gazeta Vargem Grande do Sul, 15 de Janeiro de 2005

Vereadores se reúnem com representantes do funcionários municipais.

Debater o que pode ser feito para melhorar a situação do servidor público municipal. Este foi o assunto escolhido para a reunião esta semana, na Câmara Municipal, pelos novos vereadores, sob a presidência do vereador Celso Itaroti. O fato ocorreu nesta segunda-feira, dia 10, às 20:00 horas, e estiveram presentes todos os vereadores e os representantes do Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais – SSPM, o presidente, Manoel Garcia Martin, o vice-presidente, Edson Bovo e a diretoria de base, Neide Fonseca Castilho. A reunião foi mais um “bate-papo” informal, sendo este aberto para a imprensa e o restante do público presente. Na ocasião, os vereadores indagaram sobre a atual situação dos funcionários públicos. Os temas debatidos na Câmara foram o abono de R\$50,00 no décimo terceiro salário dos servidores, o reajuste salarial e a possibilidade da Prefeitura poder beneficiar o funcionário público com cestas básicas. Apesar destes temas causarem até mesmo uma certa polemica entre alguns presentes, a reunião transcorreu normalmente. Outro assunto muito discutido na Câmara foi o fato de que, atualmente, muitos funcionários possuem condições para trabalhar, mais se encontram afastados alegando problemas de saúde. Segundo o vice-diretor Edson Bovo, o SSPM já estuda a possibilidade de trazer médicos de outra cidade para que haja mais exatidão nas perícias.

Amarildo Duzzi será convidado para participar de uma próxima reunião.

O último reajuste salarial para o servidor público ocorreu em fevereiro de 2004, onde foi dado o aumento de 6% mais o abono de R\$30,00 “referente aos meses de fevereiro até junho” e de R\$50,00 “do mês de junho até dezembro”. Apesar de ter sido debatida a possibilidade de um novo reajuste, este tema deverá ser discutido novamente. Para que seja estudado tanto o aumento de salário, quanto o benefício da cesta básica, é necessário primeiramente ter conhecimento sobre qual é o orçamento do município e seus limites. Devido a isso, ficou decidido que é necessário conversar com o diretor de Finanças da Prefeitura, Amarildo Duzzi de Moraes, pois assim, com base em dados concretos, poderá ser estudado o que pode ser dado de benefícios para os servidores públicos municipais. A Câmara deverá enviar um convite ao

diretor e agendar uma próxima reunião, juntamente com os representantes do Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 25 de Março de 2005

Aprovado reajuste de 14% aos funcionários da Câmara.

Por cinco votos contra três, a Câmara aprovou o projeto de lei, de iniciativa do Legislativo, que reajusta os salários dos servidores da Casa em 14,05%, de acordo com a média apurada dos últimos 12 meses de três índices inflacionários. O projeto fora apresentado em fevereiro e estava em estudo na Comissão de Justiça e Redação da Câmara, que deu parecer favorável à sua aprovação. Já a Comissão de Finanças e Orçamento deu parecer contrário ao reajuste. Na segunda-feira, o vereador Sérgio da Farmácia, apresentou emenda dando o mesmo índice “5%” do reajuste dos funcionários da Prefeitura aos servidores da Câmara, por entender ser injusto dar reajuste maior para os quatro funcionários do Legislativo. Sua emenda foi escolhida por três votos favoráveis: O seu e o dos vereadores Iletro Cachola e José Geraldo Ramazotti, tendo votado contra os vereadores José Reinaldo Martins, Pedro Lemos Ranzani, Marco Antônio Goulart, Ronaldo de Albuquerque Herculano e Valdir Sagiorato. A emenda foi rejeitada e aprovado o reajuste de 14,05% aos funcionários da Câmara. Com o reajuste diferenciado, os servidores da Câmara não vão receber o abono de R\$50,00 que a Prefeitura paga até Dezembro aos seus servidores. A proposta de reajuste de 14,05% gerou debate em plenário. Endossando a proposta, o departamento jurídico da Câmara apresentou parecer pela legalidade do reajuste diferenciado, anexando normas do Tribunal de Contas do Estado – TCE, que salientam a independência dos poderes e a possibilidade de cada poder (Executivo e Legislativo, no caso) de fixar os salários de seus servidores de acordo com seus respectivos orçamentos. Em paralelo, o setor de Contabilidade da Câmara também apresentou parecer informando que há recursos disponíveis no orçamento do Legislativo para pagar o reajuste, destacando que em 2004 a Câmara utilizou menos de 1% nas suas despesas com pessoal, estando portanto muito abaixo do limite de 6% fixado pela Lei da Responsabilidade Fiscal. O Vereador Sérgio disse que ficou aguardando um parecer do CEPAM que não veio e que votara contra o reajuste de 14,05% por não achar justo os funcionários da Prefeitura receberem um reajuste menor, de 5%. Para o vereador Sérgio o prefeito deu um reajuste que ele pode pagar – “Dar 5% lá (na Prefeitura) e 14% aqui (na Câmara) seria uma grande injustiça”. A posição de Sérgio foi compartilhada pelos seus colegas Ramazotti e Iletro Cachola.

“Cabe ao Sindicato lutar por reajustes melhores”

Para o vereador Celso Itaroti “a comparação não deveria ser para menor, deveríamos ter 14% para todos. Porém, a Prefeitura não pode dar, segundo informou o Amarildo (diretor de Finanças). Não é uma questão de ser injusto com o funcionalismo. Estamos numa democracia. As categorias têm o seu sindicato e cada um luta pelo seu aumento. (Nesta questão) não é ser injusto com os funcionários da Prefeitura, mas ser injusto com os funcionários da Câmara”, acrescentando que os orçamentos da Prefeitura e Câmara são distintos. Para o vereador Marco Antônio “é claro que todos os servidores merecem um aumento melhor. Caberia ao Sindicato lutar por eles, já que antes, por muito menos, se fazia greve. Temos que ser sensatos: se o índice inflacionário é x, temos que dar x, “, disse ele, destacando a independência dos poderes e a primazia dos pareceres do Tribunal de Contas, que regulamenta os gastos públicos, sobre parecer do CEPAM, órgão de consultoria aos municípios. “Eu gostaria que este aumento de 14% fosse para todos”, disse o vereador José Reinaldo, salientando que há servidores com sérios problemas e que a situação de muitos deve se agravar nos próximos dois meses, se não houver atenção especial do prefeito ao funcionalismo. Relatou que o Sindicato dos Servidores está ajudando famílias de servidores com cestas básicas, “Reivindicar cesta básica não é um ato

político. Como também não será um ato político do prefeito ao concedê-las. É mais um ato humanitário, de atitude cristã”, disse o vereador reafirmando que a situação dos servidores pode sem complicar ainda mais. Aprovado o projeto de reajuste dos servidores da Câmara, o prefeito sancionou a lei, publicada nesta edição.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 16 de Abril de 2005

Descontos previdenciários de aposentados da prefeitura serão devolvido



Na tarde de segunda-feira, o presidente do Fupreben Edson Bovo e o diretor de Finanças da Prefeitura Amarildo Duzi Moraes foram à Câmara para uma reunião agendada previamente com os vereadores, a pedido do vereador Geraldo Ramazoti... Estiveram presentes os vereadores José Reinaldo Martins, Pedro Lemos Ranzani, Iletro Cachola e Antônio Sérgio da Silva e o advogado da Câmara dr. Hugo Andrade Cossi.

O vereador José Geraldo Ramazotti não pôde estar presente: Na reunião foi discutida a possibilidade da Prefeitura e/ou Fupreben devolver as contribuições previdenciárias descontadas de janeiro de 2004 até o momento, em razão da Emenda Constitucional 41, de dezembro de 2003, isentar de contribuição os aposentados e pensionistas que recebam aposentadorias até o teto de R\$ 2:508,00. Como todos os aposentados da Prefeitura recebem abaixo deste limite, a questão era a devolução das contribuições já descontadas de seus benefícios no período citado. O vereador Serginho propôs que a devolução fosse feita em até 15 parcelas, mas o diretor de Finanças, Ama-rildo, avaliou que isso poderá ser feito em menos tempo, em 10 parcelas. Isto porque, aprovado o projeto de lei 09/05 que eleva as contribuições de funcionários municipais e órgãos públicos de 8% para 11%, também de acordo com a emenda constitucional 41/03, haverá recursos para a devolução aos aposentados. O projeto foi encaminhado à Câmara e ficou retido para estudos, devendo ser votado na próxima segunda-feira. Segundo informado pelo presidente do Fupreben na reunião do dia 11, logo após aprovado o projeto de lei, serão cessados os descontos previdenciários para os aposentados e pensionistas da Prefeitura. Já a devolução parcelada das contribuições de aposentados começariam 90 dias após a aprovação do projeto de lei 09/05, Ainda na reunião foi discutida o parcelamento da dívida da Prefeitura com o Fupreben, avaliada em cerca de R\$ 9 milhões. Porém, num primeiro momento, o parcelamento será feito apenas em cima dos débitos previdenciários, em tomo de R\$ 4,5 milhões, excluindo-se a dívida do convênio Saúde que integra o Fundo de Previdência, conforme informou Edson Bovo.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 23 de Abril de 2005

Câmara aprova lei que devolve contribuições previdenciárias de aposentados da Prefeitura.

A Emenda Constitucional nº 41, de 14 de dezembro de 2003, elevou o teto mínimo de contribuição previdenciária do funcionalismo de 8% para 11%, e isentou de contribuição os aposentados e pensionistas do serviço público que recebem aposentadorias até o teto de R\$2.508,72, categoria em que se enquadram todos os 213 aposentados e pensionistas da Prefeitura Municipal de Vargem. No caso de aposentados que recebam benefícios além do limite de isenção, a contribuição de 11% é cobrada apenas sobre o valor excedente. Para regulamentar o novo percentual de contribuição o Prefeito Celso Ribeiro enviou a Câmara o projeto de lei 09/05. Contudo, esta proposta não incorporou a devolução de valores aos

aposentados que já estavam isentos de contribuição desde janeiro de 2004 e que continuavam contribuindo este ano. Os vereadores Serginho da Farmácia e Pedro Lemos Ranzani já tinham requerido à Prefeitura um estudo para que junto à questão do novo percentual dos funcionários ativos, também se devolvesse a contribuição dos aposentados entre janeiro de 2004 até o momento. O projeto ficou retido para estudos na Câmara, em dois prazos regimentais, o último prazo solicitado pelo vereador Geraldo Ramazotti, que também pediu uma reunião dos vereadores com o presidente do Fupreben, Edson Bovo, para se discutir a devolução das contribuições dos aposentados. Na reunião, de 11 de abril, ficou acertada a devolução aos aposentados em 10 parcelas. Com base nestes entendimentos, os nove vereadores apresentaram um substitutivo ao projeto de lei 09/05, que matem a proposta inicial do prefeito de aumentar para 11% a contribuição patronal e do funcionalismo da ativa, e que define a devolução dos descontos previdenciários dos últimos 15 meses dos aposentados e pensionistas nas 10 parcelas previamente acertadas. O substitutivo foi aprovado em plenário por todos os vereadores e a devolução começa em 90 dias a partir da promulgação da lei, através de holleriths dos aposentados e pensionistas da Prefeitura e Câmara. Conforme o presidente do Fupreben, Edson Bovo, já na próxima folha de pagamento dos aposentados não haverá mais o desconto de suas contribuições. O projeto substitutivo dos vereadores prevê ainda que os balancetes e demonstrativos do Fundo de Previdência e Benefícios – Fupreben devem ser assinados obrigatoriamente pelo contador geral do município e pelo presidente do Conselho de Administração do Fundo, devendo ser publicados mensalmente no jornal Oficial do Município e afixados na Prefeitura e Câmara Municipal.

Aposentados foram à Câmara.

Um grupo de cerca de 10 aposentados da Prefeitura acompanhou a sessão legislativa. A maioria queria saber o quanto deveria receber na devolução dos descontos previdenciários e de que forma estes valores seriam devolvidos. Também comentaram que serão beneficiados com a devolução destes valores e com a isenção de contribuírem ao Fupreben em vista a maior parte deles serem aposentados de cargos das menores faixas salariais da Prefeitura. Entre eles, o Sr. Benedito Alves informou que recebe uma aposentadoria de cerca de R\$400,00 e gasta a metade em remédios e outra parte no pagamento de um empréstimo. Para ele não ter que contribuir mais o Fupreben e ter devolvidos os descontos referentes aos últimos 15 meses vai ajudar um pouco e aliviar sua carga de despesas.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 30 de Abril de 2005

Prefeitura emprega cerca de mil trabalhadores.



A Prefeitura é hoje a maior empregadora individual do município com cerca de 750 funcionários efetivos e 220 aposentados, além dos funcionários contratados, conforme informações do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais -SSPM, Manoel Garcia Martim. Há cerca de cinco anos à frente do Sindicato, Manoel acredita que o poder aquisitivo do trabalhador de forma geral está perdendo força devido ao custo de vida que é alterado continuamente. Ele destacou que no caso do servidor municipal, O maior problema está no orçamento do município que, segundo ele, gira em torno de R\$ 22 milhões, e a Prefeitura tem que respeitar o índice de 54%

desse valor para gastar com o pagamento dos funcionários. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que prejudica na questão dos salários como também nos demais procedimentos administrativos. Segundo o presidente do SSPM, o teto básico mínimo do salário na Prefeitura hoje é de R\$290,01 e o máximo de R\$1.431,09, sem contar os adicionais e as vantagens previstas em lei. Ele destacou que apesar das dificuldades, a situação dos

servidores melhorou de 1999 para cá. Na época, quando os salários chegaram a atrasar quatro meses e o Sindicato ganhou ação na Justiça para que os salários fossem pagos em dia, o que vem sendo cumprido desde então. Outra conquista do Sindicato foi a reforma do Plano de Carreiras, embora ele admita que alguns casos ainda precisam ser revistos.

Convênios com o comércio movimentaram cerca de R\$1,5 milhão no município.

O servidor público municipal conta com benefícios como o plano de saúde, o principal na opinião do sindicalista, e o convênio junto ao comércio local, que inclui farmácias, lojas de roupas e calçados, e armarinhos. Segundo Manoel, os servidores que integram os convênios do Sindicato e da Prefeitura movimentaram aproximadamente R\$ 1,5 milhão no comércio vargengrandense durante o ano de 2004, conforme estatísticas do órgão referente ao consumo de 60% dos conveniados. Manoel também ressaltou que hoje há negociação e diálogo com a atual administração e que a atualização dos salários dos servidores municipais em relação ao aumento do salário mínimo, em maio, já está em estudo. Manoel adiantou também que há estudos para a criação de uma cooperativa de crédito dos servidores municipais junto ao Banco Central que viabilizaria pequenos financiamentos para diversos fins. O Programa de Desenvolvimento Habitacional Urbano para aquisição de terreno e construção de mora dia para os servidores municipais que não possuem residência própria é outra luta que está sendo encabeçada pelo Sindicato que também pretende implantar, ainda este ano, o CrédCompras, um cartão de crédito para todos os servidores. Para finalizar, Manoel informou que hoje o Sindicato possui um site onde informa ações e projetos do órgão, e onde os servidores podem verificar seu extrato junto aos convênios. O site do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais é: <http://www.sspm.com.br>

Tribuna Vargem Grande do Sul 04 de Junho de 2005

Servidores municipais questionam o piso salarial em relação ao mínimo de R\$300,00

No início desta semana, quando receberam seus holleriths referentes ao mês de maio, os servidores municipais que recebem o piso salarial da Prefeitura (R\$ 290,01), constataram que o piso não foi reajustado para o salário mínimo vigente (R\$ 300,00) e questionam esta situação. São cerca de 17 servidores, incluídos na base da tabela salarial da Prefeitura, nas referências 1 e 2. A Tribuna contactou o dirigente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SSPM, Manoel Garcia Martin, na quarta-feira, que informou que já solicitara à diretoria da Administração da Prefeitura o ajuste da tabela salarial, e que aguardava a resposta daquele setor. Por sua vez, o diretor municipal de Administração, Edson Bovo, informou ter recebido o pedido do Sindicato, e solicitara um parecer do Departamento Jurídico da Prefeitura sobre a questão. Na sexta-feira, o diretor Edson Bovo informou ao jornal que, de acordo com o parecer jurídico, a remuneração-base dos servidores, (que ganham o piso salarial), acrescida do abono de R\$50,00 e eventuais vantagens por tempo de serviço, ultrapassam o valor do salário mínimo. Ele ainda acrescentou que o Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei 1662/92), define como "remuneração" os vencimentos, dos servidores, a qual é composta do salário-base, mais vantagens,

Defasagem

O presidente do Sindicato dos Servidores, Manoel Garcia Martin, avaliou que seria necessário um reajuste de 3,5% sobre o piso salarial dos servidores para que se atingisse o novo salário mínimo de R\$ 300,00. E destacou que vem aumentando a defasagem na relação entre o piso salarial da Prefeitura e o mínimo vigente no país. –“O Plano de Carreira tem que ser revisto. Em maio de 2000 o piso salarial de carreira na Prefeitura era R\$ 248,17 em relação ao salário mínimo, na época, de R\$ 151,00. Hoje o mínimo está em R\$ 300,00 e o piso dos servidores em R\$290,01. O Sindicato entende que o custo de vida subiu muito, como também que o orçamento do município é muito pequeno (R\$26,1 milhões) e que a folha de pagamento consumirá este ano 1 cerca de R\$ 11 milhões do orçamento”. Para o dirigente sindical, é preciso implantar a reforma administrativa que o Sindicato vem reivindicando há tempos, e promover melhor ajustamento dos servidores públicos às suas funções, com benefícios à parte salarial e ao próprio orçamento do município. Manoel Garcia Martin também defende a contratação pela CLT aos aprovados em processo seletivo para funções temporárias.

Tribuna Vargem Grande do Sull, 11 de Junho de 2005

Câmara discute o piso salarial do funcionalismo municipal.

Na sessão legislativa de 6 de junho; o vereador José Reinaldo Martins referiu-se à reportagem da última edição deste jornal sobre o piso salarial da Prefeitura não ter atingido o salário mínimo de R\$ 300,00. O vereador reproduziu o teor do parecer do Jurídico da Prefeitura que informou, na reportagem, que o piso de R\$ 290,01, mais abono e vantagens por tempo de serviço, ultrapassam o mínimo de R\$300,00. Segundo os dados apurados são 17 servidores ganhando o piso de R\$290,01 (referência salarial 1) e mais oito servidores com o piso em R\$298,00 (referência 2). Pelos dados do vereador, nos últimos cinco anos o governo federal reajustou o salário mínimo em 98,57%, enquanto que, no mesmo período, o piso salarial da Prefeitura subiu apenas 16%. “A diferença é de R\$97,00 e o correto e justo é que o piso da Prefeitura fosse R\$387,18”. O vereador solicitou que o assessor jurídico da Camará também emitisse parecer sobre a questão para que o tema volte a ser discutido na próxima sessão. Para José Reinaldo o fato do funcionalismo ganhar menos que o salário mínimo depõe contra a Prefeitura e o município. O presidente do Legislativo, vereador Celso Itaroti, informou que o jurídico da Câmara vai acompanhar de perto a questão, destacando que ninguém pode ganhar menos que o mínimo vigente no país e questionou as declarações da Prefeitura, na reportagem da Tribuna, sobre a composição do piso do servidor. Ainda na sessão o vereador José Reinaldo apresentou indicação para que a Prefeitura faça a reforma administrativa, visando “o aproveitamento de cada servidor, no sentido de adequar, através do Plano de Carreira, uma melhor remuneração, principalmente àqueles que foram prejudicados no Plano em 2000”.

Pisos salariais de outras cidades ultrapassam o de Vargem.

O vereador Marco Antônio Goulart apresentou dados sobre pisos salariais de prefeituras da Região: em Itobi o piso dos servidores é de R\$ 300,00, mais abono de R\$100,00; Aguai paga R\$ 343,00; Pinhal R\$378,00 e São João da Boa Vista R\$385,00. Para o vereador, para se alcançar o salário mínimo a Prefeitura teria que reajustar em 3,5%, mas o impasse é que o aumento não pode ser diferenciado, tem que atingir todos os servidores. Marco Antônio falou de uma eventual alternativa da Prefeitura em passar os servidores da referência 1 para a referência 3 (R\$ 307,00), o que seria incorreto, pois as referências são dadas após tempo de serviço e avaliação de méritos. Também considera incorreto somar o abono atual de R\$ 50,00 ao piso, para se, atingir o salário mínimo, visto que abono não é incorporável a salários. O vereador destacou que o prefeito fala que não há dinheiro para nenhum tipo de aumento mas que mantém 52 cargos de confiança (48 ocupados), com 10 diretores ganhando acima de R\$ 1.400,00; 12 co

ordenadores e 11 assessores nível I, com salários acima de R\$ 1.000,00; mais quatro assessores de nível II ganhando cerca de R\$ 600,00 e quatro assessores de nível III com salários em cerca de R\$ 500,00. O vereador sugeriu que, de acordo com a Lei da Responsabilidade LRF, a Prefeitura poderia reduzir em 20% as despesas com cargos de confiança, que considera necessários mas passíveis de se rever valores – para reverter este corte em aumento de 3,5% aos servidores. Ainda conforme a LRF, a segunda medida seria exonerar servidores não estáveis. "Esperamos uma solução legal que resolva este impasse na Prefeitura", concluiu o vereador.

Principais ofícios do Sindicato encaminhados para a Prefeita Municipal Presidente da Câmara Municipal, e outras autoridades ano de 2.005.

Ofício nº 000/2.005

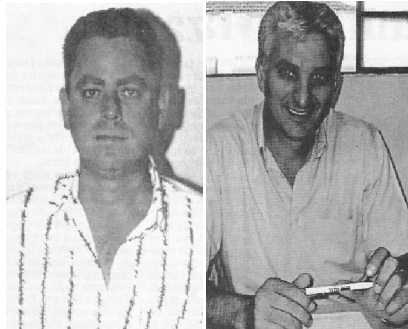
Ofício nº 000/2.005

Ofício nº 000/2.005

Destaques da gestão de Manoel Garcia Martim, de acordo com publicação nos jornais de Vargem Grande do Sul, ano 2.006:

Gazeta Vargem Grande do Sul, 04 de Fevereiro de 2006

Funcionários da Prefeitura reclamam retirada de abono de R\$ 50,00.



O não pagamento este mês do abono de R\$ 50,00 que os funcionários da Prefeitura vinham recebendo desde 2005, aumentou o nível da reclamação dos funcionários quanto a questão salarial. Segundo o diretor financeiro da Prefeitura, Amarildo Duzi Moraes, o prefeito estaria aguardando a manifestação da Câmara com relação aos vetos feitos pelo Executivo às emendas dos vereadores no Orçamento deste ano, que propõem cesta básica à todos os funcionários e o pagamento de 100% de ajuda de custo no transporte dos alunos que estudam

em outros municípios. As emendas, no parecer da Prefeitura, são ilegais e se aprovadas, teriam forte impacto no Orçamento. Como o veto do prefeito ainda não foi votando pelos vereadores, o Orçamento de 2006 está "tecnicamente comprometido", segundo o diretor Amarildo. Mesmo assim, de acordo com este último, o prefeito Celso Ribeiro e o setor financeiro estão fazendo diversos levantamentos para ver o impacto nas contas de um possível aumento que pode ser dado aos funcionários e também a possibilidade de dar um abono. "Estamos vendo dentro das possibilidades da Prefeitura, o que é mais vantajoso para o funcionalismo" disse Amarildo. O SSPM - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais é o desaguadouro das reclamações salariais dos funcionários e para amenizar a questão, o presidente do Sindicato, Manoel Garcia Martin, disse em entrevista ao jornal que está reivindicando junto à Prefeitura a incorporação de um abono de R\$ 70,00 aos vencimentos dos funcionários públicos. De acordo com o presidente, o abono anual de R\$ 50,00 expirou em 31 de dezembro de 2005 e, no dia 4 de janeiro deste ano, o sindicato enviou e protocolou um ofício na Prefeitura solicitando novamente um abono incorporado no salário do servidor no valor de R\$ 70,00 aos

vencimentos. Além disso, foi pedido um repasse da inflação no período de 2005, a título de revisão anual dos vencimentos. "Tal reivindicação se faz necessária devido ao não acompanhamento, por parte da administração, com relação aos ajustes concedidos pelo Governo Federal referentes ao salário mínimo de março de 200, até a presente data" consta no ofício. Para o presidente do sindicato, é fundamental que este valor de R\$ 70,00 seja incorporado aos vencimentos. Ele comenta que o salário dos funcionários públicos sofreu uma defasagem muito grande. "Houve uma perda salarial de aproximadamente R\$ 150,00 a R\$ 300,00 com relação a março de 2000". Manoel explica que o artigo 44 da lei nº 1.662/92, estipula que o vencimento do servidor público não pode ser inferior ao salário mínimo. "A Prefeitura necessita fazer um estudo urgente para saber o que poderá ser feito com relação a esta defasagem do vencimento dos servidores, analisando também as condições financeiras e orçamentárias atuais. Atualmente a situação do funcionário público é precária. Já está na hora da Administração olhar para o servidor" afi

Outras reivindicações do sindicato.

No ofício do Sindicato dos servidores Públicos Municipais também há outras reivindicações para a Prefeitura. No documento o sindicato citava sobre a possibilidade do fornecimento de auxílio-alimentação, além da elaboração do Plano de Carreiras do Servidor Público e do Plano de Carreira, Vencimentos e Salários dos Integrantes do quadro do Magistério. Além disso, também reivindica uma Estrutura Administrativa (Transformando de Diretorias para Secretarias) e um Regime Jurídico Único Estatutário. Também é pedida uma Avaliação de Desempenho e a criação de uma Cooperativa de Crédito e Alimentos para os Servidores Públicos. Outro ponto citado é a criação de uma conta-salário junto da Caixa Econômica Estadual para os servidores que não utilizam serviços da agência pois, segundo o sindicato, as reclamações são constantes devido à taxa de manutenção cobrada dos servidores, cujo processo, já se encontra protocolado na Prefeitura.

Gazeta Vargem Grande do Sul, 25 de Fevereiro de 2006

Servidores Públicos têm aumento de 5% e abono de R\$ 50,00

Funcionários já receberam na sexta-feira com o novo salário. Presidente do Sindicato fala que mesmo com aumento. Vários funcionários não vão atingir o mínimo exigido por lei.

Com unanimidade dos votos dos vereadores, foi aprovado na Câmara Municipal o projeto de lei que concede aos servidores públicos municipais, o aumento salarial de 3% na folha de pagamento do mês de março 2006; mais 1% na folha de junho de 2006 e mais 1% na folha, de setembro; totalizando 5%. De acordo com a justificativa enviada no projeto de lei pelo prefeito Celso Ribeiro, o aumento de forma fracionada corresponde à realidade orçamentária vigente e às disponibilidades financeiras atuais. Também foi enviado pelo prefeito à Câmara, o projeto de lei que vai conceder aos servidores públicos municipais, um abono de R\$ 50,00 que será pago de fevereiro a dezembro de 2006.

Presidente do Sindicato questiona aumento.

A concessão do abono e o aumento salarial foram também **reivindicações do presidente do Sindicato dos Servidores** Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin. Em entrevista ao jornal, porém, Manoel disse que cerca de 100 funcionários que ganham menos que o mínimo exigido por lei, não estão contentes com o aumento dado... Segundo o presidente, o aumento não estaria correto, pois o vencimento dos servidores nunca pode ser inferior ao mínimo. O piso atual da Prefeitura é de R\$ 290,00, sem considerar os abonos e já é inferior ao mínimo que é de R\$ 300,00. Com o aumento dado, piso da Prefeitura vai para R\$ 298,00, que somado ao abono vai para R\$ 348,00, ficando em abril aquém, do mínimo que será de R\$ 350,00. O presidente disse que o correto seria incorporar um abono de R\$ 60,00 aos vencimentos de todos os servidores,

fazendo isso, a Prefeitura estaria dentro da lei com o piso salarial em torno de R\$ 350,00 como prevê a legislação.

Beneficiando quem mais necessita.

Segundo a Assessoria de Comunicação da Prefeitura, sobre o abono, conforme explicado no projeto de lei, não incidirá desconto de qualquer natureza. O benefício visa ainda, dar um maior auxílio aos servidores que tem menores vencimentos. Um abono de R\$50,00, representa 17% de aumento para os servidores que tem menor piso salarial, enquanto para o maior salário, representa apenas 3%. Somado ao aumento dado que chegará a 5%, os funcionários de menor piso salarial terão um aumento real de 22%, maior que as previsões do índice de inflação para o ano, uma vez que os índices inflacionários, de acordo com o INPC (IBGE), foram 5,04% em 2005.

Abonos:

Explica a Assessoria de Comunicação que a administração, apesar das dificuldades vem tentando melhorar as condições salariais dos servidores públicos, através de aumentos dentro da legalidade e das possibilidades orçamentárias do município e concedendo abonos salariais. Em março de 2003 foi concedido 5% de aumento; em fevereiro de 2004, 6%; em fevereiro de 2005, 5% e agora em 2006 irá totalizar mais 5%. "A Prefeitura tem que obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal, e Vargem Grande do Sul já está no limite permitido pela L.D.O. e C.F.", segundo a Assessoria. A administração vem também concedendo abonos para beneficiar os servidores que tem os vencimentos menores. De 2001 a 2004, foram R\$920,00 em abonos para cada funcionário. De fevereiro a dezembro de 2005, cada funcionário teve ainda um abono de R\$50,00 todo mês e em dezembro, de R\$100,00. Agora com a lei que foi aprovada, a administração estará repassando aos servidores R\$50,00 de abono mensal até dezembro de 2006.

Benefícios:

A Assessoria de Comunicação também informou que os servidores públicos municipais, em comparação com a rede privada tem outros benefícios que a administração também cumpre à risca. Nos primeiros cinco anos de casa, o funcionário recebe o que se chama de quinquênio, o que lhe dá direito a um aumento de 5% no salário. Ao completar os 5 anos sem faltas injustificadas, o funcionário tem direito a receber a remuneração bruta sem descontos. Depois do quinquênio, a cada ano o funcionário recebe 1% de aumento, denominado anuênio, também independente de projeto de lei. A grande maioria dos funcionários tem mais de 5 anos de casa e conseqüentemente todo ano recebem 1% de aumento automaticamente.

Pagamentos em dia e adiantados:

Em muitas outras cidades da região, o funcionalismo público sofre com o atraso de salários, o não pagamento do 13º e a falta de aumentos. Apesar do município de Vargem Grande do Sul ter um dos menores orçamentos per capita da região, a administração municipal, desde 2001, não atrasou sequer um dia o pagamento aos funcionários públicos municipais; ao contrário, em alguns casos o pagamento foi feito adiantado. Neste mês por exemplo, o pagamento foi feito na sexta-feira, dia 24; quando pela lei, poderia ser pago até o 5º dia útil. Este adiantamento que foi feito em vários casos, visa beneficiar os funcionários para que tenham recursos para dias de festa, como no caso do Carnaval, também informou a Assessoria de Comunicação da Prefeitura.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 25 de Fevereiro de 2006

Câmara derruba veto do Prefeito à cesta básica do funcionalismo.

Embora seja expressivo o pacote de benefícios ao funcionalismo que o prefeito enviou à Câmara, a cesta básica de alimentos aos servidores, proposta pela Câmara, foi vetada pelo prefeito no orçamento deste ano. Outro veto do Executivo, também em emenda orçamentária da Câmara, recaiu sobre o auxílio de 100% no transporte de alunos de Vargem que estudam em faculdades da região. (Hoje a Prefeitura paga 40% das despesas deste transporte). O prefeito vetou duas emendas alegando inconstitucionalidade pois tanto o benefício da cesta básica como o do auxílio transporte teriam que estar previamente programados no Plano Plurianual da Administração (PPA) e na lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), leis que antecedem o orçamento de cada ano. Segundo parecer do CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima, além de constar no PPA e na LDO, os benefícios em questão teriam que ser previamente criados por projeto de lei, de iniciativa do prefeito, a ser aprovado na Câmara. Na falta desses requisitos, o prefeito vetou as emendas da Câmara.

Câmara derrubou os vetos

Na sessão ordinária de segunda-feira, 20 a Comissão de Justiça e Redação (CJR) da Câmara deu parecer pela derrubada dos vetos do prefeito à cesta básica ao funcionalismo e ao auxílio transporte dos estudantes. A CJR transcreveu ofício do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais que destaca a necessidade da Prefeitura dar auxílio-alimentação aos servidores, em vista à Administração Municipal não vir acompanhando os reajustes do salário mínimo fixados pelo Governo Federal desde março de 2000. A CJR também destaca que, a qualquer momento, o prefeito pode criar, por lei, a cesta básica e alterar o Plano Plurianual e a Lei das Diretrizes Orçamentárias para introduzir este benefício. O assessor jurídico da Câmara também deu parecer aos vetos do prefeito, destacando que o auxílio-transporte já era previsto em lei, e que a emenda só aumentaria o valor deste subsídio. Quanto à cesta básica – “não é matéria única e exclusivamente ligada ao orçamento de um município, mas acima de tudo, é matéria ligada a princípios constitucionais”. Em ambos os casos, o jurídico da Câmara salientou que os recursos para prover os dois benefícios foram indicados pelos vereadores no orçamento deste ano. Colocados em votação os vetos do prefeito Celso Ribeiro à cesta básica e ao auxílio-transporte foram rejeitados por cinco votos a quatro, em votação secreta. A matéria foi para Executivo, que tinha o prazo de 48 horas para promulgar a decisão da Câmara, prazo que terminou na manhã de quinta-feira. O prefeito não promulgou a decisão da Câmara e a iniciativa coube ao presidente da Câmara, vereador Celso Itaroti, que fez a promulgação das emendas ainda na quinta-feira, 23, conforme publicação na página 3 desta edição. O prefeito pode recorrer da rejeição de seus vetos junto à Justiça.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 25 de Fevereiro de 2006

Prefeitura aliena 69 terrenos municipais para servidores que não possuem casa própria.

No início do ano legislativo, o prefeito enviou à Câmara um pacote de benefícios ao funcionalismo municipal. Em cinco projetos de lei, todos aprovados por unanimidade no dia 20, o prefeito concede um abono de R\$ 50,00 aos servidores, reajuste anual de 5%, convênio com a Unifeob para descontos de 30% nas mensalidades dos servidores municipais (e dependentes / matriculados naquela instituição; e ainda aliena 69 terrenos da Prefeitura para servidores que não tem casa própria, seguido de projeto de lei que propicia financiamento da Caixa Federal para material de construção destas moradias. Os lotes da Prefeitura, com cerca de 250m2 cada unidade, custarão cada um R\$500,00 em 50 parcelas fixas de R\$ 10,00 que serão descontadas diretamente do salário dos servidores. Em outro projeto, a Prefeitura firma parceria com a Caixa Econômica para viabilizar o financiamento de material de construção. Poderão habilitar-se aos

terrenos da Prefeitura os funcionários estáveis (concursados), casados ou em união estável de no mínimo dois anos, e cuja renda (somada à do conjugue) não ultrapasse três salários mínimos. Também são requisitos que o servidor more em Vargem e não possua casa própria. Os inscritos aos lotes da Prefeitura serão selecionados seguindo estes critérios, por uma comissão formada por quatro representantes da Prefeitura e um do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. As casas serão construídas em regime de mutirão, com projetos fornecidos pela Prefeitura, que também vai supervisionar, fiscalizar e assessorar as obras. A área dos terrenos para os servidores municipais é vizinha à região das casas populares do CDHU. O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin informou que as casas para os servidores é uma reivindicação antiga do Sindicato, que vem desde 2001, e que conquistou com a atenção especial do prefeito Celso Ribeiro. E acrescentou que o Sindicato tem pelo menos 200 servidores interessados nos lotes da Prefeitura e na construção de suas casas próprias.

Abono e reajuste.

No pacote de benefícios ao funcionalismo, um dos projetos de lei estabelece um abono mensal de R\$50,00 a ser pago entre fevereiro a dezembro deste ano. Outro projeto fixa um reajuste anual aos servidores de 5% a ser pago da seguinte forma: 3% no salário de março, 1% no salário de junho e 1% em setembro. O reajuste aprovado na Câmara difere da proposta do Sindicato encaminhada ao prefeito e também aos vereadores. Segundo Manoel Garcia Martin, a prioridade do Sindicato agora é acertar o piso salarial do servidor, hoje de R\$ 290,00, abaixo do salário mínimo vigente. Para isso, o Sindicato propôs ao Executivo que incorporasse o valor de R\$60,00 aos salários dos servidores, o que elevaria o piso atual de R\$290,00 para o salário mínimo em abril (R\$350,00). Após a incorporação, a proposta do Sindicato era a de reajustar os salários em no mínimo 3%. O abono pago pela Prefeitura nos últimos anos não é incorporado ao salário e não conta para cálculo de reajustes anuais ou descontos de encargos sociais.“O vencimento do servidor, de acordo com a lei, não pode ser inferior ao salário mínimo. E não pode confundir salário-base com total da remuneração onde entram os acréscimos de anuênios e quinquênios e outras vantagens adquiridas”. disse Manoel. Para ele, da forma como o prefeito deu reajuste equipara-se o piso da Prefeitura ao mínimo vigente (R\$300,00) até março. Mas em abril haverá nova defasagem, e o piso ficará abaixo do novo mínimo.Segundo Manuel, a proposta de incorporar R\$60,00 ao salário dos servidores seria a mais correta para ajustar o piso do funcionalismo e foi elaborada de acordo com a realidade orçamentária do município.

Descontos na Unifeob

Outro projeto de lei do prefeito Celso Ribeiro estabelece convênio da Prefeitura com a Unifeob, de forma que os servidores municipais e seus dependentes, que estudem na Unifeob, terão um desconto de 15% nas mensalidades. Além deste percentual, um outro desconto de 15% é possibilitado no pagamento pontual das mensalidades. Pelo projeto de lei, no total os servidores terão desconto de 30%, visto que a Prefeitura irá pagar pontual e diretamente as mensalidades dos seus funcionários à Unifeob, com posterior desconto no salário dos servidores deste segmento, já beneficiários do auxílio de 40% da Prefeitura no transporte de estudantes que cursam faculdades na região.

As duas primeira referencias salariais da Prefeitura estão abaixo do salário mínimo

Ref.	Ref.Sal. 2.345/2000 Lei 2345/2000	Nº Serv.	Ano	Ref.	Mês Fev.
01	290,01	17	2.006	01	290,01
02	298,71	08	2.006	02	298,71

03	307,65	27	2.006	03	307,65
04	316,90	50	2.006	04	316,90
05	326,40	17	2.006	05	326,40
06	336,19	18	2.006	06	336,19
07	346,27	57	2.006	07	346,27
08	356,65	27	2.006	08	356,65
09	367,38	48	2.006	09	367,38
10	378,39	54	2.006	10	378,39

A tabela acima indica o salário-base das 10 primeiras referencias do funcionalismo (são 69 ao todo). Conforme a tabela, fornecida pelo Sindicato, há 25 funcionários, nas referencias 1 e 2, ganhando o piso salarial abaixo do salário mínimo vigente de R\$ 300,00. A destacar que o salário base não incorpora as vantagens como anuênios e quinquênios.

Tribuna Vargem Grande do Sul, 06 de Maio de 2006

Piso salarial da Prefeitura está abaixo do salário-mínimo.

Em 26 de abril, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais enviou ofício ao prefeito Celso Ribeiro solicitando providências para 182 funcionários públicos municipais, das referências 1 a 6, que estão recebendo, seus salários-base abaixo do salário mínimo constitucional de R\$ 350,00. O Sindicato alertou que a Prefeitura está descumprindo a Lei 1662/92 (artigo 44) que prevê a fixação do piso salarial da Prefeitura em conformidade com o salário mínimo federal. O ofício cita os artigos 7º e 39 da Constituição Federal, que também estão sendo violados no caso dos funcionários municipais com base salarial abaixo do mínimo. O documento enviado ao prefeito relaciona os 182 funcionários (entre eles trabalhadores braçais, ajudantes gerais, serventes, merendeiras, entre outros) com pisos salariais abaixo do mínimo e sugere alterações na lei 2345/2000 (Lei do Plano de Carreira), entre elas, a incorporação de R\$ 55,00 a todas as referências salariais, de forma que o piso salarial hoje, de R\$ 298,71, alcance R\$ 353,71, condizente com o mínimo federal.

Reajuste e Abono

Em 2005 as duas primeiras referências salariais da Prefeitura, com 25 funcionários ao todo, não alcançaram o mínimo vigente na época (R\$ 300,00). Na referência 1 o piso era de R\$ 290,01. e na referência 2, o salário-base chegava a R\$ 298,71. Visando acertar estas distorções, no início deste ano o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais propôs ao prefeito incorporar R\$ 60,00 ao salário de todos os servidores e, com isso, ajustar o piso salarial de R\$ 290,01 ao salário mínimo de R\$ 350,00 vigente a partir de abril deste ano. A proposta também previa o reajuste anual dos salários após a incorporação dos R\$60,00. A proposta do Sindicato não foi aceita pela Prefeitura que, em fevereiro deste ano, enviou projeto de lei à Câmara propondo um abono de R\$ 50,00 (não incorporável ao salário), e um reajuste escalonado de 5%, com 3% já pagos nos salários de março; 1 % a ser pago em junho e 1% em setembro. Esta proposta foi aprovada na Câmara e, na época, o Sindicato alertou que mesmo com 3% de reajuste em março, já no mês de abril, (com o novo mínimo de R\$ 350,00) mais servidores teriam seus salários-base abaixo do mínimo federal. Assim, dos 25 servidores que ganhavam menos que o mínimo de R\$ 300,00 em fevereiro, agora são 182 que ganham menos que o mínimo vigente de R\$350,00. Com o reajuste de 3% em março, o piso salarial de referência 1 da Prefeitura foi para R\$298,01 e segue até o piso da referência 6, hoje em R\$346,28, abrangendo os 182 servidores destas referências, com salários-base abaixo do mínimo federal. Esta situação, segundo o

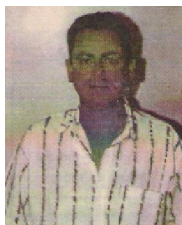
dirigente do Sindicato, vem provocando seguidas reclamações destes servidores junto ao Sindicato. Segundo o dirigente, a Prefeitura vem alegando que o valor do salário-base (os pisos), com o abono mensal de R\$50,00 somaria uma remuneração acima do novo salário mínimo. “Porém, não se pode confundir o salário-base do funcionário, com o total da sua remuneração, onde não se pode somar o abono, que não é incorporável ao salário”, disse o dirigente. Na soma da remuneração dos servidores entram também vantagens como anuênios, quinquênios e outros adicionais, mas no caso dos funcionários admitidos há pouco tempo não há estas vantagens. O dirigente do Sindicato informa que está aguardando a resposta da Prefeitura e as providências necessárias à adequação dos pisos salariais das referências iniciais da Prefeitura ao novo mínimo. “Há muita reclamação, pois isto prejudica o poder aquisitivo dos funcionários das primeiras faixas de salários e que contribuem, como os demais, com 11% para a previdência (Fupreben) e 4% para o convênio-saúde”, disse o dirigente.

Cesta Básica

O Sindicato também solicitou à Prefeitura que se manifeste sobre o cumprimento de decisão judicial, que ordenou à Prefeitura a conceder cestas básicas para funcionários até a referência 9, no período compreendido de maio a dezembro de 1999. Na época, a Prefeitura (gestão Denira Rossi) instituiu o benefício e chegou a licitar a compra de cestas, mas não as entregou efetivamente aos funcionários. O Sindicato foi a Justiça e ganhou a causa em primeira instância. A Prefeitura recorreu da decisão, na gestão do atual prefeito, e teve o recurso negado no Tribunal de Justiça.

Gazeta Vargem Grande do Sul, 13 de Maio de 2006

Sindicato dos Servidores pode entrar na Justiça contra Prefeitura.



O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Grande do Sul reclamou através de ofício no final de abril que o piso salarial da Prefeitura está abaixo do salário mínimo, o que é inconstitucional. O órgão de classe alega que 182 servidores ganham hoje entre 298,71 e 346,28 reais, menos que o salário mínimo fixado no país, de 350 reais. O presidente da entidade, Manoel Garcia Martin, afirma que a defasagem vêm gerando uma série de reclamações dos servidores.

De acordo com o Sindicato, os valores estão em desacordo com a Constituição Federal na Lei 1.692/92 de 4 de novembro 1992, que fixa direitos e vantagens do servidor público municipal, considerando que o mínimo em vigor é maior que o piso estabelecido pela tabela de 1 a 6 da Prefeitura. A lei 1662/ 92 reza que os vencimentos dos funcionários públicos não podem ser inferiores a um salário mínimo, reajustado periodicamente de modo a preservar o poder aquisitivo dos servidores. Por isso, o Sindicato solicita ao prefeito a incorporação de 55 reais ao salário dos servidores, alterando o piso para 353,71, em conformidade com a lei.

Abono.

A Prefeitura alega, segundo Manoel, que, com o acréscimo do abono mensal de 50 reais, concedido este ano, o valor total do salário destes funcionários chega ao mínimo. Mas o presidente do Sindicato difere valor da remuneração total do piso salarial, que deveria por si só completar o montante do salário mínimo, independentemente de abonos e outros benefícios. No documento enviado ao prefeito, Manoel alega que "remuneração é o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei, como por exemplo o abono de R\$ 50 aprovado pela Lei". Ele ainda discrimina os funcionários e seus respectivos salários e pede providências da Prefeitura. Mas Manoel alega que o prazo

para que o poder municipal se manifeste é até o final deste mês, caso contrário o órgão de classe irá recorrer a medidas judiciais.

Tentativas

A Prefeitura de Vargem Grande do Sul e Sindicato estão em desacordo quanto ao piso salarial desde o início do ano, quando o órgão de classe propôs incorporação de 60 reais ao mínimo dos servidores e reajuste anual dos salários. A Prefeitura não aceitou e deu a contra-proposta de conceder abono de 50 reais e reajuste de 5% pago em três meses, 3% já em março, e o restante em junho e setembro. Embora aprovada na Câmara Municipal, a proposta já apontava para problemas na época do reajuste, em abril. Se antes eram 20 funcionários ganhando menos que o mínimo, com reajuste, o número saltou para 182. Em entrevista à Gazeta, o diretor jurídico da Prefeitura Mácio Mengali afirmou que no entender do Executivo, a remuneração dos servidores é o salário base mais as demais gratificações adicionais ao salário, o que daria mais que o salário mínimo exigido por lei, estando portanto a Prefeitura cumprindo a lei quando paga aos servidores que menos ganham, além do salário base, mais o abono de R\$50,00.

Gazeta Vargem Grande do Sul, 08 de Julho de 2006

Indignação. E agora, como fica o servidor público, vai aumentar a contribuição no plano de saúde para nós servidores?

Como presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, venho a público manifestar minha indignação na questão do equilíbrio das contas do FUPREBEN – Fundo de Previdência e Benefício dos Servidores Públicos Municipais. O assunto foi tratado recentemente num projeto de lei encaminhado pelo executivo à Câmara Municipal, e posso afirmar que a situação é GRAVE. Há muito tempo estamos conversando com o chefe do executivo e demais membros de sua equipe para encontrarmos soluções para este grave problema de falta de equilíbrio no FUPREBEN. Um passo decisivo neste sentido foi dado no final do ano passado com o parcelamento da dívida de administrações anteriores, diminuindo sensivelmente o déficit que existia. Objetivando sanar este déficit realizei diversas reuniões de estudos com diretores da Prefeitura Municipal e com equipes de trabalho, para encontrarmos meios de regularizar o FUPREBEN, que é do maior interesse de todos os servidores públicos municipais. Cabe esclarecer que desde a criação do Fundo de Previdência – FUPREBEN – AP (Aposentadoria), em novembro de 1992 e do Fundo de Saúde / Convênio Unimed – SA, em junho de 1994, existem respectivamente o Conselho de Administração do FUPREBEN (AP) e o grupo de estudos do FUPREBEN (SA) (Saúde – Unimed); ambos compostos por funcionários de carreira de todos os setores da Prefeitura, tendo como função principal avaliar o funcionamento e o desempenho financeiro destes Fundos, o que é feito em reuniões periódicas. De acordo com a Lei Federal 9.717 e demais normas pertinentes à matéria, é obrigatória a realização de avaliação atuarial anualmente. Este trabalho consiste em calcular e avaliar a atual situação do FUPREBEN - AP e projetar as medidas necessárias que deverão ser tomadas de imediato para garantir o pagamento dos benefícios (aposentadorias e pensões) aos funcionários e seus familiares no futuro. Atualmente o FUPREBEN - AP tem um déficit de 2,64%. A citada Lei 9.717 prevê ainda em seu artigo 2º, que o valor da contribuição mensal paga pela Prefeitura ao FUPREBEN - SA, não pode ser mais que o dobro da contribuição paga pelos servidores. Atualmente, a Prefeitura paga 1.0% e o servidor 4%, portanto em desacordo com a Lei. Preocupado com o déficit no FUPREBEN-AP, e o desacordo das contribuições do FUPREBEN - SA, o Grupo de Estudos e o Conselho de Administração, do FUPREBEN, se reuniram e encontraram alternativas para sanar estas questões, buscando o equilíbrio atuarial das contas. Na verdade, tínhamos apenas duas alternativas, diminuir a contribuição da Prefeitura ou aumentar a contribuição dos servidores. Foi proposto ao executivo, e este encaminhou à Câmara Municipal, Projeto de lei repassando

2% da contribuição paga pela Prefeitura ao FUPREBEN – SA para o FUPREBEN AP; o que não prejudicaria o Fundo de Saúde, que passaria a receber da Prefeitura ao invés de 10%, 8% atendendo a lei federal, e ao mesmo tempo alcançaríamos o tão sonhado equilíbrio atuarial do FUPREBEN – AP. Ressalto que a atual administração desde janeiro de 2001, vem recolhendo o que é devido ao Fundo de Saúde, que tem em caixa hoje mais de R\$1.500.000,00 (Um Milhão e Quinhentos Mil Reais), sem considerarmos a dívida que a Prefeitura (administrações anteriores) tem com o fundo, e que até o último mês de junho superava 3,6 milhões de reais. Aliás, estamos negociando com a atual administração esta dívida do Fundo de Saúde, como já ocorreu com a dívida do Fundo de Previdência. Mesmo com o aumento de 2% na contribuição do FUPREBEN - AP restaria um déficit de 0,64% (o que significa em torno de R\$ 6.500 mensais), que negociei pessoalmente como Prefeito Celso Ribeiro e seus diretores e, após estudos e adequações do setor financeiro, foi autorizado pelo prefeito, ou seja, a Prefeitura passaria a arcar com este valor mensal. Como representante do funcionalismo público municipal estamos em contato permanente com a atual administração, reivindicando aumento salarial, abono, cesta básica, etc. Mas também tenho a obrigação de reconhecer os esforços da administração atual para regularizar o FUPREBEN -AP que hoje está nesta situação graças à irresponsabilidade de algumas pessoas no passado, entre elas, algumas que hoje dizem defender interesses dos servidores. Causa-me espanto e indignação a forma como o assunto foi tratado na Câmara Municipal. Após uma verdadeira novela sobre a questão, fomos até a Câmara Municipal, acompanhados por diretores da Prefeitura, para explicar os projetos, e nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos que se fizessem necessários. A própria Prefeitura respondeu por escrito a todas as indagações feitas pelos srs. vereadores. Mas de forma inexplicável, contrariando os interesses do funcionalismo, o projeto foi rejeitado por 5 votos a 4. O equilíbrio do Fundo de Previdência é a garantia que o servidor possui, no presente e no futuro, que vai receber suas aposentadorias ou pensões, sem sermos um pesado fardo para toda a população Vargengrandense. Mais estranho, ainda, é saber que dentre estes vereadores que votaram contra os interesses dos servidores, tem gente que contribuiu de forma direta no passado, colocando o Fundo de Aposentadoria nesta grave situação em que se encontra, e teve a oportunidade de redimir parte de sua responsabilidade votando a favor do projeto; no entanto mais uma vez, prejudicou os servidores que diz defender. As alegações dadas, para os votos contra o projeto, não merecem credibilidade. Como presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, minhas prioridades são os interesses do funcionalismo, mas a rejeição do projeto além de prejudicar os interesses dos servidores, vai prejudicar ainda a população vargengrandense, pois a Prefeitura não conseguiu junto à Previdência o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, necessário para assinatura de vários convênios, o que provocará a não vinda de alguns recursos e atrasos de outros. Recursos estes, que além dos benefícios da própria obra em si, criariam ainda empregos para a população. Manifesto novamente minha indignação com a forma como o assunto foi tratado por alguns membros da Câmara Municipal. **Manoel Garcia Martin - Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais**

Gazeta de Vargem Grande, 15 de Dezembro de 2006

Funcionários Públicos receberam abono. Câmara Municipal aprova abono de R\$ 100,00 para funcionários públicos

Os funcionários públicos municipais receberam nesta sexta-feira, dia 15, o abono de R\$100,00. Este foi aprovado pela Câmara Municipal durante a última sessão ordinária, realizada no dia 11, onde foi votado o projeto do prefeito Celso Ribeiro, o qual concede R\$100,00 de abono a todos os servidores do município ativos, inativos, pensionistas e contratados. A gratificação atendeu ao ofício elaborado pelo presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin que, como acontece nesta época, solicita um abono de Natal para fazer frente ao aumento das despesas que os funcionários têm no final

do ano. "O ofício foi protocolado no dia 30 de novembro pela Prefeitura e aprovado no mesmo dia pelo prefeito Celso Ribeiro", conta Manoel. Ele relatou que o Sindicato deve entregar, ainda este ano, outros projetos referentes aos salários dos funcionários públicos para 2007, que serão analisados pelo prefeito e sua equipe financeira. "Assim, o Executivo terá melhores condições de análise das propostas, além de tempo suficiente para poder planejar as reivindicações de aumento salarial dos funcionários", falou.

Funcionária da Prefeitura questiona matéria publicada sobre abono.

Uma servidora pública municipal que trabalha na rede de Saúde procurou a redação da Gazeta de Vargem Grande para questionar sobre a matéria "Funcionários devem ter abono de R\$100,00", publicado na edição do dia 2 de dezembro. Segundo ela, no trecho da matéria onde cita que "a administração vem concedendo abonos em algumas datas comemorativas como Natal, Páscoa, Carnaval, Dia dos Pais, visando aumentar o poder aquisitivo dos funcionários", alguns dados não procediam, pois não houve abono em todas as datas mencionadas. A reportagem da Gazeta de Vargem Grande procurou a Assessoria de Comunicação da Prefeitura que fez a seguinte declaração: "A Assessoria de Comunicação da Prefeitura esclarece que, quando informa que a Prefeitura vem concedendo abonos em algumas datas comemorativas como Carnaval, Páscoa, Dia dos Pais, Dia das Crianças, refere-se aos abonos que foram pagos nos meses de dezembro, abril, fevereiro, outubro e agosto respectivamente, meses que são comemoradas estas datas. Esclarece ainda que em anos anteriores a Prefeitura concedia abonos em apenas algumas datas comemorativas e que a partir de fevereiro de 2004 os servidores passaram a receber abonos em todos vencimentos salariais com exceção do mês de janeiro de 2006".

Principais ofícios do Sindicato encaminhados para a Prefeita Municipal Presidente da Câmara Municipal, e outras autoridades ano de 2.006.

Ofício nº 0001/2.006, encaminhado para o Sr. Prefeito Municipal – Vargem Grande do Sul 04 de janeiro 2.006 - Referido ofício solicita: reformas no plano de carreira, reposição de perdas salariais, Etc....

Ofício nº 0006/2.006, encaminhado para o Sr. Presidente Câmara Municipal – Vargem Grande do Sul 06 de Fevereiro 2.006 - Referido ofício solicita apoio aos vereadores nas questões salariais.

Ofício nº 0015/2.006, encaminhado para o Sr. Prefeito – Vargem Grande do Sul 17 de março 2.006 - Referido ofício solicita providências no pagamento de cestas-básicas, cujo ação foi deferida em favor ao Sindicato.

Ofício nº 0022/2.006, encaminhado para o Sr. Prefeito – Vargem Grande do Sul 26 de abril 2.006 - Referido ofício solicita regularização nas referências. Cujo os valores estão abaixo do piso mínimo estipulado pelo Governo Federal.

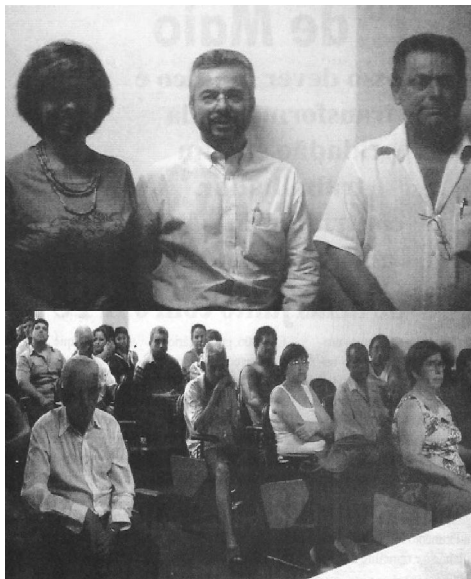
Ofício nº 0033/2.006, encaminhado para Diretor de Saúde – Vargem Grande do Sul 10 de Agosto 2.006 - Referido ofício solicita várias providências no sentido serviços extraordinários, plantões etc...

Ofício nº 0046/2.006, encaminhado para o Sr. Prefeito – Vargem Grande do Sul 30 de novembro 2.006. Solicita abono de Natal no valor de R\$ 100,00.

Destaques da gestão de Manoel Garcia Martim, de acordo com publicação nos jornais de Vargem Grande do Sul, ano 2.007:

Tribuna de Vargem Grande do Sul, 28 de abril de 2007

Parceria da Prefeitura com a Caixa beneficia funcionários com casa própria.



Na tarde de ontem, sexta-feira, na biblioteca municipal, 29 famílias de funcionários municipais, entre aposentados e ativos, com renda média mensal de R\$ 500,00, assinaram contratos com a Caixa Econômica Federal para financiar a construção de suas casas próprias. As casas serão construídas em terrenos ao lado das casas populares do CDHU, e foram adquiridos pelos próprios funcionários por um custo simbólico (R\$ 500,00), em parcelas mensais descontadas de seus salários ou benefícios. Parte dos recursos destinados as construções (R\$93.185,00) provém do FGTS e é repassado pela Caixa, a fundo perdido (sem necessidade de devolução) e a outra parte é financiada, como explicou o gerente geral da Caixa em Vargem, José Adolpho Pajolli. "A destinação destes recursos resulta da parceria da Prefeitura com a Caixa dentro do programa Carta de Crédito Associativa –

Parcerias, da Caixa. As casas serão construídas em regime de mutirão, pelas famílias, a exemplo do sistema utilizado no programa CDHU, em andamento em Vargem. Presente no ato da assinatura dos contratos, Manoel Garcia Martin, dirigente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, informou à Tribuna que estas moradias para funcionários de menor salário foram uma reivindicação do sindicato junto ao prefeito Celso Ribeiro, logo no início de sua primeira gestão em 2001. Além do gerente Pajolli, que levou pessoalmente os contratos para serem assinados pelos 29 funcionários beneficiados, prestigiaram o evento o prefeito Celso Ribeiro, o vice Kiko Maldonado, os vereadores Ramazotti e Serginho, a assistente social Sônia Fiorini Noronha, além de diretores e funcionários da Prefeitura.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 01 de setembro de 2007

Funcionários municipais recebem em dinheiro, cesta de alimentos aprovados na gestão de Denira.



Em maio de 1998, na administração da ex-prefeita Denira Rossi, foi aprovada a lei nº 2.229, que concedia o fornecimento de cestas básicas para funcionários públicos inativos, pensionistas e os que ganhavam até a referência 9 da lei de 1993, a qual dispunha também que a cesta seria fornecida mensalmente até o dia 31 de dezembro de 1998. Tal benefício seria constituído de alimentos básicos que seriam adquiridos pela administração, através de processo licitatório. Mesmo aprovada pela Câmara e sancionada pela prefeita, a lei nunca foi cumprida. Em 1999, com o não cumprimento da lei, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, através do presidente Manoel Garcia Martin, ingressou com um processo na Justiça cobrando os direitos dos servidores públicos. Passado nove anos, após a Justiça dar ganho

de cauã para os funcionários, somente em julho de 2007 a questão foi resolvida por meio de um acordo feito entre o Sindicato e a Prefeitura. Através dele o prefeito Celso Luis Ribeiro se dispôs a pagar em dinheiro o correspondente ao número de cestas básicas previstas na lei. O valor foi dividido em duas parcelas de R\$ 107,62, dependendo de cada funcionário. A primeira parcela já foi depositada na folha de pagamento do mês de agosto e a segunda será efetivada na folha de setembro.

Tribuna de Vargem Grande do Sul, 01 de Setembro de 2007

Funcionários de serviços urbanos também foram à Justiça por adicional de insalubridade e equipamentos de segurança.

Em junho deste ano seis funcionários municipais, lotados na Coordenadoria de Serviços Urbanos e Rurais, foram à Justiça requerer equipamentos de proteção para suas funções, além de um adicional por insalubridade em seus salários. Cinco deles trabalham em serviços de ruas, como pavimentação e recapeamento de asfalto. E um sexto servidor é motorista do caminhão que transporta materiais para pavimentação. Embora trabalhem com produtos derivados de petróleo, que exalam forte odor e desgastam suas roupas, eles não têm equipamentos de segurança, como botas, máscaras, luvas e uniforme apropriado. Recebem seus salários regularmente, mas sem o adicional de insalubridade para as funções que exercem. Em julho deste ano a advogada Vera Lúcia Zampar Cipola entrou com seis ações na Justiça, uma para cada funcionário, requerendo os equipamentos de proteção e o adicional insalubridade. Os servidores municipais a procuraram alegando que já haviam esgotado seus pedidos de providências junto a Prefeitura, onde um perito não teria classificado suas funções na categoria insalubridade. “Estamos solicitando uma nova perícia, por perito indicado pela Justiça”, informou a advogada, acrescentando que equipamentos de segurança não incluem somente uniformes de trabalho, mas acessórios de proteção como máscaras, luvas e botas. Sobre o fato de terem sido abertas seis ações e não apenas uma, a advogada informou que cada servidor tem uma função específica no trabalho da pavimentação. A Dra. Vera informou ainda que está aguardando a manifestação da Justiça.

Prefeito vetou uniformes para funcionários.

Conforme emenda ao projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentada pelo vereador Antônio Sérgio da Silva, assinada por todos os vereadores, foi incluído na LDO o valor de R\$50 mil (cinquenta mil reais) para a compra de uniformes de trabalho com proteção para os funcionários de serviços gerais da Prefeitura (atividades de coleta de lixo, sepultamentos, serviços em ruas, etc). A emenda foi aprovada por todos os vereadores na sessão legislativa de 21 de maio, junto a outras quatro emendas elaboradas na Câmara. O prefeito vetou a emenda da compra de uniformes, alegando que esta iniciativa é de competência do Executivo, a quem cabe dispor sobre o funcionalismo, ficando a critério do Executivo decidir sobre a conveniência e oportunidade desta aquisição. O prefeito justificou o veto porque a iniciativa afronta a separação e independência dos poderes, citando a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal.

A posição do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

A reportagem falou com o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin, sobre as reivindicações dos professores e dos funcionários de serviços urbanos. Segundo Manoel, parte dos professores procurou o Sindicato, que solicitou à Prefeitura as informações desejadas sobre Fundef. “A Prefeitura nos forneceu todas as informações solicitadas para que sejam esclarecidas as questões do Fundef. A documentação está agora sendo analisada pelo advogado do Sindicato”. Sobre a demanda dos servidores da pavimentação de ruas, Manoel informou que em setembro de 2002 a Prefeitura contratou um laudo técnico de empresa de São João da Boa Vista. O laudo, finalizado em outubro daquele ano, classificou as funções insalubres no funcionalismo, bem como as funções que requerem equipamentos de segurança. – “O sindicato já tem processos junto à Prefeitura para que se regularize os adicionais de insalubridade, conforme as conclusões do laudo. Quanto aos equipamentos de segurança, a Prefeitura tem a obrigação de proteger o funcionário com estes equipamentos, conforme as funções descritas no laudo técnico, que especifica os equipamentos de proteção para cada uma destas funções”, concluiu.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 22 de Setembro de 2007

Prefeitura recupera mais de 900 mil do Fupreben.

Desde que assumiu a administração em 2001, o prefeito Celso Ribeiro vem cumprindo com todos os seus compromissos, inclusive o repasse ao Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos Municipais, que é feito rigorosamente todos os meses. O prefeito Celso Ribeiro trabalha buscando resgatar a saúde financeira do Fupreben, que acumulou uma dívida de cerca de 6 milhões, deixada pelas administrações anteriores, que desde 1996, época então do prefeito José Reinaldo Martins, deixaram de repassar a contribuição. Outra medida tomada pelo prefeito Celso em benefício do PREBEN foi a entrada de cessos junto ao INSS para que haja uma restituição ao Fundo, referente aos funcionários que contribuíram com INSS e se aposentaram pela Prefeitura. Muitos funcionários que se aposentaram na Prefeitura trabalharam também registrados em outras empresas antes de entrarem para o serviço público e, por isso, contribuíram ao INSS. Ao se aposentarem na Prefeitura, passaram a receber através do FUPREBEN e para que este que agora arca com a aposentadoria destas pessoas, pudesse reaver os valores pagos ao INSS, o Ministério da Previdência foi acionado pelo Executivo para que fosse repassado ao Fundo o que foi pago por esses trabalhadores ao INSS. Há cerca de 10 anos a municipalidade tentava receber esses valores e, com a visita de um fiscal do INSS para avaliar a situação do Fundo, o prefeito Celso Ribeiro questionou-o sobre o motivo de Vargem não obter sucesso junto ao Ministério da Previdência com os processos. A resposta foi de que o município, quando tentou reaver os valores em outras épocas, estava fazendo de maneira

incorreta. Diante disso, o prefeito Celso Ribeiro incumbiu o funcionário Eduardo Ribeiro Andrade de trabalhar com os processos junto ao Ministério da Previdência, para reaver esses valores. Além do servidor, também foi colocado todo o equipamento necessário para realizar os trâmites legais. O servidor participou de cursos, visitou cidades da região para obter informações e com este treinamento, elaborou os processos e deu entrada no Ministério da Previdência. A administração tem obtido um bom resultado com esses processos. Existem cerca de 150 processos encaminhados em avaliação no Ministério da Previdência e outros 70 estão prontos para serem enviados. De acordo com Eduardo Ribeiro Andrade, 32 processos de aposentadoria já foram concedidos ao município e o FUPREBEN recebeu RS 913.197,76 de fluxo atrasado e RS 22.278,28 de fluxo mensal. O funcionário Eduardo disse ainda que, o andamento dos processos poderia ser mais rápido, mas existe apenas uma funcionária em São José do Rio Pardo que é responsável pela avaliação"de toda a região. "A demanda é muito grande e somente aquela funcionária pode avaliar os processos. Ela também não cuida somente destes processos, tem outros afazeres, por isso existe a demora", destacou Eduardo. Este trabalho da Prefeitura Municipal em prol do FUPREBEN vem sendo desenvolvido desde 2006 e todo o recurso conseguido deve ser aplicado, ficando assim com uma reserva. Eduardo destacou ainda que está fazendo um acompanhamento rigoroso dos processos. Em 1996, quando o então prefeito José Reinaldo Martins deixou de pagar o repasse ao Fundo de Previdência e Benefício dos Servidores, uma dívida começou a se acumular, e ultrapassou os 6 milhões, que foi parcelada pelo prefeito Celso Ribeiro que além de manter o repasse de sua administração em dia, aumentou o valor da contribuição da Prefeitura e vem pagando fielmente as parcelas da pendência deixada por outras administrações."O Fundo de Previdência é a garantia do futuro dos aposentados e pensionistas da Prefeitura e deve sempre ser tratado com muita responsabilidade", disse o prefeito Celso Ribeiro.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 24 de Novembro de 2007

Prefeitura e Sindicato buscam regularizar o Fundo de Saúde dos Funcionários. Ao analisar as contas do Fupreben. Tribunal de Contas determinou que cesse imediatamente a gestão de contrato de assistência médica aos servidores.

Em sentença proferida no dia 03 de outubro de 2007, o conselheiro do Tribunal de Contas, Eduardo Bittencourt Carvalho, ao analisar as contas do FUPREBEN - Fundo de Previdência e Benefícios dos Servidores Públicos Municipais, do exercício de 2005, considerou irregular a gestão do contrato de assistência médica existente. De acordo com o Tribunal, a parte previdenciária que diz respeito à aposentadoria e pensões dos servidores, que apresentava uma dívida deixada por administrações anteriores, estão sendo regularizada pela atual gestão com o parcelamento e pagamento da dívida. O repasse desde 2001, quando o prefeito Celso Ribeiro assumiu o cargo, está sendo feito regularmente e, ainda, outras providências foram tomadas como aumento da alíquota da Prefeitura para sanar as dificuldades do Fundo de Previdência. Mas o Tribunal apontou como irregular o fato de que o mesmo FUPREBEN seja responsável pela conta da Previdência e também pela conta da Saúde, apesar das contas terem balanços e lançamentos em separado, determinando a paralisação imediata do contrato com a UNIMED. "(...) cabe determinar à origem (FUPREBEN) que cesse imediatamente a gestão de contrato de assistência médica, uma vez que a entidade previdenciária não pode ter sua finalidade desviada, ainda, que as despesas não onerem os recursos previdenciários", escreveu o relator Eduardo Bittencourt Carvalho. Também no parecer, o relator afirmou que a Prefeitura arca com parte do pagamento do plano de saúde aos servidores, o que para o Tribunal seria irregular, uma vez que a Prefeitura é um órgão público. "Outrossim, a existência do referido convênio com a UNIMED, com notícias de que parte das despesas é bandeada pelo erário (Prefeitura), enseja na verificação específica da matéria, ante a jurisprudência que consolida nesta Corte, contrária a

ajustes de espécie”, escreveu. Apesar das contas do FUPREBEN terem sido aprovadas, o Tribunal determinou que providências fossem tomadas para se regularizar a questão e seguidas as orientações de parar imediatamente o contrato com a UN1MED. Este modelo de gestão que está sendo agora questionado no Tribunal de Contas, foi criado em 1993, na administração do ex-prefeito José Reinaldo Martins, através da lei 1.758, de 19 de outubro. Em entrevista, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Manoel Garcia Martin, disse que o Sindicato e o prefeito Celso Ribeiro, estão estudando as possibilidades de regularizar a situação para evitar prejuízos aos funcionários. "A vontade de regularizar a situação da melhor maneira possível é muito grande. Estamos trabalhando muito nisso, estudando a situação para não fazer nada errado que venha a prejudicar os funcionários agora ou no futuro", disse. Manoel afirmou que são cerca de 2.500 pessoas entre funcionários e dependentes que são atendidos pelo plano de Saúde da Unimed. "A Prefeitura arca com 10% da Folha de Pagamento para cobrir o Plano de Saúde para o funcionário e dependentes, o servidor sozinho é incapaz de bancar o plano e este é um benefício necessário", destacou ele. De acordo com o presidente, o prefeito Celso Ribeiro e sua equipe, em conjunto com o Sindicato, estão estudando com bastante carinho a questão e em breve novidades surgirão. "O prefeito Celso Ribeiro afirmou que: "de uma forma ou de outra, vai encontrar uma solução para o caso e que nem os funcionários é nem seus familiares serão prejudicados", relatou o presidente do Sindicato. Manoel observou ainda que o Fundo existe há 14. anos e o Tribunal de Contas nunca apontou tais fatores que agora estão sendo questionados, "e no parecer o relator escreve que teve "notícias..." O presidente do Sindicato espera que tal fato não seja fruto de denúncias de pessoas querendo prejudicar o prefeito Celso Ribeiro, e na verdade, podem prejudicar os funcionários e seus familiares que dependem do convênio médico.

Principais ofícios do Sindicato encaminhados para a Prefeita Municipal Presidente da Câmara Municipal, e outras autoridades ano de 2.007.

Ofício nº 0001/2.007, encaminhado para o Sr. Prefeito – Vargem Grande do Sul 02 de Janeiro 2.007. Processo 845/2.006 - Referido ofício reitera e solicita regulamentação nos salários dos servidores.

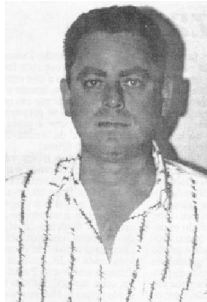
Ofício nº 0016/2.007, encaminhado para Diretora de Educação – Vargem Grande do Sul 25 de Abril 2.007 - Referido ofício solicita documentos relativos a prestação de contas do Fundef.

Ofício nº 0039/2.007, encaminhado para o Sr. Prefeito – Vargem Grande do Sul 27 de novembro 2.007 - Referido ofício solicita abono de natal no valor de R\$ 100,00.

Ofício nº 0042/2.007, encaminhado para o Sr. Prefeito – Vargem Grande do Sul 19 de dezembro 2.007 - Referido ofício solicita revisão anual de vencimentos, auxílio-alimentação, abono.

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais obteve grandes conquistas em 2007.

Para 2008, órgão destaca que já existem diversos projetos para serem analisados



Um ano de muitas conquistas' Esta é a definição do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SSPM) em relação aos trabalhos desenvolvidos ao longo de 2007 junto à sua categoria em Vargem Grande do Sul. Para o presidente Manoel Garcia Martin, a atuação do SSPM foi bastante forte, o que possibilitou bons avanços para a classe trabalhadora. Entre as vitórias obtidas, ele destaca a **construção da casa própria** do servidor público, projeto este de iniciativa do sindicato, "O que não faltou foi o 'espírito de luta' entre o SSPM e Administração Municipal, que se empenhou ao máximo para que esta obra fosse realizada e financiada no sistema habitacional de casa própria junto à Caixa Econômica Federal", comentou Manoel.

Para o presidente, outro fato importante foi a conquista do abono de R\$ 50,00 para que fosse incorporado aos vencimentos dos servidores públicos, além de mais 7%. Segundo ele, isso proporcionou um reajuste dos vencimentos de 24% do menor piso salarial e 10,7% do maior piso. "Este projeto também foi de iniciativa do sindicato. O documento foi encaminhado para o prefeito Celso Ribeiro, o qual acatou as medidas e encaminhou para a Câmara Municipal, onde o projeto foi aprovado", relatou. Manoel também destaca que no início de dezembro, o SSPM solicitou através de ofício, um abono de R\$ 100,00 para os servidores. O pedido também foi aceito, sendo aprovado e a verba foi concedida para todos os servidores ativos, inativos, pensionistas e contratados. Ainda no exercício de 2007, o sindicato sugeriu ao Executivo a revisão anual dos vencimentos para 2008, no importe de R\$ 50,00 incorporados no vencimento, mais 10% de reajuste. A proposta está sendo analisada pelo setor financeiro da Prefeitura Municipal e por uma resposta está sendo aguardada.

Perspectivas para este ano.

De acordo com Manoel, já existem diversos projetos para serem analisados este ano. Principalmente aqueles que constam no ofício nº 024/ 2002, já protocolado na Prefeitura Municipal, para que sejam desenvolvidos, com o ativo envolvimento dos servidores e também a participação da sociedade. "Em 2008 esperamos muita paz e que o sindicato possa juntamente com o Executivo, implementar estudos na reforma do aparelho municipal e administrativo, na mudança das leis, nos regulamentos e nas técnicas e formas de trabalho de administração pública, visando a melhoria da eficiência e do atendimento às necessidades da sociedade", comenta.

Unir para garantir avanços e mais conquistas

Com 23 anos de fundação, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais tem procurado ao longo de sua trajetória, conduzir a luta na defesa dos direitos e interesses da categoria. De acordo com Manoel atualmente o sindicato é uma entidade que tem garantido cidadania para os servidores e prestado diversos serviços de relevância "É a nossa instituição que atua em defesa do nossos direitos, além de desenvolver atividades que beneficiam aos servidores municipais. O sindicato é o mais importante mecanismo de luta dos trabalhadores", afirmou. Manoel destaca que toda as conquistas obtidas em benefício dos servidores nos últimos anos passaram pela negociação entre sindicato e administração pública, sendo posteriormente submetidas à Câmara Municipal para sua transformação em lei. "Sindicato é o coletivo de trabalhador. A diretoria é apenas cumpridora das decisões das Assembléias Gerais, a responsabilidade é de todos. Para tal assunto não existem heróis. O que deve garantir nossas

conquista certamente é a união. Sem união não haverá força, E sem a força não haver união" concluiu.

Gazeta de Vargem Grande do Sul, 20 de março de 2008

Aprovado projeto que concede abono de auxílio-alimentação para servidores.



Documento estipula abono de R\$ 50,00 e auxílio-alimentação de R\$ 70,00 para os servidores na ativa. Inativos receberão abono no valor de R\$ 120,00

Foi aprovado na sessão ordinária do dia 17, o projeto de autoria do Executivo que propõe abono de R\$ 50,00 e auxílio-alimentação de R\$ 70,00 para os servidores na ativa, enquanto que os inativos receberão um abono no valor de R\$ 120,00. Os benefícios têm prazo de validade até 31 de dezembro deste ano. O projeto elaborado pela municipalidade partiu inicialmente de uma reivindicação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SSPM. De acordo com Manoel Garcia Martim, presidente do mesmo, o sindicato protocolou dois ofícios junto à Prefeitura Municipal - um em dezembro de 2007 e outro em janeiro deste ano -, os quais reivindicavam o abono de R\$ 50,00 incorporados aos vencimentos, assim como o auxílio-alimentação e revisão anual de vencimentos. A partir daí, o Executivo enviou um projeto de lei para o Legislativo, prevendo um abono de R\$50,00 e auxílio-alimentação para os servidores ativos e um abono de R\$ 120,00 aos aposentados, ambos de março até dezembro de 2008. Segundo Manoel, o sindicato se posicionou contra à maneira que foi enviado o projeto à Câmara Municipal. Diante disso, o presidente do SSPM afirma que contatou o prefeito Celso Ribeiro para que se fizesse um novo estudo de pelo menos não fixar data até dezembro de 2008, tanto no abono como no auxílio-alimentação. "Nesta conversa preliminar pedimos para incorporar aos vencimentos o abono de R\$ 50,00 previsto no ofício do sindicato e com o auxílio-alimentação também não fosse fixada data", conta ele. Posteriormente, ele teve uma outra reunião com a assessoria jurídica da Prefeitura, momento em que foram dadas explicações relevantes com relação à solicitação do sindicato. Desta forma ficou estabelecido R\$ 50,00 de abono definitivo, tanto para os ativos pensionistas e aposentados, além de mais R\$ 70,00 de auxílio alimentação até dezembro de 2008 para os ativos e também R\$70,00 de abono para os aposentados até dezembro de 2008. Ainda ficou uma previsão no orçamento de 2008: a renovação do referido auxílio para o exercício de 2009, conforme explicou Manoel.

Prestigiar o auxílio

Em entrevista, Manoel destacou que o sindicato não é contra o auxílio-alimentação e nem as cestas básicas. "O que ocorreu é que nos anos anteriores só se falava em cestas básicas, matérias que já foram discutidas e debatidas entre a Administração e a Câmara Municipal, portanto, isto é de conhecimento de todos", disse. "Até então o sindicato solicitava o auxílio-alimentação em seus ofícios enviados para a Administração nos anos anteriores, portanto neste momento não temos o que questionar. O importante é prestigiar o referido auxílio aprovado por todos os vereadores, e que no futuro podemos negociar mais vezes este método", declarou.

Qual o critério que será usado para o servidor retirar o auxílio-alimentação?

Após a aprovação do projeto auxílio-alimentação, Manoel esclareceu que o sindicato se reuniu com alguns diretores na secretaria da Prefeitura Municipal, para discutir os critérios para a regulamentação do decreto. Segundo ele, até ao final da reunião ficou sugerido que o servidor usaria para retirar sua mercadoria o cartão de crédito do sindicato nas 12 redes de supermercados do município que estão conveniados. Isso sem custo algum para o servidor, até o limite de R\$ 70,00. "O custo do cartão cobrado pela empresa até o limite estipulado será pago

pelo sindicato. Atualmente estamos aguardando a decisão final do prefeito Celso Ribeiro para que o auxílio seja liberado", relatou Manoel.

Principais ofícios do Sindicato encaminhados para o Prefeito, e outras autoridades no ano de 2.008.

Ofício nº 000/2.008

Ofício nº 000/2.008

Ofício nº 000/2.0

Tabela de Vencimentos + Abonos: 2008

Ano	Ref.	Venc.	Ab. Incorp.	Venc.	Abono	Abono	Aux.Alim	Total Venc.
2.008	01	R\$ 326,54	R\$ 52,02	R\$ 378,56	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 583,56
2.008	02	R\$ 336,33	R\$ 52,02	R\$ 388,35	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 593,35
2.008	03	R\$ 346,39	R\$ 52,02	R\$ 398,41	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 603,41
2.008	04	R\$ 356,81	R\$ 52,02	R\$ 408,83	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 613,83
2.008	05	R\$ 367,51	R\$ 52,02	R\$ 419,53	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 624,53
2.008	06	R\$ 378,53	R\$ 52,02	R\$ 430,55	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 635,55
2.008	07	R\$ 389,87	R\$ 52,02	R\$ 441,89	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 646,89
2.008	08	R\$ 401,55	R\$ 52,02	R\$ 453,57	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 658,57
2.008	09	R\$ 413,62	R\$ 52,02	R\$ 465,64	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 670,64
2.008	10	R\$ 426,04	R\$ 52,02	R\$ 478,06	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 683,06
2.008	11	R\$ 438,83	R\$ 52,02	R\$ 490,85	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 695,85
2.008	12	R\$ 452,00	R\$ 52,02	R\$ 504,02	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 709,02
2.008	13	R\$ 465,56	R\$ 52,02	R\$ 517,58	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 722,58
2.008	14	R\$ 479,45	R\$ 52,02	R\$ 531,47	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 736,47
2.008	15	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

		493,91	52,02	545,93	50,00	85,00	70,00	750,93
2.008	16	R\$ 508,69	R\$ 52,02	R\$ 560,71	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 765,71
2.008	17	R\$ 524,00	R\$ 52,02	R\$ 576,02	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 781,02
2.008	18	R\$ 539,74	R\$ 52,02	R\$ 591,76	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 796,76
2.008	19	R\$ 555,91	R\$ 52,02	R\$ 607,93	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 812,93
2.008	20	R\$ 572,59	R\$ 52,02	R\$ 624,61	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 829,61
2.008	21	R\$ 589,78	R\$ 52,02	R\$ 641,80	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 846,80
2.008	22	R\$ 607,45	R\$ 52,02	R\$ 659,47	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 864,47
2.008	23	R\$ 625,70	R\$ 52,02	R\$ 677,72	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 882,72
2.008	24	R\$ 644,42	R\$ 52,02	R\$ 696,44	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 901,44
2.008	25	R\$ 663,49	R\$ 52,02	R\$ 715,51	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 920,51
2.008	26	R\$ 683,73	R\$ 52,02	R\$ 735,75	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 940,75
2.008	27	R\$ 704,25	R\$ 52,02	R\$ 756,27	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 961,27
2.008	28	R\$ 725,36	R\$ 52,02	R\$ 777,38	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 982,38
2.008	29	R\$ 747,14	R\$ 52,02	R\$ 799,16	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.004,16
2.008	30	R\$ 769,56	R\$ 52,02	R\$ 821,58	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.026,58
2.008	31	R\$ 792,65	R\$ 52,02	R\$ 844,67	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.049,67
2.008	32	R\$ 816,43	R\$ 52,02	R\$ 868,45	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.073,45
2.008	33	R\$ 840,94	R\$ 52,02	R\$ 892,96	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.097,96
2.008	34	R\$ 866,16	R\$ 52,02	R\$ 918,18	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.123,18
2.008	35	R\$ 892,13	R\$ 52,02	R\$ 944,15	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.149,15
2.008	36	R\$ 918,91	R\$ 52,02	R\$ 970,93	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.175,93
2.008	37	R\$ 946,51	R\$ 52,02	R\$ 998,53	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.203,53
2.008	38	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

		974,88	52,02	1.026,90	50,00	85,00	70,00	1.231,90
2.008	39	R\$ 1.004,10	R\$ 52,02	R\$ 1.056,12	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.261,12
2.008	40	R\$ 1.034,25	R\$ 52,02	R\$ 1.086,27	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.291,27
2.008	41	R\$ 1.065,22	R\$ 52,02	R\$ 1.117,24	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.322,24
2.008	42	R\$ 1.097,25	R\$ 52,02	R\$ 1.149,27	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.354,27
2.008	43	R\$ 1.130,14	R\$ 52,02	R\$ 1.182,16	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.387,16
2.008	44	R\$ 1.164,06	R\$ 52,02	R\$ 1.216,08	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.421,08
2.008	45	R\$ 1.198,97	R\$ 52,02	R\$ 1.250,99	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.455,99
2.008	46	R\$ 1.234,94	R\$ 52,02	R\$ 1.286,96	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.491,96
2.008	47	R\$ 1.271,99	R\$ 52,02	R\$ 1.324,01	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.529,01
2.008	48	R\$ 1.310,19	R\$ 52,02	R\$ 1.362,21	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.567,21
2.008	49	R\$ 1.349,50	R\$ 52,02	R\$ 1.401,52	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.606,52
2.008	50	R\$ 1.389,92	R\$ 52,02	R\$ 1.441,94	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.646,94
2.008	51	R\$ 1.431,61	R\$ 52,02	R\$ 1.483,63	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.688,63
2.008	52	R\$ 1.474,62	R\$ 52,02	R\$ 1.526,64	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.731,64
2.008	53	R\$ 1.518,85	R\$ 52,02	R\$ 1.570,87	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.775,87
2.008	54	R\$ 1.564,39	R\$ 52,02	R\$ 1.616,41	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.821,41
2.008	55	R\$ 1.611,33	R\$ 52,02	R\$ 1.663,35	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.868,35
2.008	56	R\$ 1.659,64	R\$ 52,02	R\$ 1.711,66	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.916,66
2.008	57	R\$ 1.709,44	R\$ 52,02	R\$ 1.761,46	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 1.966,46
2.008	58	R\$ 1.760,72	R\$ 52,02	R\$ 1.812,74	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.017,74
2.008	59	R\$ 1.813,54	R\$ 52,02	R\$ 1.865,56	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.070,56
2.008	60	R\$ 1.867,93	R\$ 52,02	R\$ 1.919,95	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.124,95
2.008	61	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

		1.923,96	52,02	1.975,98	50,00	85,00	70,00	2.180,98
2.008	62	R\$ 1.981,68	R\$ 52,02	R\$ 2.033,70	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.238,70
2.008	63	R\$ 2.041,12	R\$ 52,02	R\$ 2.093,14	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.298,14
2.008	64	R\$ 2.102,34	R\$ 52,02	R\$ 2.154,36	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.359,36
2.008	65	R\$ 2.165,43	R\$ 52,02	R\$ 2.217,45	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.422,45
2.008	66	R\$ 2.230,38	R\$ 52,02	R\$ 2.282,40	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.487,40
2.008	67	R\$ 2.297,28	R\$ 52,02	R\$ 2.349,30	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.554,30
2.008	68	R\$ 2.366,20	R\$ 52,02	R\$ 2.418,22	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.623,22
2.008	69	R\$ 2.437,17	R\$ 52,02	R\$ 2.489,19	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.694,19
2.008	70	R\$ 2.510,29	R\$ 52,02	R\$ 2.562,31	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.767,31
2.008	71	R\$ 2.585,60	R\$ 52,02	R\$ 2.637,62	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.842,62
2.008	72	R\$ 2.663,17	R\$ 52,02	R\$ 2.715,19	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 2.920,19
2.008	73	R\$ 2.743,07	R\$ 52,02	R\$ 2.795,09	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.000,09
2.008	74	R\$ 2.825,37	R\$ 52,02	R\$ 2.877,39	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.082,39
2.008	75	R\$ 2.910,14	R\$ 52,02	R\$ 2.962,16	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.167,16
2.008	76	R\$ 2.997,45	R\$ 52,02	R\$ 3.049,47	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.254,47
2.008	77	R\$ 3.087,38	R\$ 52,02	R\$ 3.139,40	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.344,40
2.008	78	R\$ 3.180,01	R\$ 52,02	R\$ 3.232,03	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.437,03
2.008	79	R\$ 3.275,41	R\$ 52,02	R\$ 3.327,43	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.532,43
2.008	80	R\$ 3.373,68	R\$ 52,02	R\$ 3.425,70	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.630,70
2.008	81	R\$ 3.474,89	R\$ 52,02	R\$ 3.526,91	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.731,91
2.008	82	R\$ 3.579,14	R\$ 52,02	R\$ 3.631,16	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.836,16
2.008	83	R\$ 3.686,51	R\$ 52,02	R\$ 3.738,53	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 3.943,53
2.008	84	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

		3.797,11	52,02	3.849,13	50,00	85,00	70,00	4.054,13
2.008	85	R\$ 3.911,02	R\$ 52,02	R\$ 3.963,04	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 4.168,04
2.008	86	R\$ 4.028,35	R\$ 52,02	R\$ 4.080,37	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 4.285,37
2.008	87	R\$ 4.149,20	R\$ 52,02	R\$ 4.201,22	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 4.406,22
2.008	88	R\$ 4.273,68	R\$ 52,02	R\$ 4.325,70	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 4.530,70
2.008	89	R\$ 4.401,49	R\$ 52,02	R\$ 4.453,51	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 4.658,51
2.008	90	R\$ 4.533,95	R\$ 52,02	R\$ 4.585,97	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 4.790,97
2.008	91	R\$ 4.669,97	R\$ 52,02	R\$ 4.721,99	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 4.926,99
2.008	92	R\$ 4.810,07	R\$ 52,02	R\$ 4.862,09	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 5.067,09
2.008	93	R\$ 4.954,37	R\$ 52,02	R\$ 5.006,39	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 5.211,39
2.008	94	R\$ 5.103,00	R\$ 52,02	R\$ 5.155,02	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 5.360,02
2.008	95	R\$ 5.256,09	R\$ 52,02	R\$ 5.308,11	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 5.513,11
2.008	96	R\$ 5.413,77	R\$ 52,02	R\$ 5.465,79	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 5.670,79
2.008	97	R\$ 5.576,18	R\$ 52,02	R\$ 5.628,20	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 5.833,20
2.008	98	R\$ 5.743,47	R\$ 52,02	R\$ 5.795,49	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 6.000,49
2.008	99	R\$ 5.915,77	R\$ 52,02	R\$ 5.967,79	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 6.172,79
2.008	100	R\$ 6.093,24	R\$ 52,02	R\$ 6.145,26	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 6.350,26
2.008	101	R\$ 6.276,04	R\$ 52,02	R\$ 6.328,06	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 6.533,06
2.008	102	R\$ 6.464,32	R\$ 52,02	R\$ 6.516,34	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 6.721,34
2.008	103	R\$ 6.658,25	R\$ 52,02	R\$ 6.710,27	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 6.915,27
2.008	104	R\$ 6.858,00	R\$ 52,02	R\$ 6.910,02	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 7.115,02
2.008	105	R\$ 7.063,74	R\$ 52,02	R\$ 7.115,76	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 7.320,76
2.008	106	R\$ 7.275,65	R\$ 52,02	R\$ 7.327,67	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 7.532,67
2.008	107	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

		7.493,92	52,02	7.545,94	50,00	85,00	70,00	7.750,94
2.008	108	R\$ 7.718,74	R\$ 52,02	R\$ 7.770,76	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 7.975,76
2.008	109	R\$ 7.950,30	R\$ 52,02	R\$ 8.002,32	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 8.207,32
2.008	110	R\$ 8.488,81	R\$ 52,02	R\$ 8.540,83	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 8.745,83
2.008	111	R\$ 8.434,47	R\$ 52,02	R\$ 8.486,49	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 8.691,49
2.008	112	R\$ 8.687,50	R\$ 52,02	R\$ 8.739,52	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 8.944,52
2.008	113	R\$ 8.948,13	R\$ 52,02	R\$ 9.000,15	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 9.205,15
2.008	114	R\$ 9.216,57	R\$ 52,02	R\$ 9.268,59	R\$ 50,00	R\$ 85,00	R\$ 70,00	R\$ 9.473,59

MÊS	ANO	REAL. SAL.	MÊS	ANO	REAL. SAL.	MÊS	ANO	REAL. SAL.
Jan	1.993	0,00%	Jan.	1.994	50,00%	Jan.	1.995	25,00%
Fev.	1.993	0,00%	Fev	1.994	50,00%	Fev	1.995	0,00%
Mar	1.993	0,00%	Mar	1.994	45,00%	Mar	1.995	0,00%
Abril	1.993	30,00%	Abr	1.994	45,50%	Abr	1.995	0,00%
Mai	1.993	30,00%	Mai	1.994	0,00%	Mai	1.995	15,00%
Junh	1.993	25,00%	Jun	1.994	40,00%	Jun	1.995	0,00%
Julh	1.993	20,00%	Jul	1.994	0,00%	Jul	1.995	0,00%
Ago.	1.993	35,00%	Ago	1.994	15,00%	Ago	1.995	0,00%
Set	1.993	60,00%	Set	1.994	0,00%	Set	1.995	0,00%
Out.	1.993	37,00%	Out	1.994	0,00%	Out	1.995	0,00%
Nov	1.993	37,00%	Nov	1.994	0,00%	Nov	1.995	0,00%
Dez.	1.993	37,00%	Dez	1.994	0,00%	Dez	1.995	0,00%

MÊS	ANO	REAL. SALARIO	MÊS	ANO	REAL. SALARIO	MÊS	ANO	REAL. SALARIO
Jan.	1.996	25,00%	Jan.	1.997	0,00%	Jan.	1.998	0,00%
Fev	1.996	0,00%	Fev	1.997	0,00%	Fev	1.998	0,00%

Mar	1.996	0,00%
Abr	1.996	0,00%
Mai	1.996	0,00%
Jun	1.996	0,00%
Jul	1.996	0,00%
Ago	1.996	0,00%
Set	1.996	0,00%
Out	1.996	0,00%
Nov	1.996	0,00%
Dez	1.996	0,00%

Mar	1.997	20,00%
Abr	1.997	0,00%
Mai	1.997	0,00%
Jun	1.997	0,00%
Jul	1.997	0,00%
Ago	1.997	0,00%
Set	1.997	0,00%
Out	1.997	0,00%
Nov	1.997	0,00%
Dez	1.997	0,00%

Mar	1.998	0,00%
Abr	1.998	0,00%
Mai	1.998	0,00%
Jun	1.998	0,00%
Jul	1.998	0,00%
Ago	1.998	0,00%
Set	1.998	0,00%
Out	1.998	0,00%
Nov	1.998	0,00%
Dez	1.998	0,00%

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
Jan.	1.999	0,00%
Fev	1.999	0,00%
Mar	1.999	0,00%
Abr	1.999	0,00%
Mai	1.999	0,00%
Jun	1.999	0,00%
Jul	1.999	0,00%
Ago	1.999	0,00%
Set	1.999	0,00%
Out	1.999	0,00%
Nov	1.999	0,00%
Dez	1.999	0,00%

MÊS	ANO *	REAJ. SALARIO
Jan.	2.000	0,00%
Fev	2.000	0,00%
Mar	2.000	0,00%
Abr	2.000	9,00%
Mai	2.000	0,00%
Jun	2.000	0,00%
Jul	2.000	0,00%
Ago	2.000	0,00%
Set	2.000	0,00%
Out	2.000	0,00%
Nov	2.000	0,00%
Dez	2.000	0,00%

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
Jan.	2.001	0,00%
Fev	2.001	0,00%
Mar	2.001	0,00%
Abr	2.001	0,00%
Mai	2.001	0,00%
Jun	2.001	0,00%
Jul	2.001	0,00%
Ago	2.001	0,00%
Set	2.001	0,00%
Out	2.001	0,00%
Nov	2.001	0,00%
Dez	2.001	0,00%

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
-----	-----	------------------

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
-----	-----	------------------

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
-----	-----	------------------

Jan.	2.002	0,00%
Fev	2.002	0,00%
Mar	2.002	0,00%
Abr	2.002	0,00%
Mai	2.002	0,00%
Jun	2.002	0,00%
Jul	2.002	0,00%
Ago	2.002	0,00%
Set	2.002	0,00%
Out	2.002	0,00%
Nov	2.002	0,00%
Dez	2.002	0,00%

Jan.	2.003	0,00%
Fev	2.003	0,00%
Mar	2.003	0,00%
Abr	2.003	5,00%
Mai	2.003	0,00%
Jun	2.003	0,00%
Jul	2.003	0,00%
Ago	2.003	0,00%
Set	2.003	0,00%
Out	2.003	0,00%
Nov	2.003	0,00%
Dez	2.003	0,00%

Jan.	2.004	0,00%
Fev	2.004	0,00%
Mar	2.004	6,00%
Abr	2.004	0,00%
Mai	2.004	0,00%
Jun	2.004	0,00%
Jul	2.004	0,00%
Ago	2.004	0,00%
Set	2.004	0,00%
Out	2.004	0,00%
Nov	2.004	0,00%
Dez	2.004	0,00%

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
Jan.	2.005	0,00%
Fev	2.005	5,00%
Mar	2.005	0,00%
Abr	2.005	0,00%
Mai	2.005	0,00%
Jun	2.005	0,00%
Jul	2.005	0,00%
Ago	2.005	0,00%
Set	2.005	0,00%
Out	2.005	0,00%
Nov	2.005	0,00%
Dez	2.005	0,00%

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
Jan.	2.006	0,00%
Fev	2.006	0,00%
Mar	2.006	3,00%
Abr	2.006	0,00%
Mai	2.006	0,00%
Jun	2.006	1,00%
Jul	2.006	0,00%
Ago	2.006	0,00%
Set	2.006	1,00%
Out	2.006	0,00%
Nov	2.006	0,00%
Dez	2.006	0,00%

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
Jan.	2.007	3,00%
Fev	2.007	
Mar	2.007	
Abr	2.007	
Mai	2.007	2,00%
Jun	2.007	
Jul	2.007	
Ago	2.007	
Set	2.007	2,00%
Out	2.007	
Nov	2.007	
Dez	2.007	

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
Jan.	2.008	0,00%
Fev	2.008	0,00%
Mar	2.008	0,00%
Abr	2.008	0,00%
Mai	2.008	0,00%
Jun	2.008	0,00%
Jul	2.008	0,00%
Ago	2.008	0,00%
Set	2.008	0,00%
Out	2.008	0,00%
Nov	2.008	0,00%
Dez	2.008	0,00%

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
Jan.	2.009	
Fev	2.009	
Mar	2.009	
Abr	2.009	
Mai	2.009	
Jun	2.009	
Jul	2.009	
Ago	2.009	
Set	2.009	
Out	2.009	
Nov	2.009	
Dez	2.009	

MÊS	ANO	REAJ. SALARIO
Jan.		
Fev		
Mar		
Abr		
Mai		
Jun		
Jul		
Ago		
Set		
Out		
Nov		
Dez		

“ Ano de 2.008 foram concedidos abono: R\$ 50,00, R\$ 85,00, Aux,alimentação R\$ 70,00.

Perfil salarial Atual do funcionalismo

Segundo dados do Sindicato de outubro de 2001, a Prefeitura tem 862 funcionários, dos quais 700 estão na ativa e 162 entre aposentados e pensionistas.

O maior contingente de servidores – 634 – recebe o salário-base* das primeiras referências salariais: de R\$ 248,17 a R\$ 435,18.

Em novembro de 2001 eram 35 os servidores com salários-base acima de R\$ 1.000,00. O teto salarial do funcionalismo situa-se em R\$ 1.224,57. Segundo o Sindicato, a folha mensal de pagamento da Prefeitura soma cerca de R\$ 600 mil.

*Salário-base: sem adicionais por tempo de serviço, salário família e outros.